



Rafael Bellan Rodrigues de Souza

---

# JORNALISMO, TRABALHO E MARXISMO

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

---

# JORNALISMO, TRABALHO E MARXISMO

 **EDUFES**

Vitória, 2024



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**



**Editora Universitária – Edufes**

Filiada à Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514  
Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES · Brasil  
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852  
edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor**

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

**Vice-reitora**

Sonia Lopes Victor

**Chefe de Gabinete**

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

**Diretor da Edufes**

Wilberth Salgueiro

**Conselho Editorial**

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Othon Souto Campos, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

**Secretaria do Conselho Editorial**

Douglas Salomão

**Administrativo**

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

**Seção de Edição e Revisão de Textos**

Fernanda Scopel, George Vianna,  
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

**Seção de Design**

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,  
Willi Piske Junior

**Seção de Livraria e Comercialização**

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,  
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,  
Maria Augusta Postinghel

**Produção Cultural**

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

#### **Preparação de texto**

Elise de Sant'Anna Lopes

#### **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Juliana Braga

#### **Imagem de capa**

Foto de Mr Cup / Fabien Barral na Unsplash

#### **Revisão de texto**

Fernanda Scopel

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Editora Universitária - EDUFES, ES, Brasil)

S719j Souza, Rafael Bellan Rodrigues de.  
Jornalismo, trabalho e marxismo [recurso eletrônico] / Rafael  
Bellan Rodrigues de Souza. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES :  
EDUFES, 2024.  
213 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-7772-583-0  
Acesso em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Jornalismo. 2. Trabalho. I. Título.

CDU: 316.77

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas  
Crimson Text e Rubik.

*Para Anita, Marcia, Valentina e Yasmin*



**EDUFES**  
EDITORA

O repórter tem diante de si a realidade. A realidade é a natureza e os outros homens. Como entender o mundo que nos rodeia? Como entender os conflitos, as mentiras aparentes, as verdades ocultas? Que instrumentos usar na hora da revelação?

Marcos Faerman, *As palavras aprisionadas* (1976)

A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.

Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach* (1845)

E o operário disse: Não!

Vinícius de Moraes, *Novos poemas II* (1959)



**EDUFES**  
EDITORA

# Sumário

Prefácio (Roseli Figaro) • 11

Notas introdutórias • 17

Marxismo e comunicação: a obra de Mészáros • 21

Ontologia do jornalismo • 39

O trabalho do jornalista e suas contradições • 57

A dialética da crise do jornalismo • 81

Por uma práxis noticiosa realista • 99

Karl Marx e a práxis jornalística • 113

O irracionalismo como motor da desinformação jornalística • 129

Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva • 147

Notas para a investigação da maquinaria informacional • 165

Posfácio • 183

Referências • 193

Índice remissivo • 209



**EDUFES**  
EDITORA

# Prefácio

O jornalismo como relato da vida cotidiana tem o objetivo de contribuir (em todos os sentidos) para o conhecimento das relações sociais e sua articulação histórica em instituições econômicas, culturais e de poder.

Essa afirmação, certamente partilhada por profissionais, estudiosos e empresários, pode ocultar, no entanto, uma sequência de perguntas muito pertinentes e poucas vezes enunciadas. Por exemplo: por que o jornalismo se autodenomina esclarecedor e como referência fundamental nas sociedades modernas para a vida dos cidadãos, para a democracia e para o bem comum? Pode o domínio discursivo do jornalismo propor-se como produção objetiva e ética de conhecimento sobre a vida em sociedade? Será o processo histórico um eixo a ser descartado quando se trata de compreender o que é o jornalismo no contexto de seu aparecimento e desenvolvimento no capitalismo? Como abstrair o discurso jornalístico de suas diferentes condições de produção? O jornalismo, ao se constituir em um domínio do conhecimento, deveria considerar as implicações da organização institucional do mercado da notícia? Pode existir jornalismo fora da condição dele como mercadoria? Quais relações se estabelecem entre as ideologias dominantes e o jornalismo? Pode o jornalismo ser expressão das ideologias dominantes e seus produtores identificados como intelectuais orgânicos do poder instituído? Poderíamos chamar de jornalismo o discurso informativo sobre o cotidiano produzido fora da empresa jornalística capitalista e por não profissionais? As atuais mudanças tecnológicas nas bases da produção jornalística alteram sua forma e seus objetivos?

A abordagem teórico-metodológica das reflexões de Rafael Bellan de Souza sintetiza, nesta obra, um excelente caminho para

tentarmos adentrar os meandros das problemáticas que as questões anteriores nos trazem. O autor encontra no materialismo histórico o ferramental necessário para discutir o jornalismo como produção de sentidos no contexto do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo contemporâneo. Nesse âmbito, o jornalismo, como qualquer outro produto cultural, está afeito às lógicas da condição histórica da organização política da sociedade, ele não pode ser conhecido, discutido e produzido alheio a essa condição.

Para desenvolver essa discussão, Souza nos convida a pensar o processo de produção social como produção humana, que se dá na confluência das lutas pelo poder e dos recursos produzidos pelo trabalho humano. O autor tem como base o pressuposto de que o ser humano se constitui na inter-relação de comunicação-trabalho, pois a luta pela subsistência é ao mesmo tempo ação sobre a natureza e ação sobre outros seres humanos. Desse modo, a atividade de comunicação e trabalho cria, simultaneamente, instrumentos e conceitos. A finalidade inscrita em um instrumento é fruto da ideação, da experiência no embate pela vida. Esse é o aspecto ontológico do ser social. Nada escapa à sina humana de fabricar instrumentos e sentidos, de fabricar uma cultura humana. A relação com o real é mediada pela condição ontológica, pois os seres humanos se aproximam dele e o conhecem por meio de signos, conceitos.

Dessa forma, fabricar utensílios é também fabricar categorias que dão sentidos a eles. Parafraseando Marx: aqueles que comem carne cozida com talheres diferem daqueles que comem carne crua com as mãos. Uma sociedade que lê notícias difere de uma sociedade iletrada que não chegou à leitura.

Souza explica a relação dialética entre ser e objeto que permeia a construção do conhecimento e o que significa afirmar a objetividade da realidade. Distante da frieza e da assepsia do racionalismo positivista ou do nebuloso individualismo do subjetivismo abstrato, as respostas para o conhecimento são a dialética e a contradição que substanciam a existência da particularidade constituída no social.

Ou seja, o ser como indivíduo social se constitui no processo das relações nas quais está imerso e nos eixos que elas têm com a história do desenvolvimento social. Forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) identificam a condição de objetividade da vida em sociedade.

No processo histórico, o discurso jornalístico é um produto moderno, visto que a informação sempre foi produzida de diferentes formas e circulada por diferentes meios. O ancestral informativo (a *Acta Diurna* romana, como proclamação noticiosa do império) distancia-se muitos séculos dos primórdios do jornal impresso pela prensa. O jornalismo *stricto sensu* só emerge como tal em outro tipo de sociedade, na qual o trabalho e a especialização das instituições alcançam outro nível e a organização da circulação das mercadorias adquire dimensões ampliadas no local, regional e internacional. Portanto, não se pode separar o jornalismo das condições das sociedades onde ele emerge. O jornalismo não *é*, o jornalismo *está* na dinâmica da história (global e local), *dá-se* como processo. Ou seja, assim como se constituiu como produto da sociedade capitalista ocidental moderna, pode deixar de sê-lo, da forma que o conhecemos, para ser outro.

Na obra de Souza, a sequência dos capítulos permite ao leitor a consolidação de conceitos fundamentais para compreender a dinâmica desse pensamento ousado, cuja tese central é valorizar o jornalismo como produção social de conhecimento para a transformação da correlação de forças entre dominantes e dominados. O potencial do discurso jornalístico guarda, nessa dimensão, um poder esclarecedor. Ele pode contribuir para a realização da tarefa ainda não alcançada de humanização da sociedade.

O jornalismo como discurso de combate, cuja enunciação depende da capacidade de avaliação dos elementos estruturantes, atua na contra-hegemonia. A pauta mais simples pode ser construída para revelar as contradições que operam no sistema do capital. Do preço do arroz com feijão, passando pelos indicadores de desemprego, à

notícia sobre o próximo capítulo da novela, tudo isso há de se operar com elementos reveladores de como se estruturam os interesses econômicos e políticos no sistema do capital. Dá-se aí a atividade consciente do sujeito social. Essa consciência emerge do distanciamento crítico, da desnaturalização da exploração, por meio da empatia ao potencial de humanidade existente nos seres humanos. Essa consciência não é espontânea, atributo de um ser especial, ela se constitui na dimensão da luta de classes. E é aí que o jornalismo tem um papel iluminador, ao compor, em seu domínio, a narrativa do cotidiano permeada por elementos questionadores da naturalização dos problemas sociais, econômicos: humanos.

No entanto, essa ação não é apenas um ato de vontade. O ser histórico consciente de seu papel profissional tem lugar importante no processo de produção do discurso, mas as instituições sociais atuam como poder de coerção e força impeditiva para o trabalho jornalístico comprometido com a democracia e a participação cidadã. As condições precárias, os baixos salários, o aumento das jornadas e a densificação do trabalho colocam o(a) profissional em situação muito desvantajosa para poder realizar o distanciamento crítico e elaborar estratégias compositivas que lhe permitam desenvolver elementos discursivos contra-hegemônicos. Essas condições laborais desqualificam o produto do trabalho, alienam o trabalhador e esvaziam o potencial transformador que o jornalismo porventura tenha.

Na história do Brasil, o trabalho do jornalista consolida-se num período pré-industrial, quando as relações se davam em um ambiente profissional incipiente e pouco estabelecido, muito dependente do poder do Estado. Nesse contexto, os jornalistas tinham empregos instáveis devido às características da instituição jornal, que era mantida por lógicas econômicas e discursivas vinculadas aos partidos políticos e aos órgãos do poder. O advento da grande indústria, das metrópoles e a influência estadunidense dão ao jornalismo seu perfil profissional que conhecemos na segunda metade do século XX. Acompanham essa nova fase inúmeras iniciativas para um distanciamento crítico da

então denominada indústria cultural. Contemporaneamente, a crise do jornalismo é parte da crise do capitalismo e de sua atual forma neo-liberal financeirizada: exploração aprofundada da extração do mais-valor do trabalho humano, que se dá de maneira renovada por meio da organização de empresas de plataforma. Estamos no olho do furacão da plataformização do jornalismo.

Nesse contexto, denominado como “reestruturação produtiva, miséria ideológica e desemprego estrutural”, Souza nos ajuda a identificar os desafios da prática jornalística e, sobretudo, do ensino e da crítica desse domínio do conhecimento. As teorias do jornalismo são produções conceituais advindas da análise desse fenômeno, amparadas por tradições filosóficas e sociológicas funcionalistas, fenomenológicas e/ou hermenêuticas. Souza posiciona-se para tomá-las em suas contribuições pontuais, deslocando, no entanto, a ancoragem teórico-epistemológica de fundo. O autor afirma a possibilidade de mobilizar os conceitos, de *gatekeeping*, *newsmaking*, agendamento e enquadramento, por exemplo, que advêm de um campo funcionalista, para apontá-los em direção a apropriações ancoradas em análises mais aprofundadas sobre as relações de produção e os embates ideológicos da mercadoria-notícia.

A proposta de articulação teórica e metodológica realizada por Souza em seu último capítulo tem base em um programa de estudos fundamentado nos valores jornalísticos enunciados por Adelmo Genro Filho (2012), na perspectiva de o jornalismo constituir-se em produção de conhecimento para a transformação social. É uma proposta desafiadora e merece atenção. Sua moldura tem o pressuposto de que o jornalismo endossaria uma prática consubstanciada no humanismo radical, cuja utopia é a superação da exploração do trabalho humano.

Podemos afirmar que Souza é um pesquisador herdeiro das contribuições de Adelmo Genro Filho (2012) para a construção de uma teoria marxista dos estudos do jornalismo. Nesse sentido, este livro é, sem dúvida, uma contribuição efetiva para os estudos da área

na melhor tradição da reflexão crítica, ativa e propositiva. Será um grande ganho travar esse debate proposto por Souza com as novas gerações de jornalistas.

*Roseli Figaro*

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, 30 de maio de 2021

# Notas introdutórias

Este livro congrega artigos que buscam refletir sobre o jornalismo contemporâneo pelo ponto de vista da atividade humana, em que o trabalho se torna o eixo principal da produção e reprodução da vida. O binômio comunicação-trabalho tem sido desenvolvido como uma alternativa crítica de pesquisa orientada à compreensão das questões norteadoras da sociabilidade humana. Esse termo está inserido num contexto em que as tecnologias de informação reorganizam não só o sistema produtivo, mas também a percepção coletiva dos sujeitos históricos. A estadia de pós-doutoramento no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da Universidade de São Paulo (USP) colocou em pauta o desafio de aprofundar os marcos teóricos que solidificam uma análise dialética da práxis jornalística. Os estudos aqui apresentados decorrem dessas reflexões e de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em especial no projeto Ontologia do Jornalismo, assim como nos instigantes debates realizados pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis.

O mundo do trabalho aparece como a referência em que é possível pensarmos criticamente não só as mudanças na comunicação midiática, mas também as percepções de indivíduos que, estranhados pela subsunção de sua atividade produtiva ao capital, sofrem pela corrosão da subjetividade gestada pela alienação de seu potencial criativo e emancipador. O trabalho do jornalista, no contexto da reestruturação produtiva, revela uma crescente precarização, cujas atividades passam cada vez mais pela colonização das rotinas e dos imaginários. Pensar a práxis noticiosa, nesse sentido, significa investigar até que ponto a lógica empresarial tem estruturado reais possibilidades de

criação de um jornalismo como forma social de conhecimento, bem como sua capacidade em esclarecer os indivíduos, além de também ponderar se as alternativas criadas fora desse âmbito estritamente mercantil dão conta dessa vocação.

A nova arena de afirmação da práxis jornalística, em que pese a hegemonia de processos capitalistas direcionados a revestir a informação de atrativos comerciais, expressa características ainda em definição, pois, embora seja nítido o refluxo do fazer jornalístico clássico (o que define novos valores profissionais e perfis), também foi aberto um campo para o repensar da essência do jornalismo na conjuntura de crise estrutural do capital e de seus epifenômenos mais nítidos: reestruturação produtiva, miséria ideológica e desemprego estrutural.

Um fio condutor desta obra é a conexão existente entre o perfil profissional dos jornalistas no Brasil e a particularidade do mundo do trabalho e sua morfologia no século XXI. As inovações organizacionais e as tecnologias de informação definem o tom da atividade laboral contemporânea e, do ponto de vista da totalidade, vemos o trabalho como parte de processos concretos relacionados à crise do sociometabolismo do capital. A dialética e as demais contribuições do campo marxista são articuladas neste livro com base nos levantamentos sobre o perfil dos jornalistas realizados no Brasil. De caráter teórico e com orientações metodológicas de natureza histórica e documental, os capítulos que compõem a obra defendem uma abordagem ontológica sobre o jornalismo e sua famigerada crise, que, para nós, só pode ser refletida enquanto uma atividade humana material e, não obstante, objetiva. Assim, problemáticas como as *fake news* e o debate sobre a objetividade são passadas em escrutínio, bem como são examinadas aqui as contribuições de autores do marxismo (Lukács, Mészáros, Genro Filho, Antunes e o próprio Marx) para pensarmos a comunicação em tempos de hegemonia das redes digitais.

Portanto, em relação ao problema das potencialidades concretas da práxis jornalística em alcançar um papel formador na sociedade atual, aqui se fazem uma síntese do trabalho comunicativo do

jornalista e uma avaliação sobre as alternativas criadas com a perda de monopólio dos conglomerados midiáticos. Ou seja, pela resposta que foi elaborada perpassam os desafios da práxis noticiosa no limiar de uma crise civilizatória, que espalha pelo globo a ampliação da barbárie social. O debate sobre qual jornalismo temos hoje e qual poderemos ter como alternativa emancipatória norteia os elementos analisados neste livro.

Assim, os capítulos a seguir visam tocar em algumas das principais questões que o campo do jornalismo enfrenta no século XXI: trabalho precário, desinformação, objetividade, crise das instituições e também os elementos emergentes que reafirmam a importância dessa forma social de conhecimento.



**EDUFES**  
EDITORA

# Marxismo e comunicação: a obra de Mészáros<sup>1</sup>

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, avançou, na comunidade científica do Ocidente, a errônea compreensão de que o pensamento marxista estava em vias de sepultamento. No campo da comunicação, com exceções presentes na Economia Política da Comunicação (EPC) (BRITTOS; BOLÃO, 2005; DANTAS, 2012), nas reflexões em torno do binômio comunicação-trabalho (FIGARO, 2008), nos debates sobre a hegemonia midiática (MORAES, 2016) e entre poucos adeptos críticos dos Estudos Culturais Ingleses (CEVASCO, 2003; ESCOSTEGUY, 2001), há, desde então, certo abandono do materialismo histórico e dialético nas práticas investigativas dos fenômenos midiáticos. Mesmo que ainda resistente em parte dos estudos do jornalismo, muito graças ao legado do lukacsiano Genro Filho (2012), a dialética de inspiração marxiana parece fora de moda, consistindo em uma abordagem pouco expressiva comparada a outras correntes teóricas do pensamento comunicacional.

Concordando com Eagleton (2005), fica claro que o resgate do pensamento marxista, além de necessário, merece a atenção dos pesquisadores brasileiros. Não é possível existir teoria da comunicação sem uma teoria sobre a sociedade. Em tempos de nova narrativa global, inscrita em uma lógica de crise, o papel da crítica ontológica deve

---

1. Este capítulo toma por base o artigo “István Mészáros como teórico da comunicação: a mídia em tempos de crise do capital” (SOUZA, 2016).

ser despertado. A perda da totalidade nas pesquisas comunicacionais expressa uma dose de miopia diante do sentido dos processos históricos e sociais que são parte da realidade dos sujeitos comunicantes. Pensar a mídia sem relacioná-la à vida material dos agentes e à luta de classes, que sustenta os discursos ideológicos e as estratégias de poder hegemônicas, pode transformar a ciência da comunicação em um campo estéril em relação à missão de alimentar a práxis dos homens. Sem o aporte da ontologia marxiana, dificilmente se pode alcançar a densidade necessária para compreensão da realidade social e, por conseguinte, o papel da comunicação midiática na conjuntura atual.

A discussão que se segue coloca o pensamento do mais importante teórico marxista do século XXI, István Mészáros, como vital para o desnudamento do tempo presente e, por isso, como uma importante contribuição para situarmos os problemas comunicacionais como parte da problemática concreta da sociabilidade humana estranhada do sistema sociometabólico<sup>2</sup> do capital.

Mészáros foi discípulo do filósofo húngaro Gyorgy Lukács, conhecido pela obra *História e consciência de classe*, talvez principal referência filosófica da Escola de Frankfurt. Lukács, seu mestre e amigo, também deixou, na velhice, dois testamentos que servem de baliza para uma refundação do marxismo: a portentosa *Estética* e o profundo *Para uma ontologia do ser social*. Mészáros, na linha desse legado, deu continuidade em *Para além do capital* ao projeto do mentor e praticamente escreveu *O capital* de nossos dias. Nessa grandiosa obra está um mapa do sistema social, em que é possível encontrar um balanço das

---

2. Mészáros (2002) define o sociometabolismo do capital como um complexo social, abrangente e incontrolável, caracterizado pela subsunção da divisão hierárquica do trabalho aos seus ditames. O núcleo constitutivo desse sistema é formado por três dimensões fundamentais materialmente constituídas: o Estado, o trabalho e o próprio capital. Esse sistema subordina para si todas as áreas da atividade humana, sendo, nesse sentido, um complexo universal mediador dos complexos particulares, entre eles os domínios culturais e intelectuais.

experiências socialistas atrelado a uma investigação radical dos condicionantes econômicos que articulam o sistema do capital em crise.

Crítico arguto dos apologistas do sistema do capital, Mészáros era um pensador erudito e dialético. O realismo de sua visão teórica apresenta boas conexões na articulação crítica da problemática comunicacional. Este capítulo apresenta notas para essa tarefa, ainda a ser construída coletivamente pelos pesquisadores (e militantes) da causa da emancipação humana.

## **MEDIAÇÕES DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM**

O sólido edifício teórico de Mészáros sustenta-se sobre uma base ontológica que permite superar a visão naturalista do capital como mediador eterno da produção social. Ao distinguir as mediações de primeira ordem das mediações secundárias, o orientando de Lukács coloca o trabalho como o eixo criador do ser social, definido como uma essencialidade humana que não pode ser reconhecida como parte de seu antagonista, o capital. Ou seja, na esteira de uma criativa leitura dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx (2004) e debitário da articulação do Lukács (2010) maduro, ele apresenta o trabalho e a produção das necessidades humanas como fundadores do ser social. Assim, as mediações de primeira ordem atendem à manutenção da vida humana fundada no intercâmbio social com a natureza. Essa mediação primordial congrega:

- a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
- a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;

- o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos) (MÉSZÁROS, 2002, p. 213).

Há também um papel comunicacional importante na existência social e em sua reprodução econômica, principalmente no que tange

[à] organização, [à] coordenação e [ao] controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2002, p. 213).

Ao apontar as relações sociais e seu papel na intencionalidade coletiva de estabelecer a vida material das comunidades humanas complexas, Méészáros (2002) faz coro com Lukács (2013) sobre o papel da linguagem e da comunicação no direcionamento dos outros indivíduos para atender finalidades produtivas. Ou seja, o papel das relações comunicativas entre os homens se refere a uma mediação primária de extrema relevância, algo essencial ao modo de vida humana, visto que, ontologicamente, faz parte da constituição do ser social.

Outro aspecto que tem vínculo com as práticas comunicativas é “a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária” (MÉSZÁROS, 2002, p. 213). A coordenação da produção e a criação de orientações coletivas envolvem tornar comum a aplicação de ideias na realidade concreta (pôr teleológico) com a intenção de racionalmente transformar a natureza para atender às necessidades humanas. Nesse sentido, a comunicação e o trabalho se aproximam, colocando a economia (o planejamento dos recursos para atender a sociedade) como uma prática voltada à

alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de *economizadora*) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas (MÉSZÁROS, 2002, p. 213, grifo do autor).

O capital surge como adversário dessa perspectiva insuperável da produção da vida por parte da humanidade. A atividade produtiva primária como condição intrínseca da existência social passa a ser governada por um ente que lhe é estranho, cujas mediações (de segunda ordem) garantem sua eternização e naturalização como sistema sociometabólico. A segunda ordem de mediações do sistema do capital pode ser resumida nesta passagem de Mézszáros:

- a *família nuclear*, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;
- os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;
- o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora, considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usuário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora

global do sistema monetário dos dias de hoje (MÉSZÁROS, 2002, p. 180, grifo do autor).

Esse conjunto de mediações secundárias demonstra a capacidade desse sistema sociometabólico de reprodução societária em dominar a totalidade da vida social enquanto potencializa o estranhamento<sup>3</sup> em grau jamais visto, subsumindo as potencialidades humanas dadas tanto pelo trabalho como pela comunicação aos imperativos do capital. Mézáros também aponta como características das mediações de segunda ordem:

- os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada;
- as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e

---

3. A ideia de que o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana e de que pode até mesmo rebaixá-la faz parte do pensamento lukacsiano. O estranhamento, segundo Lukács (2013), também é um fenômeno ideológico e brota diretamente dos complexos da vida cotidiana, sendo produto das relações econômicas imperantes. A mobilização do *medium* da vida cotidiana pelos conteúdos deturpados é um jogo ideológico focado no rebaixamento das faculdades humanas em prol da manipulação capitalista.

• ... o incontrolável *mercado mundial*, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevaletentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores (MÉSZÁROS, 2002, p. 180, grifo do autor).

O tripé Estado, capital e trabalho assalariado sustenta o sistema vigente, cuja articulação infesta, de forma centrífuga, o todo social. As formas primárias de intercâmbio são deformadas pela alienação e pelos parâmetros fetichistas de controle, subordinando tudo à dominação dada pelo acúmulo do capital. Marxista e dialético, para Mészáros tanto os microcosmos mais singulares quanto as articulações mais amplas do mundo globalizado modelado pela forma-mercadoria integram a totalidade, que, longe de fechada e inerte como na famigerada Teoria dos Sistemas, modifica-se contraditoriamente na processualidade histórica. A comunicação, como práxis social inserida nesse complexo, não é subproduto das mediações de segunda ordem, mas nelas adquire uma função conectada à produção e à circulação de produtos regidos pelo capital. Atestada essa teoria, isso implica que os comunicólogos não idealizem as trocas simbólicas como expressão da vontade livre de indivíduos emancipados. Longe de uma visão instrumentalista, é fato que qualquer tipo de ação dos homens precisa ser refletida em conexão estreita com a totalidade, no caso, a sociedade regida pelo capital, cujo trabalho social (e comunicativo) é subsumido à ordem hierárquica de exploração econômica do trabalho excedente.

As mediações de segunda ordem do sistema do capital, pelas quais as funções vitais da reprodução sociometabólica devem ser realizadas, constituem uma desorientadora rede em que estão inseridos os indivíduos particulares. Na qualidade de membros de um grupo

social, eles são localizados em algum ponto predeterminado na estrutura de comando do capital muito antes mesmo de aprender as primeiras palavras no ambiente familiar (MÉSZÁROS, 2002, p. 187).

Como ignorar essa rede, que forma o indivíduo desde seu nascimento, na tentativa de compreensão dos sujeitos e suas práticas? Essa naturalização da estrutura ganha dimensão ideológica, fazendo com que a consciência prática dos homens, que se manifesta via linguagem e é canalizada na comunicação humana, desponte como uma esfera de impacto considerável no seio da constituição do sistema. A alienação advinda dos mecanismos da acumulação capitalista interfere de forma clara nos sujeitos comunicantes, pois eles estão imbricados em uma vida cujo sentido reificado ganha amplo espectro nas mentalidades dos indivíduos.

A subjetividade e os pressupostos teleológicos que orientam a práxis comunicativa incidem no tipo de produto construído. O fato de haver uma expectativa sistêmica (nos âmbitos de produção e consumo) que cria o ambiente em que a comunicação midiática se exprime, força os pesquisadores da mídia a investigarem as relações sociais como parte das mediações de segunda ordem. Mais do que simplesmente considerar, no atacado, a produção midiática como evidência de uma indústria cultural monolítica, precisa ser colocada, na ordem do dia, a capacidade de olhar a comunicação como práxis humana conduzida e delimitada pelas mediações estranhadas do sistema sociometabólico do capital.

O Estado, a economia, a cultura, as relações familiares, a temática de gênero, a desigualdade social: nada escapa da perspectiva crítica de Mézáros, no sentido de que ele evidencia a centralidade da produção da vida material no seio do pensamento social. Pensar as mídias e a comunicação nessa dinâmica requer o experimento da dialética entre a autonomia relativa das práticas comunicativas e sua inter-relação com a totalidade sistêmica (aqui vista como dinâmica e contraditória). A contradição capital-trabalho, nesse sentido, não pode ser descartada quando pensamos a comunicação em suas mais diferentes

expressões e dispositivos, visto que eles são expressões fenomênicas da produção e reprodução da vida material concreta.

Assim, com Mészáros, podemos entender a comunicação enquanto uma práxis capaz de orientar a vida coletiva, mas que surge obstaculizada pelas mediações de segunda ordem e pelo estranhamento dado no metabolismo social do capital. Mesmo na articulação midiática mais ampla advinda do desenvolvimento da indústria da consciência (ENZENSBERGER, 2003), o papel de controlar o metabolismo social tal como está posto passa pela batalha ideológica em torno de projetos sociais antagônicos.

## O SISTEMA DO CAPITAL E AS PRÁTICAS COMUNICATIVAS

O balanço radical que Mészáros propõe sobre as experiências do chamado socialismo real, considerando-as falhas no sentido da constituição de uma alternativa ao capital, passa pela distinção, feita por ele, entre capital e capitalismo. O segundo pode ser substituído por novas formas de extração do trabalho excedente sem necessariamente eliminar o capital. A sociedade se dá por uma articulação orgânica erigida pela forma-mercadoria e sua indispensável exploração do trabalho. A riqueza produzida socialmente é acumulada e o capital estrutura um metabolismo que garante esse princípio.

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política* (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, grifos do autor).

As posições de classe dos sujeitos não podem ser ignoradas nesse processo. Pelo método dialético, é possível alcançar os conflitos sociais evidentes nas ruas ou nos discursos que disputam a hegemonia (direção moral e intelectual) em suas mais variadas esferas. Uma sociedade antagonicamente dividida em classes articula os discursos ideológicos (cujo interesse é controlar o metabolismo social) em suas formas comunicativas variadas, desde a conversa interpessoal mais singular até os maquinários tecnológicos de transmissão informativos mais sofisticados. Claro que cada mídia, desde o corpo<sup>4</sup> até os *smartphones*, apresenta uma gramática própria. Contudo, a força centrífuga do capital e os conflitos classistas permeiam todas as formas humanas de troca simbólica.

Mészáros cita os trabalhos de Enzensberger (2003) como lugares seguros para que sejam pensados os dilemas da área. Isso porque, ao debater sobre as indústrias da consciência, Enzensberger ressalta o papel emancipatório que elas podem ter, não anulando, como faz Adorno (2002), a essência comunicacional do seu aspecto fenomênico mercantilizado, parte das mediações de segunda ordem. Assim, a comunicação não é sinônimo de capital, mas é evidentemente capturada por essa ordem de mediações alienadas.

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência

---

4. Beth e Pross (1987) contribuem com o debate sobre os aparatos midiáticos por meio da definição de mídia primária, secundária e terciária, demonstrando que as práticas comunicativas se iniciam no corpo humano.

absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 188).

A mídia que se manifesta como uma indústria das consciências é expressão particular do sistema e, portanto, do ponto de vista cultural, político ou econômico é sempre parte da processualidade histórica dele e das contradições que o movem. A contribuição meszariana, nesse ínterim, é perpassada pelo debate sobre economia política e também pela produção de sentido, observável no interior da luta ideológica que se manifesta via conteúdos. Ideologia, nesse caso, consiste numa consciência prática que articula os “conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). O mundo do trabalho não é uma estrutura básica mecânica que gera modos de pensamento; aqui o que se coloca é a articulação profunda entre consciência e existência, ser social e vida econômica. A materialidade da comunicação aparece, então, como uma práxis social cuja ocorrência se relaciona dialeticamente aos complexos sociais do metabolismo, dirigido no contexto atual pelas mediações de segunda ordem.

A comunicação como práxis emancipatória pode ser construída pela tarefa histórica de superação das mediações de segunda ordem, colocando-se a relação entre homem e natureza e a reprodução social em outro patamar. Uma mediação primária articulada ao protagonismo social – a possibilidade de mudança da ordem, readequando a comunicação como ação livre e a troca simbólica entre indivíduos iguais, norteadas pela decisão coletiva dos trabalhadores livremente associados – pode ser esse projeto político e social.

As formas essenciais da mediação primária abrangem as relações em cujo quadro tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo

a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada (MÉSZÁROS, 2002, p. 212).

Pensar a comunicação para além do capital significa recuperar a possibilidade de restabelecer o controle social sobre a mídia e, como aponta Enzensberger (2003), superar o uso repressor dos meios de comunicação massivos.

## **CRISE E COMUNICAÇÃO**

Vimos que a reflexão sobre as mediações reprodutivas e a articulação de uma totalidade sistêmica gerida pelo capital são contribuições indispensáveis para o pensamento comunicacional. Também o debate ideológico, que pode auxiliar estudos de produção de sentido e reflexões epistemológicas – algo preliminarmente apontado por Schneider (2010, 2013) –, tem a contribuição do autor em tela. Melo (2011), buscando um panorama do marxismo no campo da comunicação brasileira, aposta na relação entre trabalho e linguagem:

Demonstrei ali que a compreensão do fenômeno comunicacional, pela ótica do materialismo dialético, fundamenta-se na relação entre trabalho e linguagem, variável essencial para o entendimento dos atos humanos de interação simbólica. Consultei, nessa ocasião, as fontes disponíveis, particularmente os escritos seminais de Marx e Engels e as exegeses feitas por marxistas de linhas distintas, desde os russos (Lênin e Afanassiev) até os pensadores ocidentais como Adam Schaff e Leôncio Basbaum (MELO, 2011, p. 17).

A relação entre trabalho, linguagem e comunicação pode trazer importantes resultados. Figaro (2008) e seus orientandos têm refletido sobre essa questão, situando as relações de comunicação como inerentes às lógicas produtivas. De acordo com sua análise, as mudanças comunicacionais articulam os perfis dos trabalhadores, e

o mundo do trabalho aparece como o lócus em que é possível pensar criticamente não só as mudanças na comunicação midiática, mas também as percepções de indivíduos que, estranhados pelo trabalho abstrato, sofrem por causa da captura da subjetividade proporcionada pela alienação de seu potencial criativo e emancipador. Nesse conjunto de reflexões, a comunicação tem papel de destaque nas prescrições das atividades laborais que, com as inovações tecnológicas cada dia mais presentes, invadem o cotidiano com o intuito de formar o indivíduo típico do capitalismo tardio.

Já no contexto do toyotismo, o trabalho comunicacional revela uma crescente realidade de precarização do homem, cujas atividades passam cada vez mais por arranjos que, de certa forma, colonizam sua atividade e seu imaginário. Isso porque o sistema do capital se fundamenta sobre

alicerces de estruturas discriminatórias alienantes e mediações de segunda ordem da “economia individual” há muito estabelecidas e, naturalmente, forçosamente as adaptou a seus próprios objetivos e a suas exigências de reprodução (MÉSZÁROS, 2002, p. 303).

Giovanni Alves (2011) relaciona de forma ontológica essa reestruturação produtiva como parte de mudanças tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas:

O toyotismo é a “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. Existe uma intensa sinergia entre inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sociometabólicas, constituindo o novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI (ALVES, 2011, p. 43).

A reestruturação produtiva do mundo do trabalho, a ideologia pós-modernista<sup>5</sup> e sua adesão à tese do fim das ideologias, o neoliberalismo do Estado e a ampliação irracional de novas tecnologias da comunicação são engrenagens de um mesmo complexo: a crise estrutural do capital. Nela, os limites absolutos do sistema são desafiados para garantir a recuperação da queda da taxa de lucros, intensificada, principalmente, a partir dos anos 1970. Essa crise, iniciada no pós-Guerra, tem caráter universal, é global, cíclica, permanente, irrecuperável, rastejante e reserva para o futuro grandes convulsões, dada a constante destruição dos aparatos de controle das contradições do capitalismo. Segundo Mészáros, essa crise estrutural é inseparável da ativação dos limites intransponíveis do capital, com consequências mais destrutivas para o futuro.

A crise estrutural leva todo o corpo social a ter na crise a qualidade predominante da reprodução da vida cotidiana. Em todos os seus aspectos. Dos mais coletivos, como a desagregação dos centros

---

5. Na síntese de uma importante pensadora da linhagem marxista: “ênfase na linguagem, na cultura e no ‘discurso’ (com o argumento de que a linguagem é tudo o que podemos conhecer sobre o mundo e de que não temos acesso a nenhuma outra realidade), em detrimento das preocupações ‘economicistas’ tradicionais da esquerda e das velhas preocupações da economia política; rejeição do conhecimento ‘totalizante’ e dos valores ‘universalistas’ (incluindo as concepções ocidentais de ‘racionalidade’, as ideias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana geral), em benefício da ênfase na ‘diferença’, em identidades particulares diversas como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e em várias opressões e lutas particulares e separadas; insistência na natureza fluida e fragmentada do eu humano (o ‘sujeito descentrado’), que toma nossas identidades de tal modo variáveis, incertas e frágeis, que é difícil ver como podemos desenvolver o tipo de consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletivas fundadas numa ‘identidade’ social comum (como a classe), numa experiência e em interesses comuns – uma exaltação do ‘marginal’ –; e repúdio das ‘grandes narrativas’, tais como as ideias ocidentais de progresso, incluindo as teorias marxistas da história” (WOOD, 1995, p. 123).

urbanos e a militarização dos conflitos sociais, até os mais individuais. Os elementos de continuidade deixam de ser acumulação da riqueza; para ser a própria crise enquanto tal (LESSA, 2007, p. 104).

A crise articula os complexos econômicos, modificando o mundo do trabalho, as indústrias da consciência e o panorama ideológico da época. Ela reorganiza e submete aos seus limites a expressividade de uma dada cultura, coloca os parâmetros da luta de classes e direciona um novo contexto comunicacional, que, ao esbarrar nas margens absolutas do sistema sociometabólico, não pode ser superado dentro da própria unidade sistêmica.

Economia, indústria das consciências, linguagem e trabalho comunicacional estão englobados na totalidade e, nesse sentido, são epifenômenos das contradições mais universalizantes presentes na crise estrutural do capital. Contudo, a crise também revela suas contradições, pois, mesmo com um amplo aparelho ideológico a seu favor, as desigualdades e a barbárie social não podem ser guardadas embaixo do tapete para sempre, ainda mais com a crescente ampliação do tempo livre.

A produção em massa de tempo disponível [...] vem acompanhada hoje não apenas por um conhecimento em expansão, mas também por uma consciência mais aguda das contradições inerentes aos fracassos demonstrados na prática, assim como pelo desenvolvimento de novos modos e meios de comunicação, capazes de uma difusão efetiva das amplas evidências que atestam a emergência daquelas contradições (MÉSZÁROS, 2002, p. 994).

A comunicação pode servir aos dois lados do conflito. A disposição de novas tecnologias comunicativas e seu ampliado papel na contemporaneidade criam uma esfera que, sem garantias precedentes, pode despertar os indivíduos para a gravidade da crise em andamento.

## MARXISMO CRÍTICO E LIBERTÁRIO

As contribuições do pensamento de Mészáros para a teoria social são inegáveis, mas no campo da comunicação o autor permanece pouco explorado. Sua leitura ontológica do sistema de reprodução socio-metabólica (como ele o denominou) é a mais importante referência global para uma reflexão macrossocial da realidade em que a comunicação se efetiva. A noção de práxis comunicativa, um processo que envolve sujeitos e seus interesses e a dimensão ideológica da produção de sentido impressa nas diversas linguagens midiáticas, relaciona-se, como foi pontuado, não só às mediações de segunda ordem, mas também a epifenômenos da crise estrutural do capital.

Entendendo a ideologia não como simplesmente falseamento do real, mas como uma consciência prática que visa dar respostas às lutas em andamento, o papel da mídia torna-se central. A discussão sobre o Estado nos estudos de Mészáros também clarifica as reflexões sobre as políticas públicas de comunicação, a regulação dos meios e o papel da mídia na articulação do poder político, que, para o teórico, só se estabelece em função do poder econômico.

Em sua visão marxista, merecem destaque suas reflexões sobre a consciência de classe dos trabalhadores, separadas entre contingente e necessária. Estudos sobre a mídia radical (DOWNING, 2002) e seus formatos e estratégias têm muito a ganhar assumindo essa proposição, ou melhor, têm potencial em instituir

o tema estrategicamente central do controle social [...], mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista) (MÉSZÁROS, 2008, p. 89).

Pensar o trabalho comunicacional e a ideologia nele manifestada, que passa pela inerente captura da subjetividade dos sujeitos

sociais estranhados na lógica orgânica do capital; refletir sobre o peso ontológico da cultura da mídia na compreensão histórica dos indivíduos, bem como sobre o complexo econômico em crise e seus reflexos na indústria das consciências; aferir o potencial emancipatório de formas radicais alternativas de mídia e seu uso da ideologia emancipatória<sup>6</sup> para a constituição de uma consciência de classe necessária; investigar formas de organização que, permeadas por iniciativas comunicativas, promovem mudanças no todo social; debater o trabalho e a linguagem no âmbito da sociedade em crise, prescrevendo a unidade existente entre objetividade e subjetividade. Enfim, muitas temáticas podem ser aludidas, o que demonstra a vitalidade da interface entre o marxismo crítico, dialético e libertário de Mészáros e os problemas da comunicação.

---

6. “Sendo a ideologia a consciência prática inevitável das sociedades de classes, articulada de modo tal que os membros das forças sociais opostas possam se tornar conscientes de seus conflitos materialmente fundados e lutar por eles, a questão verdadeiramente importante é a seguinte: os indivíduos, equipados com a ideologia da classe a que pertencem, ficarão ao lado da causa da emancipação, que se desdobra na história, ou se alinharão contra ela? A ideologia pode (e de fato faz) servir a ambos os lados com seus meios e métodos de mobilização dos indivíduos que, ainda que não percebam com clareza o que ocorre, inevitavelmente participam da luta em andamento” (MÉSZÁROS, 2004, p. 327).



**EDUFES**  
EDITORA

# Ontologia do jornalismo<sup>7</sup>

Este capítulo se insere na proposta de uma teoria marxista do jornalismo advinda da investigação ontológica desenvolvida por Genro Filho (2012), que, entre outras contribuições de profunda atualidade, apresenta a práxis noticiosa em sua historicidade, apontando as contradições de uma forma social de conhecimento que, embora criada no bojo de uma sociedade capitalista, tem potencialidades que a ultrapassam. O jornalismo, nesse sentido, se apresenta em sua dimensão concreta e histórica como portador de elementos transitórios e perenes. E, para além do rastro de seu papel na luta de classes nos momentos conjunturais, faz parte da totalidade humana em sua autorreprodução.

Nessa esteira, o capítulo tem como proposta estudar esse objeto como parte de um processo, o que demanda ir além da aparência empírica, partindo em direção a sua essência, estrutura e dinâmica. Reproduzir teoricamente o concreto enquanto múltiplas determinações, conhecendo as categorias que constituem a articulação interna de um complexo (MARX, 2011a), faz parte da formulação metodológica dialética que, não se fixando em regras e procedimentos, define uma posição ontológica do sujeito da pesquisa na compreensão realista de um fenômeno. Para isso, nucleiam-se categorias como a totalidade, a mediação e a contradição (NETTO, 2011), bases para um processo de conhecimento que vai da aparência à essência, revelando a natureza íntima da dinâmica social no concreto pensado.

No marxismo, a crítica ontológica pode ser interpretada como a busca pela constituição interna do objeto, a própria atividade humana,

---

7. Este capítulo toma por base o artigo “Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise” (SOUZA, 2017b).

em que o trabalho é a forma prototípica de todo o complexo social, é a mediação entre o homem e a realidade objetiva. Desse modo,

a realidade social deve ser entendida como totalidade concreta, como transformação da possibilidade e probabilidade em liberdade através da criação e superação permanente de necessidades por meio de trabalho (GENRO FILHO, 2012, p. 195).

O método aplicado por Marx, recuperado na teoria marxista do jornalismo, expõe a especificidade dos fenômenos dentro do complexo da sociedade. Tratar de ontologia no marxismo significa entendê-la como uma ontologia do ser social – expressão cunhada por Gyorgy Lukács (2013) para caracterizar o processo humano de construção de mundo por sua própria produção. A práxis do homem é epicêntrica na elaboração da totalidade social, um sistema de complexos contraditórios, abertos, que se apresenta como estrutura composta pela interação de sujeitos que produzem e reproduzem a vida em sua relação com a natureza.

Em tudo isso, torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; mais exatamente, como a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável (LUKÁCS, 2013, p. 204).

Partindo desse ponto, aqui será abordada a dialética existente entre o jornalismo enquanto atividade laboral e a perspectiva do seu produto na conjuntura da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002). Ou seja, racionalizaremos o contexto histórico processual em que se coloca essa prática, sua dimensão na estrutura subjacente do modo de produção sociometabólico e, depois, refletiremos sobre sua articulação ontológica, visto que a essencialidade do jornalismo enquanto forma social de conhecimento apresenta-se como fenômeno, algo que precisa ser explorado no contexto do capitalismo no século XXI.

Primeiro, é necessária uma definição clara do trabalho do jornalista, uma vez que é na atenção dada à atividade criadora do homem por ele mesmo e suas mediações que se encontra o nó central do projeto marxiano de crítica ontológica e projeto societário e – como aponta Ranieri (2011), tratando da concepção metodológica de Marx – a teoria só ganha materialidade ao levar em conta as relações provenientes do trabalho, visto que, ao abandonar a prática, ela pode perder o sentido e resvalar na manipulação.

## **O TRABALHO COMO PÔR TELEOLÓGICO**

Para um melhor entendimento da caracterização do trabalho do jornalista no interior do sistema sociometabólico do capital, é fundamental a apresentação da noção lukacsiana de trabalho, visto que é a mais importante leitura do marxismo enquanto ontologia do ser social. Seria impossível reproduzir aqui, mesmo que superficialmente, a grandiosidade do empenho de Lukács (2013) em desvelar os condicionantes do ser em seus complexos categoriais mais importantes. Basta, por ora, assinalar a profunda recuperação do trabalho e sua dialética no salto ontológico do homem em sua humanização, como ser criador de seu próprio mundo. A reprodução social é parte constitutiva da dinâmica do homem e alimentadora de sua sociabilidade, que se liga ao trabalho de forma inexpugnável, o qual é modelo de toda a práxis social e das atividades essencialmente humanas.

Seguindo o pensamento de Lukács (2013, p. 159), “todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas”. A categoria trabalho é considerada elemento fundante do ser social, porque é a partir do intercâmbio orgânico com a natureza que o homem se realiza e, diferentemente dos outros animais, cria necessidades e possibilidades, proporcionando um processo reprodutivo que requer diferentes complexos sociais para atender às demandas recém-surgidas. Esses complexos, erguidos por uma nova situação criada pelo trabalho – em que o homem se distancia das barreiras naturais, conforme dizia Marx (2004) –, todavia, também geram outras demandas e devires, além de novos sistemas, desenvolvendo a totalidade social. As formas históricas de trabalho são criadoras, fundantes, das suas formações sociais específicas. Mesmo assim, a totalidade social não se restringe ao trabalho, mas mantém, com ele, uma relação entre o polo fundante e o fundado.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

O trabalho é apresentado como a objetivação de uma prévia ideiação, um pôr teleológico que transforma a natureza seguindo uma intencionalidade subjetiva dada pelos homens. Ou seja, por meio da teleologia, uma ordem de cadeias causais é acarretada, constituindo o complexo social. A dialética entre teleologia e causalidade representa também a distinção entre sujeito e objeto, em que o trabalho é o mediador central entre os dois eixos. O pôr teleológico, intencionalidade humana, surge como uma tomada de decisão entre diversas alternativas e, buscando inserir uma finalidade no real, enfrenta

outras causalidades dadas na objetividade, inter-relacionando com elas a dinâmica criadora dos complexos sociais. A transformação do potencial advindo da subjetividade em realização depende da dialética entre a causalidade posta e a rede causal determinada na natureza. Como dizia Marx (2011b, p. 25), os

homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.

O pôr teleológico primário altera a natureza, fazendo com que a consciência crie cadeias de causalidades, transformando a realidade. O afastamento das barreiras naturais por meio do desenvolvimento do trabalho (MARX, 2004) mostra a luta do homem para resolver as questões da necessidade e da escassez. Mas há também outro tipo de pôr teleológico, em que a consciência tem um papel crucial na alteração dos pores teleológicos dos outros seres humanos. O papel da linguagem nesses complexos é basilar. A finalidade nesse modelo de prévia ideação é induzir a consciência alheia seguindo um modelo pré-determinado.

o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2013, p. 84).

O pôr teleológico secundário produziu, na sociedade capitalista, as mais desenvolvidas formas de divisão do trabalho. As atividades humanas são direcionadas por ideias que definem metas de trabalho,

fiscalizam e conduzem, com justificativas ideológicas, o modelo de reprodução instaurado. No entanto, não devemos reduzir esse tipo de prévia ideação com base em sua tarefa no modelo estranhado do capital, pois ela faz parte da constituição do ser social. As funções da reprodução dos sujeitos e da sociabilidade dependem desse tipo de posição teleológica. Percebe-se a característica comum existente entre o trabalho e a comunicação, já que ambos têm, em sua definição, a produção consciente e ativa de alterações com base nas intenções subjetivas e sua finalidade de mudanças nas séries causais do mundo objetivo.

## **O TRABALHADOR JORNALISTA**

Com a divisão do trabalho na ordem de metabolismo social do capital, distinguem-se operacionalmente o trabalho braçal e o trabalho intelectual, assim, o produto passa a ser “resultado da combinação das operações parciais decompostas” (LUKÁCS, 2013, p. 330). Finalidades e meios de um lado, conhecimento de outro. Ao se complexificar, a divisão do trabalho se generaliza e separa um tipo de trabalho particular, de pores teleológicos secundários, que não elabora produtos decorrentes da natureza, mas que objetiva induzir certos comportamentos no conjunto social. Esse tipo de trabalho, no contexto de cooperação complexa (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008), é imprescindível para a reprodução social e para a organização da produção (ALVES, 2013). O foco é a eficácia do funcionamento da maquinaria capitalista. Alguns autores têm denominado esse tipo de trabalho como ideológico e, quando voltado à formação de sujeitos para o sistema, característico também dos jornalistas.

O trabalho ideológico representa a natureza material de diversas ocupações profissionais no interior da divisão social do trabalho. Por exemplo, ele caracteriza o trabalho de formação e informação (professores e jornalistas), o trabalho de regulação e normatividade (juizes e policiais), o trabalho de convencimento

(publicitários), o trabalho do cuidado (médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais) etc. (ALVES, 2013, p. 187).

A rejeição de uma visão empirista do trabalho afirma suas dimensões sócio-ontológicas e ressalta o pôr teleológico secundário<sup>8</sup>. O jornalista, ao atuar na criação de produtos voltados à formação intelectual dos leitores, atuaria numa dimensão semelhante explicitada por Alves (2013) na citação anteriormente reproduzida. Contudo, segue-se o pensamento de Fuchs (2015), segundo o qual os produtos comunicacionais não necessariamente se tornariam ideologia e somente ganhariam essa dimensão quando incidissem na consciência prática dos homens voltada à luta de classes. Essa noção de ideologia também se relaciona com a exposta por Lukács (2013) e Mészáros (2004).

Até por uma proximidade com a definição do jornalismo como forma social de conhecimento e pelo termo ideologia ainda estar muito carregado do sentido de falsa consciência, aqui se utiliza a caracterização dada por Huws (2013) de trabalhador do conhecimento, enfoque que tem evidência também nos estudos de Mosco (2012). Isso não significa adesão à ideia de “fim do trabalho” e aceitação acrítica do conhecimento como única fonte de valor ou à tese idealista do trabalho imaterial. Huws aponta alguns tipos de trabalhos conectados ao conhecimento: os ligados a processos de elaboração (desenvolvedores de *softwares*, projetistas etc.) e de distribuição (*call centers* etc.) e os criativos, produtores de saberes novos.

Então, existe também outro tipo de trabalho do conhecimento, o qual poderíamos chamar de trabalho “criativo” ou “original” (alguns dos quais podem ter contribuições, com ou sem reconhecimento, dos trabalhadores de “processo”), que gera novo capital

---

8. Eagleton (2012) questiona a ideia de que apenas os trabalhadores diretamente produtivos, que transformam a natureza, seriam os sujeitos da história na acepção marxiana.

intelectual, na forma de ideias, design, programas, ou produtos intelectuais mais definíveis (se não tangíveis), tais como letras, música, ou imagens. A contribuição feita por este trabalho é mais difícil de calcular. As ideias podem ser apropriadas de uma força de trabalho remunerada (na maioria dos países, a posse da propriedade intelectual produzida pelo empregado é automaticamente designada ao empregador) (HUWS, 2013, p. 33).

Esse setor também compreende os *freelancers*, os trabalhadores individuais, as organizações independentes. O fato é que os trabalhadores do conhecimento criativo produzem conteúdos culturais em uma realidade de desenvolvimento da tecnologia de compartilhamento de conteúdos. Mesmo que os jornalistas estejam nesse tipo de atividade, não necessariamente eles são autores e criadores autônomos de suas narrativas.

O trabalhador do conhecimento geralmente ocupa uma posição intermediária na qual poderia ser visto como a cadeia alimentar do conhecimento. As ideias não vêm de lugar nenhum: elas podem ser copiadas, consciente e inconscientemente, dos outros; elas podem trazer consigo o que foi aprendido com os professores, livros ou por observações de pessoas que não se consideram criativas; ou, ainda, as ideias podem surgir das interações de um grupo de pessoas trabalhando juntas como uma equipe (HUWS, 2013, p. 38).

A relevância do estudo de Huws (2013) está em perceber a relação da tecnologia e da divisão do trabalho com a ordem do capital, em que os trabalhadores não são poupados da precarização e da condição de proletários não os poupam. As mudanças no mundo do trabalho modificaram a dinâmica dos jornalistas, seu perfil, sua identidade e também sua rotina produtiva, bem como suas práticas (FIGARO, 2014).

Toma-se como base que o jornalista está incluído na classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999), pois, embora esta seja multifacetada e com morfologia bastante complexa, o repórter é executor de um tipo de trabalho abstrato que é parte da dimensão global de reprodução do capital. A década de 1990 potencializou a mudança desse perfil na classe trabalhadora.

a divisão do trabalho evoluiu até um ponto onde uma parte substancial da força de trabalho está engajada em trabalho “não manual” – na geração ou processamento de “informação” (embora este trabalho, todavia, envolva o corpo em uma série de atividades físicas, tal como digitar, que tem implicações para seu bem-estar fisiológico). O desenvolvimento da tecnologia da computação tornou possível que essa informação fosse digitalizada e alguns aspectos de seu processamento fossem automatizados, bem como o desenvolvimento da tecnologia de comunicações possibilitou que essa informação fosse transmitida de um lugar para outro com grande rapidez e a um custo muito baixo (HUWS, 2013, p. 35).

O estranhamento, contudo, generaliza-se no trabalho do conhecimento – já que ele também é influenciado pela intrincada divisão internacional trabalhista – principalmente pela falta de conexão entre as particularidades das atividades laborais. Um aspecto fundamental é o contexto de esvaziamento cada vez mais amplo dos conteúdos dos produtos intelectuais, no qual inspirações neopositivistas e irracionistas já haviam sido antevistas por Lukács (2009) no conceito de decadência ideológica.

Com o complexo da conjuntura da ordem do capital em crise estrutural<sup>9</sup>, o trabalho do conhecimento passa por uma instabilidade

---

9. Ver capítulo anterior. Para Mészáros (2002), essa crise estrutural é inseparável da ativação dos limites intransponíveis do capital, com as consequências mais destrutivas para o futuro.

em dois aspectos principais: na atividade estranhada e precarizada, consequência da negação do sentido do trabalho pela produção do capital, e na sociabilidade corroída pela barbárie social e miséria ideológica.

## PRÁXIS NOTICIOSA DOS TRABALHADORES DA COMUNICAÇÃO

Genro Filho (2012) apresenta as bases ontológicas para expressar, em débito com uma leitura das reflexões estéticas lukacsianas, a essência do jornalismo: uma forma social de conhecimento cristalizada no singular. Porém, assim como nem toda forma de arte cumpre um papel de conhecimento e nem toda ciência é capaz de revelar a concreticidade do mundo dos homens, nem toda produção noticiosa cumpre seu papel de conhecimento crítico do mundo, aquele capaz de combater o véu da reificação<sup>10</sup> capitalista.

Considera-se reificação como “a aparência de relações entre coisas” que as relações sociais adquirem na sociedade do capital. Ela é uma das principais formas de estranhamento engendrada por essa ordem exploratória. Junto com o fetiche de mercadoria e o estranhamento dos próprios trabalhadores ante o resultado de seu trabalho e, não obstante, ante o próprio gênero humano, vemos que as mudanças tecnológicas no campo da comunicação, consideradas por muitos como um momento de conhecimento disseminado,

---

10. “É no modo de produção que universaliza a lógica mercantil – isto é, no modo de produção capitalista – que o fetichismo alcança a sua máxima graduação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, *as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas*. Por isso mesmo, o fenômeno da reificação (em latim, *res = coisa*; reificação, pois, é sinônimo de *coisificação*) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. O fetichismo daquela mercadoria especial que é o *dinheiro*, nessas sociedades, é talvez a expressão mais flagrante de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 93).

esclarecido e amplo, têm gerado cada dia mais o ocultamento dos processos sociais concretos.

Com a crise do jornalismo, expressão da precarização intensiva do trabalhador da comunicação e da ampla esfera de divulgação de informações, a mercadoria-notícia passa por questionamentos. Já reificada em sua fase moderna e analógica, e agora com a possibilidade de qualquer um se tornar produtor de informação – os chamados “prodsumidores”<sup>11</sup> de Ramonet (2012) –, o senso comum singularizado espontaneamente tem inundado a esfera midiática. O valor de uso social dessa mercadoria passa por um terremoto, sendo ainda preliminar avaliar seus impactos. Contudo, diante da crescente parcela explosiva de disponibilidade de informação e de sua proximidade com as notícias enviesadas e superficiais agilizadas pelos jornalistas da imprensa burguesa – que também consegue explorar claramente o sistema digital, segundo Moraes (2016) –, o jornalismo, como forma de conhecimento social, torna-se um bem cada dia menos disponível.

A práxis noticiosa dos trabalhadores do conhecimento permanece sendo alvo dos esquemas burgueses de manipulação já consagrados desde o nascimento dessa prática, somando-se a isso a insanável ampliação do espaço de “infotimento” (notícias voltadas à diversão e lazer). Para além dessas dificuldades, o estranhamento do jornalista e do público se intensificou, uma vez que ambos sofrem, na esfera do trabalho, a captura de sua subjetividade e a corrosão de seus valores morais (ALVES, 2011; SENNET, 2009).

Em busca de maior liberdade, muitos desses trabalhadores se tornam empreendedores sociais, mas, além de continuarem participando da mesma ordem complexa de reprodução do capital, assumindo muitas vezes o papel de homem-empresa (DARDOT;

---

11. O termo caracteriza o novo perfil dos usuários das redes, consumidor que deixou de ser passivo e é um potencial produtor de conteúdos. Mais detalhes em Ramonet (2012).

LAVAL, 2016), eles enfrentam novas dificuldades, como o muro legal burguês e a sustentação financeira. A precariedade também os atinge de forma brutal, dilacerando até os jornalistas mais bem-intencionados.

Expande-se a produção de singularidades reificadas cimentadas no senso comum, com sujeitos incrustados na pseudoconcreticidade<sup>12</sup> (KOSIK, 2002). A explosão da massa de mídias abre, contraditoriamente, espaço para a liberdade de elaboração dos mais diversos conteúdos, mas, por ser capitaneada pela classe dominante e não resultar da tarefa revolucionária dos trabalhadores, chega um momento em que não há o preparo político para explorar suas potencialidades, conforme vaticinava Enzensberger (2003) nos anos 1970. Talvez aí esteja o maior desafio do projeto marxiano de desenvolvimento humano omnilateral: a derrocada de cima a baixo de um sistema e sua substituição por um modo de reprodução social orgânico capaz de ser controlado pelos produtores livremente associados.

Alguns sintomas da crise estrutural do capital (a barbárie social, a decadência ideológica multiplicada pelo pós-modernismo e o irracionalismo individualista) afetam o papel da notícia no mundo contemporâneo. Quando o sistema alcança seus limites absolutos, com a catástrofe e a exceção sendo tornadas regras cotidianas, há o desgaste das forças capazes de enfrentá-lo, entre eles o jornalismo crítico-emancipatório (aquele aguçador da percepção desreificadora dos

---

12. O universo da pseudoconcreticidade compreende: “O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produtos da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (KOSIK, 2002, p. 15).

fatos), que, quando realista<sup>13</sup>, pode permitir a elevação rumo a um cotidiano articulado à comunidade humana e seus desafios históricos.

Uma ontologia do jornalismo precisa articular uma reflexão sobre a produção material da mercadoria-notícia como parte do pôr teleológico secundário e, portanto, distinta de um produto qualquer, tendo como foco o trabalho jornalístico (ramo da classe-que-vive-do-trabalho) e o contexto econômico mais amplo da crise estrutural do sistema de reprodução sociometabólico do capital.

A singularidade reificada e amplificada nas redes sociais e na esfera digital tem modificado a geração de valor na mercadoria-notícia, sendo pretexto para constantes reestruturações no trabalho dos jornalistas, precarizando ainda mais a rotina produtiva dos trabalhadores do conhecimento e redimensionando o estranhamento desses sujeitos sociais. Passaralhos (demissões em massa) e enxugamentos salariais são a tônica típica da expressão da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores. Com a digitalização, a tecnologia torna-se álibi da superexploração do trabalho, e o desemprego crônico se revela como parte de uma dinâmica em que o exército de reserva garante espaço para o achatamento salarial.

Embora a disseminação da imediatividade dos fluxos informacionais reificados amplie o estranhamento, a eliminação total de compreensões críticas do mundo jamais será viabilizada, dado que as contradições reais do sistema afloram em progressão espantosa. Um jornalismo como forma social de conhecimento crítico-emancipatório nunca foi tão necessário, e a sua articulação social encontra um ambiente novo para ser divulgado. Os processos de sua constituição devem passar também pela superação dos condicionantes materiais e objetivos que impedem sua realização. A superação do trabalho estranhado, mesmo que ocorra em situações limitadas, implica, certamente, um grau maior de transformações radicais na sociedade do capital.

---

13. Mais detalhes desta perspectiva estão no capítulo “Por uma práxis noticiosa realista”.

O potencial educativo da práxis noticiosa se aproxima da construção de uma ideologia emancipatória, visto que incide na subjetividade dos sujeitos sociais.

Assim, o jornalismo como forma social de conhecimento também pode ser visto, como a educação, enquanto “o desenvolvimento progressivo da consciência socialista integrante à vida dos indivíduos sociais em sua estreita interação com seu ambiente social historicamente em transformação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 102). Desse modo, seguindo o legado de Genro Filho (2012), muito bem sistematizado também por Pontes (2015), o jornalismo pode ser uma atividade indispensável à superação dos graves problemas gerados no horizonte dessa ordem sociometabólica.

## **NOVOS AGENTES COMUNICATIVOS**

Devido à mudança sistemática causada pelo capital, constata-se uma miríade de problemas que fazem parte da nova condição de produção jornalística no século XXI. O rótulo de crise tem sido usado para sintetizar o momento de incertezas referentes a essa prática social. Essa crise tem amarras bem cimentadas em uma dinâmica maior de indefinições que perpassam pelo próprio metabolismo social, apresentando epifenômenos de ordem econômica, política e trabalhista, variáveis que impactam a sociabilidade humana e resvalam, inegavelmente, na subjetividade dos trabalhadores. As formas de conhecimento, como o jornalismo, sofrem o impacto dessas mudanças, principalmente com as aceleradas alterações nas suas engrenagens. O jornalista é o ser produtor da informação noticiosa, e os desafios e obstáculos que se colocam à sua frente dia após dia tendem a achá-lo como um mero executor de tarefas estranhadas.

O fortalecimento das fontes de informação enquanto protagonistas das pautas tem colocado os profissionais de relações públicas e os assessores de imprensa como agentes da notícia. O enfraquecimento do jornalista nesses processos é inegável. Com a

disponibilidade de informação e relatórios que inundam as esferas de produção de conteúdo, o perfil que se tem construído é mais o de um organizador de informação do que o de um profissional responsável pela apuração e divulgação de acontecimentos de relevo social. Diante da facilidade em adquirir conteúdos, os empresários do setor comunicacional aproveitam para diminuir custos e maximizar lucros com o enxugamento de trabalhadores. A passividade dos autônomos, motivada não apenas por adesão ideológica, mas também pela necessidade de sobrevivência concreta, proporciona maior controle por parte dos empresários, que reestruturam diariamente o parque produtivo no sentido de cimentar seu poder em um negócio fluido e incerto. Alimentar a grande máquina informativa tornou-se a tarefa desses operários da notícia, mas a abundância e a gratuidade com que um exército de produtores de conteúdo despeja na rede suas informações fragilizam o *status* e a credibilidade do jornalista. É um “mar de narradores” (NEVEAU, 2010, p. 40) que desmorona o lugar social que o jornalismo já ocupou no passado. Os referenciais norteadores da profissão são substituídos pela eficiência em agradar clientes e atender nichos de mercado cada dia mais descompromissados com conhecimentos capazes de mudar a vida social.

Essa materialidade contraditória e precária que afeta desde a subjetividade do trabalhador, como foi demonstrado anteriormente, até seus produtos, corrobora as dificuldades vividas pela imprensa. Todavia, o fluxo constante de informações disponíveis e a ascensão da massa de mídias (RAMONET, 2012) têm motivado inúmeros projetos jornalísticos. Longe dos conglomerados, muitos tentam produzir informações noticiosas nesse espaço que se abre nas últimas décadas. Rearticulando outras lógicas, com predominância para o colaboracionismo, essas iniciativas podem ser tanto outra roupagem de um empreendedorismo corroído pela subjetividade estranhada dos neossujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016) quanto gêrmens que se direcionam à construção de um jornalismo realista, crítico-emancipatório.

A resposta sobre o tom potencial dessas novas formas de produção jornalística que afloram no cenário digital está inscrita nas engrenagens dessa produção e nos papéis ideológico e ontológico, que perfazem os sentidos que são dispostos e enquadrados nas matérias. Alternativos, independentes, populares ou ativistas, esses coletivos interessados na produção noticiosa se apresentam muito mais como uma saída militante para o desmanche do monopólio da fala dos grandes veículos do que como estratégias realmente sustentáveis que apontam para uma saída anticapitalista e comunal do sociometabolismo da barbárie (ALVES, 2011).

De toda forma, o encontro entre saídas gestionárias coletivistas no espírito de uma horizontalidade maior entre os sujeitos, bem como a posição em apoio de causas progressistas, consegue lançar esses grupos na luta pelo sentido em tempos de crise. Materiais de matriz crítica podem ser encontrados nesses experimentos jornalísticos, principalmente nos que corajosamente abraçam o resgate da reportagem. O papel investigativo da práxis noticiosa também se mantém vivo, embora um balanço sobre sua capacidade desreificadora ainda mereça maior debate. Parece evidente que os conglomerados de mídia agora dividem espaço com uma dispersão molecular de agentes comunicativos. Falta, contudo, discutir até que ponto essas saídas são satélites dos *mass media* ou realmente propostas sólidas de uma mídia contra-hegemônica.

Pela via da apreensão do movimento processual da realidade presente em fatos jornalísticos, o repórter tem uma missão nas disputas pela hegemonia. Construindo e refletindo os acontecimentos, a práxis noticiosa tem uma força indispensável na delimitação de uma ideologia emancipatória, ou seja, ela pode colaborar com estratégias alternativas capazes de estimular o crescimento do controle das classes subalternas sobre o metabolismo social. Ao fabricar consciências para outra forma de gestão da produção material, ao preparar para a leitura crítica da realidade, a defesa do jornalismo é parte da bandeira por uma sociedade emancipada. Isso porque, concordando com Neveau (2010, p. 53):

as sociedades humanas são também quebra-cabeças a serem compreendidos, com experiências diferentes a serem tornadas visíveis, injustiças a serem questionadas, metas compartilhadas a serem identificadas.

O jornalismo possível e necessário pode até assumir o compromisso da precisão (MEYER, 2007), mas, sem o horizonte marxista da dialética materialista e da crítica ontológica, o fantasma da conduta neopositivista burguesa (LUKÁCS, 2013) bate à porta. O equilíbrio entre a velocidade, a checagem disciplinada e a criatividade na apresentação formal do conteúdo informativo ganha fôlego extra com a busca das mediações e das contradições entre as expressões singulares, particulares e universais dos acontecimentos. Os dispositivos tecnológicos e os recursos humanos são braços valiosos de uma ideia da profissão que precisa ser resgatada: a noção heroica do agente social repórter. As reportagens de Joe Sacco (2000), iniciativas jornalísticas presentes na revista americana *Jacobin*, no jornal francês *Le Monde Diplomatique*, as matérias brasileiras online do *Correio da Cidadania*, do *Brasil de Fato* e do recente *Esquerda Diário*, para citar apenas alguns, ilustram esse tipo de comportamento crítico.

O realismo somado à postura militante, abraçada à causa do gênero humano, cujo teor de classe jamais pode ser ignorado, implica não só o combate nas instâncias de produção da notícia, mas também a necessidade da luta organizada para superação das mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2002). A práxis noticiosa de vertente emancipatória, desta feita, congrega experimentações comunais (ante a razão neoliberal concorrencial e individualista) com militância realista em prol do desnudamento das contradições do sistema. Para além dos papéis cultural e político louváveis das mídias radicais alternativas, não podemos abandonar a necessidade de um jornalismo também radical. Esse vai à raiz das questões, esclarecendo, via singularidade dos fatos, um público que carece de informações capazes de direcioná-lo para uma vida plena de sentido, algo só possível quando se luta.



**EDUFES**  
EDITORA

# O trabalho do jornalista e suas contradições<sup>14</sup>

Há um profundo mal-estar no campo do jornalismo global. Mudanças estruturais afetam a categoria profissional e também a forma de capitalizar a venda de notícias, prática comercial até então tida como relativamente estável. A palavra crise é constantemente recitada, ora para descrever a insegurança diante de um novo momento histórico da práxis noticiosa (RAMONET, 2012; SALAVERRÍA, 2015; SERRANO, 2013), ora para apresentar possibilidades novas que ampliariam o leito do jornalismo em formas variadas (DEUZE; WITSCHGE, 2015). Outros decretam a total redefinição dessa prática, em que tanto os modelos quanto as tarefas de apuração e produção precisam se adequar às novas regras moleculares do jogo comunicacional na era digital, o que poderia dinamizar a produção noticiosa (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). As inovações tecnológicas, na maior parte das vezes, são descritas como molas propulsoras desse processo de indefinição, mas as dimensões social e econômica são pouco exploradas.

Coloca-se como imprescindível nesse panorama a recuperação de vertentes críticas capazes de compreender os processos sociais aos quais essa crise se conecta, visto que o objetivo de perceber o movimento da realidade concreta, bem como as motivações dos sujeitos, torna possível abordar os fenômenos sem o risco de cimentá-los em tipologias abstratas. A aceitação da dialética existente entre fenômeno

---

14. Este capítulo toma por base o artigo “O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise” (SOUZA, 2017b).

e essência (KOSIK, 2002; LUKÁCS, 2013) permite que se fuja, via crítica ontológica, de sínteses equivocadas que direcionam a um entendimento da crise no escopo das relações sociais e disputas entre as classes. Pensar a crise via materialismo histórico, nesse sentido, significa identificar as contradições internas que são responsáveis por ela, ou seja, quais tensões antagônicas fazem parte de uma mesma dinâmica e como essas conflitualidades impõem um nível de interrupção cumulativa capaz de criar momentos de mudança.

Williams (1979) inaugura um modo de investigar a cultura e a comunicação enquanto esferas produtoras de valores e ideias, constituídas e constitutivas da sociedade, demonstrando o papel da produção de informações nas relações entre homens reais. O chão de fábrica do jornalismo influencia, portanto, a disseminação de notícias, dado que a objetivação comunicacional de informações passa por processos de criação desenvolvidos em atividades laborais. Charadeau (2015), no desenho de sua maquinaria de informação, reserva um espaço especial para o eixo produtivo, alicerçando a problemática discursiva também em uma circulação encabeçada por agentes sociais. O lócus da produção jornalística, o mundo do trabalho desses comunicadores, torna-se o epicentro das contradições que engendram a crise atual e, analisando ontologicamente, permite esmiuçar a objetivação dessa práxis. É no trabalho do jornalista e suas contradições que é possível convergir para “o que sobra de vivo nessa maquinaria toda” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 133).

Uma ontologia do jornalismo deve atentar-se, assim, à dinâmica entre a objetividade e subjetividade, em que a composição do objeto de investigação científica passa pela busca de sua constituição interna, a atividade humana.

O jornalismo é, portanto, uma práxis que tem uma fundamentação objetiva e subjetiva tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha [...] como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo (PONTES, 2015, p. 363).

Almeja-se, nessa linha de estudo sobre o jornalismo, reconstituir as relações existentes entre o mundo do trabalho do jornalista, a produção noticiosa, a crise do sociometabolismo do capital e as relações de poder que visam governar as subjetividades no eixo da manutenção da ordem exploratória.

Mosco (1999) demonstra a importância da lente do trabalho para compreendermos o circuito econômico, colocando o jornalismo como um objeto que merece a atenção do debate sobre a produção de bens culturais. “A economia política caracteriza-se, igualmente, por um interesse em estudar o todo social ou a totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural” (MOSCO, 1999, p. 99). O débito para com o materialismo histórico da Economia Política da Comunicação torna possível categorizar o mundo do jornalista como uma particularidade do complexo social e, mais do que isso, coloca a crítica ontológica marxiana como suporte teórico indispensável para pensar o jornalismo na atualidade. Nesse contexto, o binômio comunicação-trabalho também surge como uma alternativa fecunda de leitura sobre os problemas do jornalismo (FIGARO, 2013).

A atenção com a totalidade, longe de ser um projeto somente conectado à tradição marxista, inspira estudos como os de Shoemaker e Vos (2011), segundo os quais pelos níveis de influência sobre a significação jornalística perpassam as atitudes individuais dos jornalistas, suas rotinas e práticas de trabalho, a organização à qual pertencem, o nível socioinstitucional de influências (grupos, governos, propaganda) e o próprio sistema social e suas variáveis culturais e ideológicas. Percebe-se, no entanto, que mesmo em leituras recentes sobre a atividade jornalística, baseadas nessa sistematização em camadas – como visto em Deuze e Witschge (2016) –, a totalidade perde um elemento caro à dialética: a contradição. O sistema político e econômico que estrutura a vida material desaparece em uma totalidade fragmentada, fazendo com que o jornalismo perca sua essência de polo constituidor/constituente da universalidade social concreta.

Neste capítulo, serão exploradas as tendências que orientam a prática jornalística hoje, direcionando esforços para compreender as mudanças no mundo do trabalho do jornalista. Ao estudar a produção noticiosa, são evidenciadas as contradições no interior do jornalismo, ressaltando como os níveis do sistema social, as organizações, as rotinas e os indivíduos interagem na moldura objetiva da crise, que se expressa em dimensões singulares, particulares e universais (GENRO FILHO, 2012). Antes, não obstante, será descrito o modo como o jornalismo enquanto produto da modernidade é chacoalhado quando seus alicerces passam por turbulências sociais. Percebe-se, enfim, que “essas forças são contraditórias, crivadas de guinadas e reviravoltas-surpresa e encontram-se em graus variados e em níveis variados de intensidade e força, resistência e contraforças” (WAYNE, 2003, p. 3, tradução nossa).

## **O JORNALISMO E A SOCIEDADE MODERNA EM CRISE**

É difícil separar o jornalismo dos eventos que compuseram a chamada sociedade moderna. Mesmo considerando sua forma de expressão em folhas manuscritas no século XIII, voltada para atender às necessidades econômicas mercantis mais imediatas em países como Alemanha e Itália, e não ignorando, no início do século XVII (MORETZSOHN, 2007), as primeiras formas de jornais periódicos já a circular (THOMPSON, 1998), é inegável que o modelo de jornalismo que é difundido, ligado à noção de imprensa, é produto das mudanças sociais e históricas que floresceram no século XIX.

O desenvolvimento do jornalismo e de sua base material, a imprensa, atrela-se à história do desenvolvimento da sociedade capitalista.

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações [...] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

A consolidação da empresa jornalística foi responsável pela ampliação do fenômeno jornalístico, bem como pela profissionalização do trabalhador da notícia. A concentração em grandes oligopólios e o controle financeiro por parte dos anunciantes cimentaram a imprensa como um importante ator na circulação dos produtos industriais, sendo um braço do capital em sua realização. Conectados ao valor de uso das notícias, via anúncios, diversos outros produtos também são mercantilizados, tornando a produção jornalística parte da circulação do capital.

A comercialização da mercadoria-notícia e a expansão de novos meios de comunicação de massa podem ser apontadas como incubadoras dessa prática social. Tanto o projeto iluminista de expansão do conhecimento universal, passando pelas transformações políticas resultantes da Revolução Francesa, quanto a maturação do modelo capitalista de produção econômica, promovido pela Revolução Industrial, são aspectos centrais da ascensão da sociedade moderna ocidental com a qual o jornalismo está imbricado. “O jornalismo transformou-se num negócio com um número crescente de proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação” (TRAQUINA, 2005, p. 36). Além de circular a própria mercadoria-jornal, o produto noticioso dissemina outras mercadorias, principalmente via anúncios e modelos de comportamentos atrelados ao consumo.

A divisão proposta por Marcondes Filho (2009) é elucidativa a respeito da transição do jornalismo de um formato literário e político, mais presente até meados de 1830, para uma prática comercial em vias de industrialização com uma expressão massificada, verificável pelo amplo aumento das tiragens. Esse período, denominado de o segundo jornalismo, põe em cena a figura do profissional especializado, um trabalhador concentrado na divulgação de informações noticiosas, cujo eixo propulsor da produção é o valor de troca. “A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 20).

É nessa fase que se materializam os princípios fundacionais dessa práxis: a notícia como objeto central, a busca pelo furo, a impessoalidade, a noção de serviço público, a busca pela verdade. A identidade jornalística se faz presente, também, quando a obrigação de informar em primeira mão se torna o bônus da atividade profissional. Só que

a profissionalização do setor que se estabeleceu como um novo campo de negócios, com monopólios e oligopólios, aplacou os anseios mudancistas para tornar-se, ele mesmo, um poder, sobretudo de manutenção do *status quo* (FIGARO, 2014, p. 25).

Conectado ao labor intelectual, nasce um novo campo, o jornalístico (BOURDIEU, 1997), capaz de oferecer a um público massificado informações consideradas relevantes para que os indivíduos sejam capazes de se autogovernar (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) em uma sociedade liberal-democrática.

Já o terceiro jornalismo expande, para Marcondes Filho (2009), a imprensa monopolista. Os conglomerados de mídia resultam da ampliação desenfreada de recursos publicitários que são disseminados pela era de ouro do capitalismo global (HOBSBAWN, 1995), após a II Guerra Mundial. O quarto jornalismo encerra o modelo histórico, mostrando que, desde a década de 1970, há o impacto da informação eletrônica e interativa, a crise da imprensa escrita e o surgimento do ecossistema internet. Pessimista e com uma dose de niilismo, Marcondes Filho (2009) aponta a crise do jornalismo como um colapso do humanismo e da falta de ideologias, rescaldo da queda do muro de Berlim e do advento da sociedade neoliberal.

Com o apoio de Lage (2011), sintetiza-se que o jornalismo nasce de uma necessidade política vital no bojo das disputas de projetos societários e se especializa como uma técnica de uma linha de montagem taylorista, em que os jornalistas são responsáveis por entregar um produto acabado à sociedade moderna. “Se os séculos XVII e XVIII foram os do jornalismo publicista e o século XIX o do jornalismo

educador e sensacionalista, o século XX foi o do jornalista-testemunho” (LAGE, 2011, p. 21). A informação torna-se essencial à vida das pessoas e, com a chegada de novas tecnologias, multiplicam-se as formas de difusão e elaboração de conteúdos. O mundo do trabalho do jornalista reconfigura-se como agente passivo e ativo das modificações e tensões do capital, contraditoriamente alterando os valores de troca e de uso dessa mercadoria.

Contudo, é importante não confundirmos a imprensa com o capitalismo, modo de produção que a gerou, visto que, conforme apresentado por Genro Filho (2012), inaugura-se, com o jornalismo informativo, uma nova modalidade de conhecimento que potencializa as práticas humano-genéricas, mesmo que contraditoriamente possua uma aplicabilidade burguesa. O autor problematiza a análise economicista e funcionalista do jornalismo, que ignora as continuidades e descontinuidades do fenômeno em suas contradições internas. Genro Filho (2012) condena as premissas dessas reflexões, alicerçadas, sem dispositivos de crítica ontológica, sobre a permanência irrevogável do metabolismo do capital, já que essa visão “não consegue, tampouco, equacionar a questão da luta de classes, da hegemonia ideológica das classes dominantes na produção jornalística e das contradições internas desse processo” (GENRO FILHO, 2012, p. 33).

O sistema de reprodução sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002) produziu, em sua historicidade, uma necessidade social por informação noticiosa logicamente acomodada em suas bases econômicas e ideológicas, mas capaz de elaborar, enquanto valor de uso, uma forma nova de conhecer a realidade, ampliando o alcance das relações da humanidade enquanto gênero (GENRO FILHO, 2012). Reconhecer essa potencialidade, entretanto, não omite o fato de que as mudanças societárias decorrentes de uma crise profunda permeiam o mundo contemporâneo, algo percebido de forma complementar por Eagleton (2005), Jameson (1998), Harvey (1993) e Mézáros (2002). Um autor mais próximo dos estudos do jornalismo, Wolton (1999), vaticina uma crise da imprensa como parte de uma crise maior, cujos

condicionantes são econômicos, técnicos e políticos. O papel do jornalista nessa conjuntura é determinante.

Marcondes Filho (2009) vê três fatores que incidem no trabalho jornalístico: o desencanto com o humanismo e com a possibilidade de esclarecimento pela razão; a crise dos “metarrelatos” das ideologias sociais (uma leitura próxima do pós-modernismo); e o advento da pós-história (um mundo sem inimigos e do sentimento do nada, amplitude de vazio teleológico nietzschiano). A base material que pode ajudar a experienciar esse choque contundente no espírito da época, todavia, deve ser percebida na própria materialidade de desenvolvimento do capital e suas contradições (HARVEY, 2016), bem como na vitória de uma governamentalidade neoliberal ativada massivamente (DARDOT; LAVAL, 2016). A credibilidade do jornalismo como prática profissional e serviço público é incessantemente afetada em tempos de capitalismo flexível.

Diz-se de qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao novo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transição (SODRÉ, 1999, p. 391).

Esse momento de crise da sociabilidade moderna afeta a totalidade social, incidindo na práxis jornalística. Distante de crer que há uma estabilidade perene para os profissionais do setor, algo nunca garantido plenamente (LOPES, 2011; NEVEAU, 2006; SCHUDSON, 2010), vemos que o trabalho do jornalista enfrenta um maremoto, apresentando um novo cenário que permite, dada sua centralidade, cartografar a produção jornalística no século XXI.

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CAPITALISMO**

O século XX foi marcado por transições importantes no modo de produção capitalista. Vale apontar aqui que muitos autores buscaram

atualizar a análise de Marx (2013) sobre o capital, tendo destaque os estudos de Mészáros (2002) e Harvey (2016), bem como a reflexão em torno da reestruturação produtiva analisada por autores contemporâneos brasileiros, como Braga (2004), Antunes (1999), Frederico e Teixeira (2008) e Alves (2011). Fatos como a recessão dos anos 1970 e a instauração de um novo padrão de acumulação capitalista são destacados por esses pensadores, que colocam as mudanças no mundo do trabalho como decorrentes do novo regime de acumulação flexível.

As transformações das forças produtivas e o papel da tecnologia nesse processo são parte da expansão desse sistema orgânico de reprodução social.

O capital põe a própria produção de riqueza como pressuposto de sua reprodução e, conseqüentemente, o desenvolvimento universal das forças produtivas, a contínua revolução de seus pressupostos existentes (MARX, 2011b, p. 723).

A metáfora de Harvey (2016) sobre o sistema do capital é pertinente: ele é o motor da sociedade em que vivemos, a locomotiva da ordem social.

Pesquisas demonstram que a teoria do valor permanece atual. Elas deslindam as mutações do capital no final do século passado e início deste, expandindo o lócus da crítica para a apreensão do papel das tecnologias e sua relação com a força de trabalho (FUCHS, 2008; HUWS, 2013). O jornalista, como parte da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999), tem passado por um conjunto dessas mudanças. Nesse sentido, Harvey (2016, p. 102) evidencia o nódulo central dessa contradição:

O controle sobre o processo de trabalho e o trabalhador sempre foi crucial para a capacidade do capital de sustentar a lucratividade e a acumulação de capital. Durante toda sua história, o capital inventou, inovou e adotou formas tecnológicas cujo principal

objetivo é melhorar seu controle sobre o trabalho, tanto no processo de trabalho quanto no mercado de trabalho.

A transformação tecnológica, com sua alteração espaçotemporal e ampla deslocalização produtiva, alterou, a partir do fim da década de 1970, a vida social e o mundo do trabalho, fazendo com que extratos amplos da população se tornassem descartáveis. O desemprego estrutural e a reestruturação do parque produtivo somam-se à ascensão política e ideológica do neoliberalismo, que potencializa a noção de livre mercado, posição que impacta os dispositivos regulatórios e o imaginário simbólico dos profissionais, em especial os jornalistas.

O estudo de Fonseca (2005) apresentou uma importante contribuição para entendermos a transição de um modo basicamente taylorista de produção da notícia para o que ela chama pós-fordismo (também apresentado como toyotismo). Os impactos do rearticulado sociometabolismo do capital podem ser vistos na volatização e flexibilização do ambiente de trabalho, da prática profissional do jornalista e do próprio produto noticioso. Pode-se dizer também que

a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um outro mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de “jornalismo” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 37).

A hegemonia do modelo toyotista de produção intensificou as formas de exploração do trabalho, redimensionando o espectro de expropriação dado pela ordem do capital.

As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio tecnocientífico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo (ANTUNES, 1999, p. 34).

Dessa forma, as indústrias da mídia passam a perseguir o modelo de multiplicidade de tarefas e de plataformas, exigindo um profissional heterodoxo e multifuncional, parte das inovações organizacionais.

Para manter receita e público no nebuloso cenário das novas mídias, as empresas jornalísticas transformam-se em operadoras de conteúdo, som e imagem para PCs, tablets, celulares etc., além de provedoras de outros serviços tecnológicos. Assim, demandam, na ponta, profissionais multimídia em tempo real e, no topo, executivos que conjuguem informação e marketing para a formatação de novos produtos (BRAGA; AGUIAR; BERGAMASCHI, 2014, p. 126).

Há uma evidente reorientação da empresa jornalística, bem como da gestão do trabalho, substituindo formas mais rígidas de linha de montagem por uma lógica flexível que reorganiza o trabalho e as rotinas produtivas. “Na luta econômica implacável que domina todo o setor da comunicação, os jornalistas, apesar dos sorrisos e dos bons discursos, são muitas vezes ‘carne para informação’” (WOLTON, 1999, p. 217). A oligopolização cada vez maior da mídia, como parte de um sistema capaz de ampliar o poderio informacional do bloco histórico dominante (GRAMSCI, 2011), evidencia, em uma mesma processualidade, a readequação do parque produtivo aos seus interesses.

Os conglomerados midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas, o que lhes confere proeminência nos processos de produção material e imaterial. A concentração dos processos produtivos e dos esquemas globais de distribuição e comercialização em torno de um punhado de grupos empresariais tem por finalidade garantir o maior domínio possível sobre a cadeia de fabricação, processamento, comercialização e distribuição dos produtos e serviços, ampliando consideravelmente a lucratividade (MORAES, 2016, p. 111).

Essa tendência de gestação de conglomerados faz parte da concentração de capitais, elemento que (junto com a crise do Estado de bem-estar social, com o aumento das privatizações e da flexibilização do trabalho, com o alargamento da lógica financeira que se segue à tendencial queda da taxa de lucros) define o momento de crise. Algumas das mudanças na gestão do trabalho dos jornalistas já ganham relevo na década de 1990, como a entrada dos computadores e da internet nas redações. Com uma marcante expansão desde a década de 1970, os jornais assumem claramente sua vocação de empresa, algo que transparece no *Projeto Folha*, elaborado nos anos 1980, momento em que a notícia é compreendida efetivamente como uma mercadoria lucrativa. A fase monopolista do capital se expressa na passagem dos anos 1960 para os 1970, quando de fato uma indústria da consciência (ENZENSBERGER, 2003) ganha terreno no Brasil.

O final dos anos 1990 coloca em marcha as mudanças advindas da ascensão do modelo flexível de acumulação capitalista. O panorama da globalização de novas tecnologias promove, junto com a mercantilização generalizada dos produtos jornalísticos, uma fragmentação profissional e múltiplas formas precárias de contratação e remuneração.

O jornalista tem de conhecer a pauta, apurar a informação, redigir o texto e, se necessário, editar a matéria na página pré-desenhada (*templates*): titular, selecionar fotos, legendar, propor gráficos, ilustrações, etc. (FONSECA, 2005, p. 333).

As jornadas de trabalho se ampliam com o advento das redes sociais e dos computadores móveis, o trabalho em ambiente doméstico também se torna presente na produção noticiosa, o *freelancer* passa a ser o tipo de profissional desejável pelas empresas de comunicação. Os sindicatos perdem seu poder de embate e a categoria profissional (com a perda da obrigatoriedade do diploma) sofre uma convulsão. Como aponta Nonato (2013), os jornalistas são operários da informação, que trabalham muitas horas sem vínculos trabalhistas

seguros, estando, na maior parte dos casos, envolvidos com empresas não necessariamente ligadas à comunicação.

Embora Deuze e Witschge (2015) afirmem que a redação como lócus da investigação do trabalho jornalístico tem perdido a centralidade no momento de flexibilização profissional, não se pode subestimar o controle realizado pelas empresas sobre a gestão do trabalho e, de modo relativamente estável, sobre a produção. Mesmo os jornalistas que atuam fora dos conglomerados e das empresas orbitam sobre a influência central da indústria da consciência e, no fim das contas, dos algoritmos que dominam as redes sociais e ambientes virtuais. O jornalismo *freelancer*, o empreendedorismo de jovens jornalistas e a precarização geral da profissão são, portanto, mecanismos ativos da crise do jornalismo.

Até os autores que questionam a existência dessa crise, como Leal, Jácome e Manna (2014), reconhecem que há uma mudança do modelo em voga. A adesão, contudo, à ideia de uma sociedade molecular líquida, em que qualquer projeto racional e universal de mudança societária sai da ordem do dia, prejudica o compromisso com a luta de classes e o papel do jornalismo nesse contexto histórico, perspectiva que também nubla o horizonte teórico de Deuze e Witschge (2015). Isso acontece porque o capitalismo é naturalizado como o único sistema social possível (WOOD, 1996), e a superfície fenomênica, consideravelmente óbvia, onde vivenciamos uma nova experiência de sociabilidade, toma o lugar da essência representada pela dinâmica do capitalismo em tempos de cooperação complexa (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008).

As redes de trabalho jornalístico existentes nesse momento de crise, que, para alguns, partem de uma sociedade pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), precisam ser investigadas criticamente para uma real compreensão do jornalismo na contemporaneidade. Para realizar esse intento, é fundamental se aproximar da atividade de trabalho desses profissionais. Afinal, “o seu trabalho é inseguro, o seu salário é limitado, a confiança da audiência é precária e o seu tempo se estende para além dos limites de um prazo de impressão

ou de um horário de transmissão” (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 22). As tecnologias, em vez de ajudarem na atividade laboral, como muitos creem, têm uma aplicabilidade que intensifica a exploração do trabalho, aumentando o espaço de controle sobre o tempo de vida do jornalista. As tecnologias de comunicação e suas distintas aplicações representam o ápice do capitalismo contemporâneo, sendo parte dele.

O poder transformador dessas tecnologias promete mover-nos em direção a uma nova existência social que está superando a antiga. No entanto, de uma perspectiva crítica, a emancipação crítica depende não da transformação das estruturas tecnológicas, mas mais propriamente da transformação dos sistemas políticos e estruturas de poder privado dentro das quais aquelas estão incorporadas (AMPUJA, 2015, p. 65-66).

Ora, toda tecnologia está marcada socialmente e, longe de ser neutra, dinamiza sociabilidades e enreda formas de produção material. Contraditoriamente, também como expressão humana, ela pode ter potencialidades civilizatórias, mas sob a direção social correta. O mito de uma sociedade apenas norteada e produzida por avanços tecnológicos, como se automaticamente eles fossem sujeitos da história, deve ser descartado de qualquer análise concreta do jornalismo contemporâneo.

## **PRECARIZAÇÃO DO JORNALISTA E A ALIENAÇÃO**

Mulheres brancas jovens, na faixa de até 35 anos, com curso superior e especializações, que trabalham para vários clientes, atuam em diversas mídias e mantêm vínculos trabalhistas frágeis e precários: foi a maioria encontrada na pesquisa do Centro de Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo (FIGARO, 2013). Como quatro em cada dez jornalistas residem e trabalham em São Paulo, há, majoritariamente, características análogas à totalidade nacional inferida na pesquisa realizada por Mick e Lima (2013). Aparece, nesses dados, um

trabalho cuja jornada transita entre as funções de assessor e repórter, em que as atividades são desenvolvidas em plataformas variadas, tornando os jornalistas reféns de mudanças constantes de funções e veículos, expressando claramente as alterações dadas por um processo de mutação no mundo do trabalho. Assim, o jornalista torna-se obrigado a assumir um caráter multifuncional nessa nova realidade. A precarização das relações de trabalho também se evidencia na conformação atual do mercado profissional, com o ônus das responsabilidades pelo produto sendo cada vez mais jogado nas costas do jornalista.

Os dados relativos a formas de contratação, alongamento e “flexibilidade” na jornada, número de empregos acumulados ao longo da carreira e multifuncionalidade parecem reforçar as descobertas dos pesquisadores que observam a precarização do trabalho jornalístico (MICK; LIMA, 2013, p. 88).

Fica perceptível, por meio das análises de grupos focais de Figaro (2013), a demanda cada vez mais ampla de tarefas exigidas aos jornalistas, chamados constantemente a se adaptarem a situações inusitadas de atuação sobre temas e pautas diferentes, que precisam ser manuseadas para atender uma clientela localizada em nichos cada dia mais diversificados. A instabilidade nos vencimentos e pagamentos por horas trabalhadas varia também de acordo com o gosto do patrão.

Em tal contexto, a ética jornalística e os códigos deontológicos da profissão tornam-se cada vez mais provisórios (COSTA, 2009) e são manipulados de acordo com o pedido feito no caixa. A contradição mais expressiva fica entre os ideais cultivados em torno do papel da informação para a cidadania democrática e uma prática profissional extremamente mercantilizada e precária.

A insegurança marca esse novo momento do trabalhador da notícia. Ao analisar o discurso de uma *freelancer*, Figaro (2013) demonstra que o profissional da informação se vê voltado à captura incessante de fregueses, direcionando grande parte de seu tempo a negociar a

força de trabalho como mercadoria. Eles acabam assumindo a função de empregados de si mesmos, sempre atrás de negócios capazes de proporcionar viabilidade econômica. Mick e Lima (2013) apontam que mais de 40 % dos jornalistas trabalham de oito a doze horas por dia, e cerca de 5 % atuam mais de doze horas. Carteira assinada só para 60 % dos profissionais.

A roupa de super-homem não cabe mais no jornalista de hoje. Ele prefere vestir a fantasia da circunstância que lhe permite sobreviver profissionalmente, qualquer que seja o espaço de atuação, no setor público ou privado (ADGHIRNI, 2012, p. 77).

As chamadas dramáticas da atividade, exploradas por Figaro (2013) com o suporte da ergologia, revelam que os profissionais vivenciam a experiência de classe em um processo contraditório de tensões, assimilações e resistências, o que demonstra o peso do mundo do trabalho na elaboração das visões de mundo. As tensões do mercado de trabalho, as expectativas constantemente frustradas em relação à profissão e uma formação universitária sem a densidade intelectual suficiente estão presentes nas narrativas das trajetórias dos jornalistas. O conflito entre um valor ideal da profissão e sua prática cotidiana transparece nas falas dos entrevistados, em que o lado romântico<sup>15</sup> da profissão parece perder espaço (FIGARO, 2013, p. 60). Por ser um trabalho de conhecimento (HUWS, 2013; MOSCO, 2012), o jornalismo, enquanto pôr teleológico secundário, ou seja, materialização de uma prévia ideação voltada a direcionar a conduta alheia (LUKÁCS, 2013), depende muito da subjetividade desse trabalhador e dos discursos (e práticas) institucionais, que têm um peso na construção da notícia em uma rotina produtiva.

---

15. Trata-se dos pressupostos heroicos da atividade jornalística, entendida como relato imparcial comprometido com o público, um quarto poder capaz de potencializar formas humanizadas de vida coletiva; em suma, do repórter como um vigia da democracia.

De acordo com o relatório de Mick e Lima (2013), a maioria dos jornalistas não é sindicalizada (74,8 %), atualmente não milita em organizações e associações (65,6 %), mas boa parte se considera de esquerda (25,1 %) e centro-esquerda (22,7 %), 30 % dos entrevistados não quiseram apontar sua posição no espectro político-ideológico. Rothberg (2010) verificou em sua pesquisa com jornalistas brasileiros que há uma predominante adesão a parâmetros de qualidade jornalística em que há concordância com a pluralidade de vozes na produção da notícia. Mas também fica fácil perceber que os entrevistados, ao serem questionados sobre a necessidade de ajustar suas matérias às posições políticas dos veículos, não se sentem pressionados, talvez por concordar implicitamente (e via autocensura) com linhas editoriais ideologicamente comprometidas. São 77 % dos jornalistas os que nunca ou raramente se sentem obrigados a assumir a visão de mundo de seus veículos, enquanto 21 % são sempre ou quase sempre levados a fazê-lo. Os dados demonstram a construção de um tipo de profissional, exigido pelo mercado, mais aderente e quase camaleônico, capaz de vestir a camisa da empresa que o contratou.

Uma profissão com claro preconceito geracional se estabeleceu nos últimos anos, já que 59 % dos jornalistas têm até 30 anos (MICK; LIMA, 2013). Parece que o exército de reserva abundante e a facilidade em rebaixar salários demitindo antigos repórteres (com plano de carreira dispendioso) são fatores que incentivam esse comportamento. Outro fator é cultural, uma massa de jovens com formação mais plástica e flexível, inteirados do uso das mais recentes tecnologias (produtos de um capitalismo hedonista) é aderente ao novo tipo de jornalismo polivalente.

A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é uma prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais assim como a salários mais baixos na escala profissional (ADGHIRNI, 2012, p. 76).

Um depoimento coletado por Figaro, Lima e Grohman (2013, p. 118) em um grupo focal com jornalistas revela essa tendência:

Um menino, de 20 e poucos anos, é exatamente esse produto que colocam no mercado. Um menino que foge da discussão crítica da ética, do jornalismo, porque não tem... Ele saiu da escola, ele não teve essa formação, pode até ter tido uma noção, mas vai pro mercado e entra numa neurose de patrão que não tem...

Embora a despolitização esteja muito calcada na tradição de um conjunto profissional marcado por agentes impessoais e objetivos, resultante do modelo informativo do jornalista enquanto testemunha dos fatos (LAGE, 2011), transparece um novo palco de desideologização, oferecido pela reestruturação produtiva e suas transformações na subjetividade e particularizado pela cena toyotista e flexível que se apossa do jornalismo.

O fenômeno do jornalismo sentido torna-se outra variável do trabalho do jornalista hoje. Dependente de assessorias de imprensa e em busca de dados e documentos na rede, cada vez menos o repórter experiencia frontalmente sua pauta. A internet, ao aproximar espaços e dinamizar o tempo, reconfigurou a relação do jornalista com as fontes, bem como seu papel de mediador de informações. Nessa volatilidade e cooperação fluida entre diversos agentes, o jornalista se desprende de sua tarefa mais premente de apurar, com qualidade, a matéria-prima de suas notícias. Cotidianamente atropelado pelo trabalho, já que acessível por 24 horas, o jornalista não desliga nunca.

As mudanças organizacionais têm ampliado as mediações eletrônicas entre dirigentes e repórteres. Com linhas de comando flexíveis, a noção de liberdade dada ao produtor individual é realçada como uma possibilidade de maior livre ação. “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (SENNET, 2009, p. 54). A quebra das rotinas e a aparente autonomia dada ao

jornalista agudizam a captura da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2011), de uma perspectiva subjetiva, ou seja, um modo particular de controle da consciência é auxiliado pelas tecnologias. Em depoimento dado a Figaro, Lima e Grohman (2013), uma jornalista que trabalha em casa sonha com o trabalho em uma redação e o registro na carteira de trabalho, visto que seu horário de atuação profissional é ilimitado, com ritmo acelerado e horizonte sem perspectivas garantidas. Essa trabalhadora conseguiu compreender os malefícios em ser uma *freelancer*, desfazendo o mito da liberdade individual do consumo e do prazer ampliado, que são formas claras de controle da subjetividade desses profissionais.

O novo espírito do capitalismo recuperou triunfantemente a retórica igualitária e anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como uma revolta libertária bem-sucedida contra as organizações sociais opressoras, características do capitalismo corporativo e do socialismo real; um novo espírito libertário sintetizado por capitalistas que usam roupa esporte e são “legais”, como Bill Gates e os criadores dos sorvetes Ben & Jerry’s (ZIZEK, 2011, p. 56).

Trabalho e vida doméstica, diversão e tarefas. Entretenimento e produção se mesclam, gerando problemas na subjetividade que, muitas vezes, comprometem a saúde mental dos jornalistas, cujo maior sintoma é o estresse. Há, segundo Heloani (2006), uma naturalização da deterioração da qualidade de vida no trabalho. Em pesquisa com 44 jornalistas de São Paulo, ele concluiu que

as práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para a família, para os filhos, para o lazer e para o amor. Alguns chegam a alegar que fora do

ambiente de trabalho só fazem o imprescindível, faltando tempo para namorar (HELOANI, 2006, p. 194).

A crise mundial do trabalho, cujas particularidades são vivenciadas pelo jornalista, casa com as transformações operadas no interior da sociedade capitalista, em que o receituário do neoliberalismo se apresentou como uma nova forma de racionalidade global, capaz de direcionar os trabalhadores à noção de empreendedores de si mesmos, para quem sucesso e fracasso parecem ser determinados unicamente pelo esforço individual. “A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 363). A personalidade do indivíduo passa por uma corrosão, ele se torna um neossujeito, identificação singular de racionalidade neoliberal, em que o ambiente de relações sociais é substituído pela soma de transações pontuais. Essa fragmentação da personalidade adequa-se a um tipo de capitalismo do curto prazo, que desenvolveu, em seus mecanismos exploratórios, a capacidade de comandar o desejo dos indivíduos. O espírito da concorrência, que se apropria de uma lógica similar à das competições esportivas, como metaforizam Dardot e Laval (2016), está presente na nova racionalidade técnica, em que o trabalhador governa a si mesmo dentro de um quadro de interiorização de coerções. “Ser ‘empreendedor de si mesmo’ significa conseguir ser o instrumento ótimo de seu próprio sucesso social e profissional” (p. 350).

É impossível fugir do conceito de alienação, pois os jornalistas, isolados, instrumentalizados, individualizados e em constante competição e concorrência (enquanto produtos de valor de troca), são reduzidos a fragmentos em uma divisão do trabalho global cada vez mais corrosiva. A lucratividade do capital se dá “à custa do bem-estar mental, emocional e físico dos trabalhadores que ele emprega” (HARVEY, 2016, p. 121). A vitória dos processos, dados pela reestruturação produtiva, com a inserção de rotinas flexibilizadas e o

desenho de uma nova cartografia da classe trabalhadora, consagrada no modelo toyotista, amplia também os processos estranhados na mentalidade dos sujeitos.

A atividade é atividade alienada quando assume a forma de uma separação ou oposição entre “meios” e “fim”, entre “vida pública” e “vida privada”, entre “ser” e “ter”, e entre “fazer” e “pensar”. Nessa oposição alienada, “vida pública”, “ser” e “fazer” se tornam subordinados como simples meios para o fim alienado da “vida privada” (“gozo privado”), do “ter”, e do “pensar” (MÉSZÁROS, 2006, p. 167-168).

Essa alienação da subjetividade é também, como explicitado na leitura marxista, uma alienação da objetividade produzida e exteriorizada, entendida aqui como a produção noticiosa. Mesmo em processos nos quais o jornalismo não se adere a instituições monolíticas, ao se assumir como empreendedor e homem-empresa, o repórter em atividade tem aderido a formas estranhadas de práxis noticiosa, como a ampliação de “infotimento”, o emotivismo vulgar, a singularização excessiva gerada pela hegemonia do tempo imediato e o desvio de funções críticas, como a de apresentar as contradições sociais dos sistemas econômicos e políticos. A crise da modernidade, citada anteriormente, encontra seu corolário na crise do trabalho profissional do jornalista (um neossujeito em busca de ganhos e renda, lutando pela sobrevivência em um *habitat* organizado pelos ditames da acumulação flexível).

A degradação da relação do homem com o mundo material e dele mesmo com os próprios homens implica um desolador paradigma global do sistema sociometabólico em crise, que ataca, sem obstáculos perceptíveis, o mundo do trabalho do jornalista. Este, como mediação fundamental da vida social, passa, portanto, por um impasse. O jornalismo como forma de conhecimento sofre um terremoto, pois, com a crise dos sujeitos que elaboram as notícias, cimenta-se também a crise de seu valor, gerando incertezas sobre esse tipo de prática.

## LABORATÓRIO DE IDEIAS TRANSFORMADORAS

A crise do metabolismo social em sua totalidade afeta de forma substantiva o mundo do trabalho. Reféns dessas mudanças, os jornalistas têm se tornado operadores extremamente precarizados de formas de produção noticiosas abaladas pelo novo mecanismo de extração de mais-valia global: o capitalismo em tempos de informatização tecnológica. Como muitas outras profissões, alteradas e muitas vezes extintas por novas forças produtivas, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, em que o empreendedorismo individualizado neoliberal afeta tanto sua subjetividade e seus projetos profissionais quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade hegemônica.

As mudanças tecnológicas aguçaram a publicização, coletivamente produzida, de informações factuais. A exclusividade do jornalismo como divulgador dos aspectos singulares da realidade diminuiu, nesse sentido, com a entrada avassaladora de novos personagens em cena. Ganham espaço nas mídias agentes que vão desde os chamados “prodsumidores” (RAMONET, 2012) até cidadãos e testemunhas, aqueles que, com um *smartphone* na mão, expõem fatos cotidianos nas redes sociais. Todavia, essa informação raramente consegue transcender o real imediato, colaborando pouco para o cumprimento da missão do jornalista enquanto produtor de conhecimento.

Nessa crise do campo jornalístico, aparecem feições contraditórias relacionadas à multiplicação de canais comunicativos para uma diversidade de sujeitos e à fragilidade ideológica desse uso, visto que as inovações tecnológicas jamais são criadas sem a marca de classe que as direciona. Em consonância a isso, uma morfologia fragmentada e gelatinosa do trabalho do jornalista implica dificuldades materiais na elaboração de um jornalismo esclarecido, que pensa contra os fatos (MORETHZSOHN, 2007), dado que um profissional cada dia mais enfraquecido e sem solidariedade de classe tende a sucumbir ao comando dos interesses políticos hegemônicos. É fato

também que a racionalidade neoliberal se aproveita do momento histórico de incertezas para ampliar sua influência, ganhando terreno na visão de mundo dos jornalistas.

O axioma da crise se expressa também nas disputas de poder em torno de sua direção, visto que, no bojo da luta de classes, seus impactos positivos são apropriados pelos detentores das forças produtivas. Em contexto de crise, o bloco histórico-dominante espacializa sua posição, reelaborando regras, readequando as formas de controle sobre as redações, barateando o custo da força de trabalho, reduzindo gastos com direitos conquistados pelos assalariados e desmontando as estruturas de resistência dos jornalistas. Um setor profissional já desestruturado pela competição desenfreada encontra solo fértil na ausência de consciência crítica por parte dos próprios repórteres. As expressões contraditórias de vários níveis de influência, como os sistemas econômico e social, as organizações e as rotinas produtivas, eclodem na esfera do trabalho do jornalista, problematizando o atual campo como uma arena de mutações em movimento incessante.

A partir da perspectiva sobre o eixo da produção jornalística, busca-se compreender aspectos que incidem no desenho da propalada crise. Reflexões em torno da circulação dessa mercadoria, que envolvem ampliar o estudo sobre o potencial dessa narrativa e o atual panorama do tipo de receptor de notícias que predomina em nossas sociedades, também são fundamentais para a explicitação totalizante de uma ontologia do jornalismo. Todavia, dado que a particularidade da práxis noticiosa jamais pode ser retirada do panorama global de uma crise sistêmica que afeta o sistema de produção, circulação e recepção e que o local da produção é determinante na existência concreta dos sentidos jornalísticos, explorar as contradições do trabalho do repórter evidencia a gama de problemas que devem ser enfrentados na luta por um jornalismo crítico-emancipatório. A práxis noticiosa transformadora jamais será produto de uma sociedade que abandonou a emancipação dos indivíduos, mas sim uma das armas necessárias a seu fim.

O jornalismo de Marx fornece um exemplo central de sua práxis, a unidade da teoria e da prática, que animou sua vida. Também está cheio de exemplos do que o jornalismo pode ser quando ele supera as convenções que às vezes contribuem para uma boa escrita, mas com frequência tornam difícil a prática dos princípios que guiaram seu trabalho. Eles incluem total compromisso total, independentemente do custo, com liberdade de expressão e oposição à censura, crença completa no jornalismo como uma vocação política e um foco implacável nas principais questões que o mundo enfrenta (MOSCO, 2012, p. 575, tradução nossa).

Um jornalismo renovado implica, no espírito de Marx, uma luta efetiva para dar visibilidade aos problemas críticos do mundo, elevando-se como algo maior do que uma profissão ou ofício, como uma práxis emancipatória cuja vocação é superar as contradições da ordem do capital.

Experimentos coletivos de produção de informação noticiosa e a crítica aos processos de estranhamento e fetichização do sistema metabólico de reprodução social vigente, bem como iniciativas contra-hegemônicas de produção jornalística, são centelhas para esse horizonte necessário. Contudo, sem a organização dos sujeitos capazes de promover materialmente as saídas humanas dos processos de aviltamento de exploração proporcionados pela barbárie social, nenhum processo de transformação poderá se sustentar. O jornalismo pode e deve estar ao lado de movimentos sociais alternativos, sendo ele mesmo um possível laboratório progressista de ideias transformadoras capazes de incidir no esclarecimento amplo da necessidade da luta.

# A dialética da crise do jornalismo<sup>16</sup>

O objetivo deste capítulo é oferecer subsídios teóricos para uma interpretação crítica e dialética da propalada crise do jornalismo, demonstrando ser ela a expressão particular de um complexo mais amplo de contradições inseridas no seio do sistema metabólico do capital. Ainda que manifeste tendências e contradições próprias e complexas, o diagnóstico usual e hegemônico da conjuntura da esfera jornalística no século XXI tende a colocar a crise como resultante de mudanças tecnológicas, o que, apesar de estar distante de ser uma observação falsa, ignora as estruturas subjacentes ao conjunto de alterações que, para além do campo jornalístico, têm afetado a totalidade do metabolismo social nas últimas décadas.

Compreender a realidade dinâmica do jornalismo, bem como investigar as mudanças estruturais pelas quais passa o setor comunicacional, exige uma perspectiva crítico-dialética. Ou seja, para compreender os fenômenos sociais, e em especial o papel do jornalismo na contemporaneidade, é fundamental relacioná-los ao todo social, visto aqui como a ordem reprodutiva material dos sujeitos em processo. O materialismo histórico apresenta-se como método que permite “apresentar o objeto a partir dos elementos internos da sua própria constituição, do ponto de vista das determinações que esse objeto sofre para ser o que é” (RANIERI, 2011, p. 127). Como práxis, a comunicação dos homens envolve processos de conexão entre dimensões singulares,

---

16. Este capítulo toma por base o artigo “A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais” (SOUZA, 2018).

particulares e universais e, enredada em uma totalidade complexa e dinâmica, tem contradições próprias e mediações entre suas particularidades e o desenvolvimento do metabolismo total. A existência material dos indivíduos é a tônica para a possibilidade de conhecimento dos processos que os afetam. “O ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta; a sua substância enquanto ser é por essência uma substância que se modifica ininterruptamente” (LUKÁCS, 2013, p. 147).

Como foi abordado, analisar as características definidoras do processo pelo qual passa o jornalismo significa desnudar as mediações entre as particularidades que as definem e os processos mais gerais de uma crise que envolve a própria ordem sociometabólica do capital, em que o sistema alcança seus limites estruturais ao mesmo tempo que revela sua incapacidade civilizatória.

Uma pesquisa dialética deve sustentar-se na capacidade de revelar os mecanismos endógenos dos processos sociais, que não são autônomos, mas se articulam em um sistema conflituoso: política, economia e sociedade. Esse tipo de abordagem permite sínteses concretas no campo do jornalismo, conforme Genro Filho (2012, p. 23) já explicitara:

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz .

Nesse sentido, serão apresentados os principais epifenômenos que formam a noção de crise do jornalismo e, em seguida, sua articulação com as transformações orgânicas que delimitam o metabolismo social em crise. Sabendo dos principais aspectos que incidem no

quadro compósito e multifacetado do sistema do capital, será possível aprofundar os sintomas da crise da conjuntura do modo de reprodução social que, de forma centrífuga, exerce extremo poder sobre a vida cultural, econômica e política da humanidade (MÉSZÁROS, 2002). O encontro entre a crise estrutural e a miséria ideológica (PINASSI, 2009) parece definir o presente momento da história humana, que afeta de forma hegemônica todo o complexo: dos microcosmos mais singulares até a macroestrutura universalizante do sistema global. O jornalismo em crise não pode ser pensado fora dessa sistemática, sob pena de permanecerem incompreendidas tanto suas limitações quanto suas potencialidades no sentido da plena realização da sociabilidade humana.

## **O JORNALISMO EXPLODIU?**

Há uma inegável crise no modelo da imprensa global até então imperante. O crescimento da internet gerou uma clara mudança no papel reservado aos jornalistas em produzir e divulgar informações com a *expertise* própria de uma profissão cuja estabilidade permitia o desenvolvimento e venda da mercadoria-notícia. A mudança mais imponente está na circulação da informação jornalística. Hoje ela mais se assemelha a um fluido que percorre canais mais reticulares, não uma unidade, produto moldado pela indústria das consciências (ENZENSBERGER, 2003). O modelo econômico fordista de criação, que imitava a lógica industrial da modernidade capitalista, foi alterado, e a própria prática jornalística necessita de uma readequação. “A lógica da informação *online* é lançar uma informação em estado bruto (ou às vezes, até aproximativo) e, depois, corrigi-la, modificá-la ou enriquecê-la incessantemente, a cada hora, a cada instante...” (RAMONET, 2012, p. 17).

Com a ascensão dos prodsumidores, há um questionamento cada vez maior do papel dos jornalistas na elaboração de narrativas noticiosas. Essa crise de identidade soma-se a uma constante e gradual

perda de credibilidade das mídias convencionais, que, por assumirem uma lógica mercantil acelerada, têm sofrido o esvaziamento de seu poder investigativo. O antigo quarto poder se rendeu às estratégias apologistas de seus financiadores e, alterando os objetivos mais nobres do iluminismo (MORETZSOHN, 2007) em auxiliar os processos democráticos, ele tem se direcionado à diminuição do espaço da multiplicidade de opiniões e do papel de elaborar informações capazes de auxiliar sujeitos autônomos. O muro de informações também auxiliou essa perda de credibilidade das mídias: com a hiperabundância de dados, há um bloqueio de acesso ao conhecimento, principalmente pela mídia ter assumido, sem titubear, seu papel enquanto aparelho ideológico da globalização.

Para Ramonet (2012) e de acordo com o famoso relatório da Universidade de Columbia (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), parte da crise no setor é consequência de uma mudança de ecossistema midiático, que abala as bases que definiam, até então, o jornalismo. A questão aqui é se esse conjunto de alterações não seria também um epifenômeno de uma mudança de dinâmica global da ordem reprodutiva.

No Brasil, Pereira e Adghirni (2011, p. 52) falam que “mudanças profundas afetam diferentes dimensões do jornalismo, alterando radicalmente a forma como será praticado no futuro”. Os autores apontam grandes transformações que afetam o cenário do jornalismo: mudanças na forma de produzir notícia, no perfil dos jornalistas e na relação dos jornais com o público. Para eles, “as receitas das mídias convencionais estão caindo pela redução no número de leitores, pela falta de credibilidade e pela migração da publicidade para a *web*” (p. 40). Ainda que apresentem com clareza um debate de escopo estrutural, não há questionamentos mais universais das relações existentes entre essas transformações e a ordem global reprodutiva sistêmica. Contudo, eles apontam o fenômeno mais empírico, revelando aspectos singulares do movimento tectônico no campo jornalístico, indicando, de forma otimista, o aparecimento de novos arranjos nos três eixos debatidos por eles. Isso

porque os autores anteveem um grande acordo entre os envolvidos neste cenário, o que geraria uma nova estabilidade na estrutura.

Podemos, então, assumir que a famosa “crise dos jornais” não passa de um mito. Na verdade, os dados sugerem um ligeiro deslocamento dos leitores dos meios tradicionais para as mídias *on-line* e digitais – do mesmo jeito que o mercado de trabalho evidencia um deslocamento dos jornalistas para os setores de comunicação institucional. A velocidade desse processo e as consequências dele, contudo, são difíceis de mensurar. Ou seja, seria precipitado dizer que os jornais estão em vias de extinção ou que serão substituídos pelas novas plataformas noticiosas (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 50).

Para Salaverría (2015), menos focado no debate sobre a necessidade ou não de notícias e mais preocupado em compreender a crise estrutural do setor, há dois processos em tela: uma crise de acumulação (que envolve toda a economia mundial) e uma crise tecnológica (relacionada à mudança do paradigma analógico para o digital). Sobre a primeira, ele elucida como as bases do público afetam a imprensa:

A redução do poder aquisitivo dos cidadãos fez que estes decidam com muito mais cuidado onde gastar seu dinheiro. E nesta atitude ficam especialmente prejudicados os produtos culturais como os oferecidos pelos meios de comunicação: entre o pão e o jornal, o dinheiro vai para o pão. Ao mesmo tempo, a deterioração de todos os setores econômicos fechou a torneira do investimento publicitário, dobrando a redução nas contas de ingresso das empresas jornalísticas (SALAVERRÍA, 2015, p. 80).

Na concepção de crise tecnológica, Salaverría (2015) afirma que a crise tecnológica é algo menos cíclico e passageiro (a forma como ele enxerga as crises econômicas) e indica que o jogo do jornalismo

mudou. A digitalização criou rachaduras importantes que alteram substantivamente o jornalismo enquanto um “negócio”: rupturas de fronteiras (a digitalização internacionalizou o mercado de mídia, sem monopólio), de barreiras (há um novo mercado disponível e um barateamento dos custos de produção), do ciclo editorial (os suportes digitais exigem inúmeros produtos editoriais), do monopólio da palavra (horizontalidade entre produtores e receptores, controle social) e, por fim, do modelo de negócios (as dificuldades de sustentação econômica e a queda das vendas são visíveis). Nesse ínterim, as organizações jornalísticas tendem à ruína. Contudo, o autor acredita que a redefinição dos modos de informar deva ser a exigência mais emergencial nesses novos tempos, embora ainda aponte a necessidade de uma nova forma de sustentação financeira para o novo paradigma.

Enquanto isso, Serrano (2013) destaca aspectos da crise do jornalismo: crises de mediação, de credibilidade, de objetividade, de autoridade, de informação e de distribuição. Com outro cariz, o pesquisador aponta nuances que já têm sido colocadas em relevo por diversos autores: atenção direcionada ao contexto tecnológico e comercial e, no caso específico de Serrano, crítica à própria incompetência das grandes empresas em não produzirem informação de qualidade.

Também admirando as positivities desse momento de crise, Viana (2013) vê com bons olhos a derrocada dos grandes conglomerados jornalísticos. Assim como a indústria fonográfica, que foi extremamente modificada pela internet com a drástica queda na venda de CDs, ela acredita que o jornalismo, no mesmo sentido que a música, não vai desaparecer. A autora é uma das fundadoras da Agência Pública, *site* que investe em reportagens investigativas com o patrocínio de fundações e *crowdfundings* (a antiga vaquinha) e defende os novos arranjos econômicos de projetos independentes como saídas para o setor. Contudo, no oceano de mídias, cabe uma avaliação mais densa sobre o papel desses empreendimentos e do seu conteúdo para uma navegação segura pelas informações disponíveis na rede.

Em sintonia com essa visão, Anderson, Bell e Shirky (2013) apontam inúmeras previsões e soluções para o setor da comunicação, e a principal defesa é que o jornalismo precisa assumir novas características caso queira enfrentar o terremoto em seu ecossistema. Nessa abordagem, a entrada dos *softwares* que aprimoram a busca de dados e a colaboração inescapável das fontes e das audiências ativas devem se tornar virtudes. Com isso, porém, o cenário de uma empregabilidade e estabilidade profissional sonhado por muitos estudantes da comunicação teria que ser substituído pela verve “empreendedora”, em que os profissionais viveriam de projetos efêmeros. Em outros ramos da economia, constata-se a proletarianização desses produtores, com rotinas não muito diferentes dos assalariados precarizados.

## **CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E DESEMPREGO CRÔNICO**

Um dos aspectos de maior destaque entre os analistas do jornalismo no século XXI é a redução massiva do número de profissionais contratados. Pelo mundo afora, os dados das demissões crescem a cada dia. Segundo Ramonet (2012), entre 2008 e 2010 a imprensa diária dos Estados Unidos (EUA) demitiu mais de 25 mil jornalistas. Na Espanha foram mais de 3.500, enquanto na Suíça, na Bélgica, na Itália e na Alemanha se avolumam centenas de desempregados do setor. No Brasil, segundo a agência Volt de jornalismo de dados, em pouco mais de três anos (de 2012 a junho de 2015), foram contabilizadas pelo menos 1.084 demissões de jornalistas em cerca de cinquenta redações, incluindo as principais empresas de comunicação brasileiras, a grande maioria por cortes de custos. Os chamados passarálhos mostram, claramente, o mecanismo de enxugamento do trabalho vivo aplicado à produção jornalística.

Nas redações a reestruturação é geral, os sistemas de dados e os bancos de informação são interligados, e com isso a pesquisa e a apuração mudam de ritmo, de forma e de estrutura. Muitas funções

desaparecem. As reformas gráficas com cores e formatos enxutos passam a protagonizar as marcas das empresas jornalísticas. Entram no mercado as agências de comunicação que fornecem serviços de relações públicas e assessoria de comunicação (FIGARO, 2014, p. 31).

A mudança no perfil dos profissionais evidencia a feminização dos postos de trabalho e uma intensificação das horas trabalhadas, e a maior parte dos profissionais se desdobra em mais de uma atividade e emprego. Eles são assessores, *freelancers*, repórteres... Trabalham de oito a dez horas por dia e a maioria é jovem (até 35 anos). Amplia-se também a pejetização, em que os contratos realizados pelas empresas as eximem dos tributos relativos aos direitos do empregado (FIGARO; LIMA; GROHMANN, 2013). A fragilidade de princípios ideológicos críticos é similar à precarização do trabalho jornalístico, algo atestado nas pesquisas de Figaro (2014) e Mick e Lima (2013).

São cada vez mais nítidas as expressões de uma reestruturação produtiva no trabalho jornalístico, algo que, na linha toyotista, fragmenta e precariza as atividades laborais, intensificando o estranhamento. O contexto de flexibilização profissional perpassa pelos conglomerados de mídia, que readequam suas rotinas produtivas baseadas na reestruturação, atribuindo aos jornalistas novas funções, e jogam nas suas costas as variações do mercado de informação. Mão de obra precarizada, com jornadas de trabalho flexíveis e contratos sem garantias (temporários e autônomos), os trabalhadores do conhecimento (HUWS, 2013) são parte dessa nova condição da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999), o desemprego estrutural e a miséria ideológica de uma sociedade de informações fetichizadas são expressões fenomênicas da crise estrutural do capital.

Regras flexíveis querem dizer

a precarização da força de trabalho no mais alto grau praticável, na esperança de melhorar as perspectivas de acumulação lucrativa

do capital, enquanto se finge uma preocupação com a garantia dos empregos e com a redução do desemprego (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Essa realidade, infelizmente, não é limitada aos jornalistas. O que se vê em cena desde meados da década de 1970 é a tentativa de rearticular o mundo do trabalho para aumentar o grau de lucratividade perdida, uma ação combinada de articulação entre as inovações tecnológicas e gerenciais e a equalização da taxa de exploração global. O Estado de bem-estar social mostrou-se incapaz de conter essas mudanças.

Pois uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo, ao “melhorar a posição competitiva” do país ou dos países em questão: um remédio tradicional nos textos, de que até hoje se ouve falar. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para “mendigar ao vizinho”, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a “explosão populacional”, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 333, grifo do autor).

Essa precarização ocorre porque há uma queda tendencial da taxa média de lucros no interior do sistema do capital, resultante do aumento de sua composição orgânica. Outro aspecto vital na leitura de Mézáros (2002) é a taxa decrescente de bens e serviços socialmente produzidos, bem como a destruição ambiental avassaladora e a barbárie social advinda da intensificação das desigualdades sociais. Há também a financeirização da riqueza capitalista, que dá a tônica da mundialização do

capital. Algumas características permitem a diferenciação da crise estrutural vigente das meras crises episódicas e cíclicas do capital.

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado).

(3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital.

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-796, grifos do autor).

Uma crise estrutural é aquela que cobre a totalidade de um sistema, afetando suas partes constitutivas e os complexos a ele relacionados. Somente é possível o deslocamento das contradições de uma crise enquanto ela for parcial. Nos processos que compõem uma crise sistêmica estrutural, todos os seus limites são desafiados e, nesse sentido, sua estrutura passa a ser corrompida. A destruição de matéria-prima, bem como a da própria humanidade, vitimada pela dimensão corrosiva e incivilizatória dos dispositivos incontroláveis da ordem metabólica do capital, insere-se num processo de escalada do polo negativo da

destrutividade capitalista. As três dimensões fundamentais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização) são motivadas por autoexpansão, e no contexto de crise estrutural elas encontram suas próprias barreiras intransponíveis. “Quem acha que isto soa muito dramático deveria olhar à sua volta, em todas as direções. É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise?” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Contudo, considerar a crise estrutural do capital como uma realidade da ordem de reprodução metabólica não significa prever o fim do sistema e o nascimento de um novo e alegre dia seguinte de uma sociedade emancipada. Não há nenhuma garantia de melhora automática pós-derrocada do capital. Como o sistema é composto pela própria humanidade, sua ruína é sinônimo de uma desumanização sem precedentes. Alves (2011) trata da expressão, cada dia mais grave, do sociometabolismo da barbárie, ou seja, de como a acumulação flexível exige mudanças que congregam avanços tecnológicos e organizacionais com intuito de intensificar a valorização do capital. Ele desenha também os aportes ideológicos desse processo, denominando o toyotismo como a ideologia orgânica do sistema de metabolismo social.

A ordem reprodutiva do capital e sua atual divisão do trabalho têm se apropriado da revolução informacional, colocando a rede digital como mediadora principal da produção no âmbito do trabalho, do lazer e do consumo. Como apontam Frederico e Teixeira (2008), a cooperação complexa fornece a tônica dessa dinâmica do capital. Há uma poderosa interação entre os trabalhos produtivos e improdutivos, materiais e não materiais, intelectuais e braçais, o que torna muito difícil a compreensão da criação de valor e extração de mais-valor. A cooperação complexa seria um modo de controle da produção social que intensifica a subsunção do trabalho ao capital via maquinaria e tecnologias informacionais. Toma-se que as descobertas de Fuchs (2015) são *insights* importantes da conexão existente entre as atividades de produção de conteúdo e a rede de trabalhadores que chega até aos extratores de minérios presentes nos aparelhos

*laptops e smartphones*. Ou seja, a extração de valor do trabalho vivo está ligada a uma grande maquinaria global inter-relacionada, o que precisa ser levado em conta quando forem pensadas as especificidades da crise do jornalismo<sup>17</sup>. Como aponta Huws (2013, p. 39), não podemos ignorar “que pessoas reais com corpos reais têm contribuído em tempo real para o desenvolvimento destas mercadorias ‘imateriais’”.

Em síntese, há uma relação complexa entre os passalhos e o desemprego crônico advindo da crise estrutural que envolve os mecanismos metabólicos de reprodução do capital. A reestruturação do mundo do trabalho e as mudanças organizacionais, expressas também pelas inovações tecnológicas, direcionam-se a uma tentativa de recuperar os lucros cada vez menores, consequência da dinâmica incontável do capital em fase de acumulação flexível e financeirização da economia (HARVEY, 1993). Todas as formas de indústria passaram por processos semelhantes e, longe de abraçar a tese de que vivemos em uma sociedade pós-industrial, há, de fato, um redesenho da dinâmica capitalista na cooperação complexa, que ocasiona uma nova morfologia do trabalho e um novo contexto para a disseminação de mercadorias, principalmente em uma defasagem do valor de troca de produtos, hipertrofiados no mercado.

## **CRISE DAS FORMAS DE CONHECIMENTO**

Há, no interior desse processo de crises evidentes, dimensões relacionadas à função das tecnologias na cooperação complexa exigida

---

17. Em tempos de cooperação complexa do capitalismo contemporâneo, o valor é definido pelo trabalho coletivo inter-relacionado em cadeias produtivas mundiais. Isso significa que o trabalho digital informacional não existiria sem uma infraestrutura material gerada por trabalhadores remunerados em territorialidades de dimensão global. A força de trabalho (combinando o labor físico e cultural) em sua articulação com os meios de produção é o aliado do capitalismo financeiro hegemônico.

pelo capital em crise. A digitalização da vida social e da reprodução humana coloniza e toma conta do cotidiano, alterando a compreensão sobre o tempo livre e o substituindo por tempo de consumo, lazer e atividades atreladas ao sistema metabólico (pense nas ações de pagamento de contas, na resolução de problemas técnicos assumidos pelos consumidores e no tempo não remunerado de milhares de jovens que disponibilizam informações na rede). Embora abra leque para possibilidades comunicativas até então impensadas – ou aproximadamente sonhadas por filósofos como Enzensberger (2003) –, a internet e a digitalização ampla pela qual passa a sociedade não podem ser fetichizadas. Elas são partes determinantes/determinadas da ordem sociometabólica do capital, mesmo que, contraditoriamente, possibilitem a ampliação de certas sociabilidades até então inexistentes.

De fato, a massa de mídias (RAMONET, 2012), ao disponibilizar mecanismos de expressão social mais livre (mesmo que possibilitando alto grau de vigilância), abre espaço para a revelação de contradições. O ativismo comunicacional nas redes sociais e na esfera digital tem se ampliado; mas, mesmo ao se organizarem em plataformas, *sites* e *softwares* e usufruírem de satélites, cabos, computadores, celulares, enfim, produtos desenvolvidos na lógica do capital e produzidos de forma industrial, em sua estrutura não negam objetivamente a ordem vigente, muito pelo contrário.

A mídia se apropria de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de objetivos particulares. Palavras e expressões que pertenciam tradicionalmente ao léxico da esquerda (reforma, inclusão, transformação social, revolução) foram usurpadas pelo conservadorismo e ressignificadas pelos discursos pró-mercado, sobretudo no auge da hegemonia do neoliberalismo, nas décadas de 1980, 1990 e parte de 2000 (MORAES, 2016, p. 115).

Os produtos jornalísticos têm perdido seu valor de troca exatamente por terem de competir com as mais variadas formas de

“infotimento”, que povoam o cotidiano da audiência ativa, cada vez mais conectada em convergências midiáticas pautadas no espetáculo. O jornalismo visto como narrativa de uma sociedade democrática, bastião do estado de direito e vigilante dos poderes parece cada vez mais fora de lugar. Em uma sociedade cada dia mais desumana (cuja crise estrutural revela a incivilidade e imutabilidade do capital), como manter o valor de uso cultivado na modernidade? Como recuperar um tempo em que a revolução industrial e os ideais da república demandavam uma mercadoria dinamizadora da esfera pública?

A crise do valor de troca implica uma crise de valor de uso da notícia, isso porque há um crescimento exponencial (potencializado pela sociedade em rede) da miséria ideológica. A mercadoria jornalística entendida como esteio de transformações de consciência e como formadora de cidadãos para um capitalismo em ascensão não corresponde mais às necessidades de consumo de uma multidão estranhada, que é suporte de um capital em crise. A escassez no oferecimento desse tipo de produto noticioso foi se intensificando com o progressivo encurtamento do tempo de produção da notícia e a derrocada do quarto poder. O jornalismo sentado, especializado em coberturas tendenciosas das classes dominantes e/ou conectadas ao entretenimento e à diversão, já começou a sepultar o ideal republicano que inspirou o *status* que a profissão tinha. Ainda que não generalizada, a decadência ideológica (LUKÁCS, 2009b) de uma burguesia que antes assumira o progresso e a emancipação humana e que se tornada apologética da exploração capitalista expressou-se também na prática jornalística.

Para Pinassi (2009), a crise estrutural do capital encontra a miséria ideológica como seu corolário. Essa decadência se evidencia pelo alto grau de corrosão que todas as formas de conhecimento têm sofrido nas últimas décadas. Esvaziamento de conteúdo e distorção gerados pelo irracionalismo e por incrustações neopositivistas, norteadas pelo individualismo e atuando na manutenção da ordem

social, são a tônica ideológica desse momento histórico<sup>18</sup>. Vale notar que diferentes teóricos de diferentes matrizes têm percebido, de um ponto de vista crítico, o estranhamento subjetivo do capitalismo tardio, expresso, por exemplo, no novo espírito do capitalismo de Boltanski e Chiapello (2009), na corrosão do caráter de Sennet (2009), na captura da subjetividade de Alves (2011), na nova razão do mundo, no neoliberalismo de Dardot e Laval (2016). É evidente que, com singularidades distintas e colocando em relevo certas mediações em detrimento de outras, o importante aqui, sem querer achatá-las, a diversidade desses pensamentos, é anunciar o mal-estar da subjetividade estranhada pelo modelo econômico em voga.

Esses processos de esvaziamento no campo dos conhecimentos (cuja universalização iluminista foi abandonada pela burguesia apologética) somados ao irracionalismo pós-moderno que avança na academia e no senso comum, bem como a subsunção da subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho aos dogmas do neoliberalismo e seus mantras do homem-empresa, além do empreendedorismo como discurso do individualismo concorrencial do capitalismo manipulatório, são expressões da crise mais ampla e destrutiva do capital. Barbárie social, miséria ideológica e corrosão do trabalho vivo afetam o sistema midiático e a prática jornalística.

Enunciar, todavia, a existência de uma articulação profunda entre a crise estrutural do capital e a decadência ideológica e o modo como essa relação impacta a circulação e produção da informação jornalística não significa abraçar o pessimismo. O que deve ser percebido e refletido constantemente é o desgaste do valor de uso de um tipo de mercadoria capaz de produzir sujeitos autônomos para um capitalismo desenvolvido e de feições “humanas”. Para Mészáros (2002), não há solução possível dos graves problemas da ordem de reprodução metabólica do capital dentro do próprio sistema.

---

18. Maior detalhamento poderá ser visto no capítulo “O irracionalismo como motor da desinformação jornalística”.

A singularidade reificada, expressa pelo jornalismo burguês, agora foi absorvida pelo senso comum espontâneo das massas. O papel ideológico reformista de defesa de um capitalismo “humanizado”, progressista, desenvolvido e típico de uma burguesia revolucionária (algo real no século XIX) parece não mais ter lugar. Nesse momento de graves problemas sociais, a humanidade precisa de muito mais do que isso.

## **CEGUEIRA BRANCA**

Mesmo nesse contexto explicitado, que revela as mediações contraditórias existentes entre a precarização dos trabalhadores do conhecimento, o lugar das tecnologias na reprodução do capital em cooperação complexa e o esvaziamento, dado pelo “infotimento” e pela rapidez no fluxo de informações dos conteúdos jornalísticos (sintoma da decadência ideológica) dos conteúdos jornalísticos, vemos que o jornalismo não foi extinta. Mas por que, como uma fênix que ressurgiu das cinzas, essa prática seria necessária?

Acredita-se que o valor de uso do jornalismo está na sua capacidade de desestabilizar os consensos e desmistificar a realidade reificada no sentido de superá-la. A essência do jornalismo enquanto forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 2012) o coloca, junto com a ciência e com as artes, como uma necessidade vital para o reconhecimento da realidade em que vivemos. Equivocadamente, tem-se, na leitura desse expoente dos estudos jornalísticos brasileiros, a compreensão de que qualquer forma de notícia seria um relevante conhecimento cristalizado nos aspectos singulares da realidade. Não obstante, a crítica que Genro Filho faz ao singular reificado, que tem circulação em muitos produtos da imprensa burguesa, aponta para um tipo de jornalismo diferente, que resistiria até mesmo à derrocada do sistema capitalista que o produziu. A predominância hegemônica de um presente contínuo sem horizontes, em que os estranhamentos dos indivíduos se potencializam na esfera reticular, essa cegueira branca metaforizada por Saramago (1995), precisa de uma substantiva

intervenção crítica. O jornalista como mediador social capaz de promover, de forma realista, a relação entre os aspectos singulares e sua dimensão totalizante não é apenas necessário, mas imprescindível caso queiramos inserir na totalidade social um novo metabolismo.

Longe de colocar um projeto cuja práxis no atual contexto seria intangível, toma-se como base os estudos de Moretzsohn (2007), que concordam com a existência de situações nas quais o trabalho crítico e criativo nega o caráter estranhado da estrutura em que é produzido, visto que o capital e seus mecanismos de corrosão, tanto da subjetividade quanto da prática jornalística, nunca são integrais, totais. Ampliar as fissuras existentes no sistema, que passa por uma crise estrutural, no sentido de contribuir para a potencialização das transformações imprescindíveis, é um passo fundamental a ser tomado.

O jornalismo crítico-emancipatório não está restrito à mera defesa de um programa, seja reformista, seja revolucionário; ele está associado a pressupostos ontológicos e ideológicos capazes de permitir a abstração fundamental e dialética do desnudamento da reificação capitalista. O ponto de chegada desse jornalismo, que enuncia o singular em uma narrativa, faz com que ele se torne conhecimento ao indicar pistas das contradições do metabolismo social. Realista, esse tipo de relato do mundo objetivo tem um valor para além das necessidades orgânicas do capital, visto que seria adverso a ele, sendo a antecipação de uma outra sociabilidade. Contudo, pode-se perceber expressões da produção dessa singularidade (que aponta para uma crítica do existente) em variadas notícias e reportagens disponíveis, tanto na mídia convencional como no interior de produtos dos novos coletivos jornalísticos e nas mídias radicais alternativas (DOWNING, 2002). O elemento a destacar é que, mesmo em situações de controle e precarização, as brechas no sistema sempre estão presentes, pois são parte das contradições de sua estrutura metabólica, e cabe ao jornalista crítico alargá-las.

Pensar contra os fatos significa preservar a relação do jornalismo com o imediato, imprimindo-lhe o duplo movimento

de abranger a floresta a partir das árvores para revelá-las em sua conexão singular com o universo a que elas pertencem (MORETZSONH, 2007, p. 289).

Quando Enzensberger (2003) relatava a potencialidade da mídia em permitir a popularização da produção coletiva, em que cada receptor seria um transmissor em potencial e o controle dos meios socializados permitiria a aprendizagem política, ele não imaginava que esse processo seria instituído pela própria maquinaria capitalista. Porém, pela inserção nesse sistema, estancou-se a potencialidade dentro dos limites da ordem em crise, democratizando a decadência ideológica. Quando finalmente as pessoas podem ter uma tecnologia avançada de produção comunicacional voltada a criar conteúdos para o mundo, sua decisão, estranhada, é voltá-la para si próprias, em *selfies*, *tweets*, *snaphats* e *blogs* narcisistas.

Muito próximos da educação em sua tarefa de elaboração de uma contraconsciência, cabe aos jornalistas direcionar o aspecto criador de seu trabalho na constituição de uma forma realista de práxis noticiosa e, para além de sua particularidade profissional, atuar na composição coletiva do trabalho como alternativa contra-hegemônica ao capital. As mediações para a construção desse profissional são perpassadas não só pela esfera da universidade, mas também pelo constante aprendizado junto dos que lutam por uma sociedade diferente, papel que inclui os movimentos sociais, partidos revolucionários e organizações anticapitalistas.

Assim como os educadores são essenciais para a catarse – elevação da condição egoístico-passional para a ético-política (GRAMSCI, 1999) –, os jornalistas precisam assumir a tarefa de articular, de forma crítica, sua práxis noticiosa, podendo ser um guia fundamental nestes tempos de caos informativo. Contudo, eles devem ter a consciência de que essa tarefa envolve mais o compromisso com o ativismo por um outro mundo possível, e necessário, do que a garantia de um *status* profissional seguro.

# Por uma práxis noticiosa realista<sup>19</sup>

Considerado o texto fundador de uma teoria do jornalismo brasileira, a obra *O segredo da pirâmide* infelizmente tornou-se referência inócua no debate comunicacional do país. Isso porque há uma espécie de pasteurização do seu conteúdo, em que especialmente o marxismo do autor é ignorado, evitado e criticado. Esse encobrimento coloca, peremptoriamente, a conclusão do estudo (o caráter educativo da produção noticiosa) em evidência enquanto abandona o potencial militante e questionador da tese de Adelmo Genro Filho (2012). Ou seja, há uma absorção epistemológica da defesa do jornalismo enquanto forma social de conhecimento e um quase total esquecimento das noções de práxis e do papel do jornalismo na construção de uma sociedade emancipada. Utilizado em escolas de jornalismo quase como um manual, torna-se estéril a reflexão apontada no texto sobre o papel desalienador e desreificador do jornalismo crítico-emancipatório, débito evidente das reflexões estéticas advindas do pensamento de Gyorgy Lukács, atribuindo-se, como produto de tendências pós-modernas e irracionaisistas, um caráter político nulo, ou reformista, a esse marco teórico dos estudos jornalísticos.

Este texto aproveita, principalmente no contexto de crise da profissão (RAMONET, 2013), o debate sobre a relevância do jornalismo como eixo estruturador de conhecimento, visto como indispensável à sociedade. A ideia adversativa de o jornalismo ser irmão gêmeo do

---

19. Este capítulo toma por base o artigo “Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho” (SOUZA, 2017c).

capitalismo, e, ainda assim, não se restringir a ele, permite afirmar o valor de uso das notícias em detrimento do seu valor de troca. Para afirmar que a crise da imprensa não pode ser identificada com a crise do jornalismo, as ideias de Genro Filho retornam com muita força. Contudo, falta, principalmente tendo como ponto de partida o materialismo histórico, intensificar a avaliação de que tipo de jornalismo é possível realizar para cumprir a missão política e social advogada na obra, e aprofundar, no bojo da reflexão marxista contemporânea, a abordagem de Genro Filho de reconstrução do marxismo, despertada sobretudo por um dos principais interlocutores teóricos do pensador brasileiro, o filósofo húngaro Lukács.

Ao perceber o jornalismo como forma de conhecimento social, será explorada a relação da estética lukacsiana tanto na composição da teoria marxista do jornalismo proposta por Adelmo, que vemos como extremamente inevitável e atual, quanto na exploração da noção de realismo no entendimento do potencial da práxis noticiosa no combate à reificação do sistema de reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, serão evidenciados os aspectos principais da teoria estética de Lukács, em especial a ideia de realismo, ampliando essa noção para a investigação dos fundamentos do jornalismo.

## **REALISMO NO CAMPO MARXISTA**

O debate sobre a arte no interior do marxismo não pode ser compreendido isolado das interações em torno do materialismo histórico<sup>20</sup>. As notas de Marx e Engels sobre arte, cultura e literatura

---

20. “O marxismo não é um materialismo mecânico que pretenda reduzir a consciência social, a filosofia e a arte a ‘condições econômicas’ e cuja atividade analítica se fundamente por isso, no desmascaramento do núcleo terreno das formas espirituais. Ao contrário, a dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, idéias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência.

evidenciam suas conexões imanentes com a totalidade, inseridas no desenvolvimento histórico do sistema, em que o tecido social, as relações de produção e as elucubrações sobre o ser social tornam-se parte de um complexo unitário contraditório, rico em mediações. É uma perspectiva humanista radical, pois desnuda a existência do homem em sua materialidade e relaciona economia e estética na produção da vida, polo desenvolvido por um ser automegador da natureza.

Trata-se, porém de interligações e não de determinações mecânicas unilaterais. A estrutura de referência comum é o homem como um ser natural que é ativo a fim de satisfazer suas necessidades, não apenas economicamente, mas também artisticamente (MÉSZÁROS, 2006, p. 174).

O principal sistematizador das ideias de Marx e Engels no campo da arte é o filósofo húngaro Gyorgy Lukács. Inúmeros estudos apresentam a intrincada trajetória desse expoente do pensamento marxista no âmbito estético, em especial as obras de Tertulian (2008), Frederico (2013), Carli (2012) e Vaisman e Vedda (2014). Para Lukács, o realismo como método de criação artística é parte da teoria marxista da objetividade, sendo dela derivada. Sua compreensão alude que a realidade não pode nunca ser confundida com sua aparência imediata, como querem os positivistas; que jamais pode ser isolada enquanto linguagem, como parte do pensamento pós-moderno<sup>21</sup> balbucia; e que

---

Não reduz a consciência às condições dadas; concentra a atenção no processo ao longo do qual *o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; e ele próprio ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido*" (KOSIK, 2002, p. 124, grifo do autor).

21. "O discurso filosófico da pós-modernidade aparece como uma obra metódica de despolitização do social e de estetização da política. Sob o choque da compressão espaçotemporal ligada à acumulação globalizada do capital, o espaço público se deteriora. As solidariedades se desfazem na decomposição do 'eu múltiplo' e nas subjetividades pulverizadas de uma socialização em migalhas" (BENSAÏD, 2008, p. 85).

sua essência não pode ser percebida pela intuição, como defendem os idealistas. Não é possível romper a unidade contraditória entre aparência e essência e não cabe à consciência substituir a realidade, mas deve-se buscar refletir e refratar a vida do objeto, entregando-se ao automovimento do homem na realidade. “A concepção marxista do realismo afirma que a arte deve tornar sensível a essência. Ela representa a aplicação dialética da teoria do reflexo ao campo da estética” (LUKÁCS, 2009a, p. 107).

A teoria do reflexo, que possui lastro milenar na filosofia ocidental, ganha, em Marx, uma expressão diferenciada, conectada ao materialismo histórico e às definições do ser social, produto e produtor da práxis. Nesse sentido, a definição das formas de conhecimento passa pelo entroncamento da existência do ser social fundamentada pelo trabalho, em que definir a vida humana deve ser sinônimo de “apresentar o objeto a partir dos elementos internos de sua própria constituição, do ponto de vista das determinações que esse objeto sofre para ser o que é” (RANIERI, 2011, p. 127). Não é possível pensar conhecimento, seja na arte, seja na ciência, seja no jornalismo, sem compreendermos que a sociedade (em sua produção e reprodução coletiva da existência material) é a estrutura em que se gera qualquer prática, abstrata ou concreta, desenvolvida pelos seres sociais. Sem a clareza de que somos indivíduos que fazem parte de uma totalidade orgânica e processual, perde-se a chance de relacionar o conhecimento da realidade à construção de nossa própria história, o que exige posicionamentos humanistas em defesa do gênero.

Para Lukács, o realismo em arte significa, antes de mais nada, o realismo diante da própria vida, isto é, uma predisposição para a objetividade, para a inteligência crítica dos fenômenos e eventos humanos. Defendê-lo é posicionar-se a favor do homem – da razão e da luta emancipatória travada pelo socialismo e pelo humanismo democrático (PATRIOTA, 2010, p. 36).

Falar de realismo exige assumir a compreensão de que a realidade do homem não é dada *a priori*, como simples fenômeno imediato, algo natural, mas como uma teia complexa, parte de uma totalidade estruturada, constituída pelos homens. No sentido exposto por Vedda (2012 *apud* LUKÁCS, 2012a, p. 15), o realismo implica aceitar que a verdade, no plano teórico e prático, está presente em uma “sondagem das possibilidades de ação latentes na realidade histórica”. Essa significação da realidade sempre é humana e passa pela conexão ontológica entre sujeito e objeto, ou seja, quando a teoria do reflexo ganha espaço nas reflexões lukacsianas, o que não significa ausência de subjetividade ou uma espécie de neopositivismo, muito pelo contrário, o reconhecimento de um mundo fora de nós dá-se na compreensão de que só o ser social humano pode acessar a objetividade.

O homem vive a sua vida individual em um mundo que existe independentemente dele. A práxis humana, portanto, não pode ser nem pura subjetividade, nem pura objetividade. Mesmo o conhecimento mais objetivo é sempre resultado de grandes e originais esforços subjetivos, enquanto a subjetividade só pode tornar-se multilateral e profunda, consistente e fecunda, mediante o conhecimento rigoroso da realidade objetiva (LUKÁCS, 2009a, p. 35).

Apontar a arte como reflexo não significa que ela seja uma cópia da realidade, pois tornaria o artista um mero reproduzidor do real. Kosik (2002, p. 128) auxilia-nos na compreensão adequada dessa categoria ao dizer que:

Toda obra de arte apresenta um duplo caráter em indissolúvel unidade: é expressão da realidade, mas ao mesmo tempo cria a realidade, uma realidade que não existe fora da obra ou antes da obra, mas precisamente apenas na obra.

Portanto, o reflexo artístico não é mera cópia do real, mas uma transfiguração deste para o mundo próprio dos significados humanos.

A noção de reflexo presente na Estética não descarta jamais o papel ativo da apreensão do real, determinado pela particularidade histórica, pela classe social, pela nação, pelo contexto cultural e pela totalidade da vida individual do receptor (CARLI, 2012, p. 15).

A dialética entre fenômeno e essência é o ponto nodal da teoria do conhecimento marxista, e a proposta realista da estética lukacsiana é seu complemento. Ambas as categorias são parte objetiva da realidade social, momentos dela, e expressam que há, empírica e contingencialmente, um determinado grau de expressão da realidade e que, do ponto de vista de leis que regem a totalidade, há essencialidades não capturadas de forma imediata pelos homens. A dialética entre essas duas dimensões não se explicita por si só, até mesmo porque, como foi colocado, o reflexo do mundo na mente do sujeito social só se expressa por meio do pensamento. A realidade objetiva em Lukács não é um agregado caótico de movimentos diversos sem direção, mas um processo dinâmico contraditório de tendências conectadas a uma central tendência fundamental: a produção material da realidade histórica.

O sentido exato de sua tese não pode ser captado a não ser que se leve em conta que, longe de fazer do reflexo do mundo-em-si, independente da consciência, o *telos* da atividade estética (o que rebaixaria sua concepção do realismo a uma visão niveladamente vulgarizada da relação sujeito-objeto no domínio estético), Lukács, ao contrário, situa a intensificação da consciência de si e a ênfase *sui generis* da subjetividade no centro de sua concepção estética. O movimento circular entre a consciência de si e o conhecimento do mundo, entre o conhecimento de si e o enraizamento

na experiência do mundo, entre a interioridade e a exterioridade permanece sua tese cardeal (TERTULIAN, 2003, p. 262).

O realismo no pensamento de Lukács nunca deve ser entendido como um estilo (ou escola) de arte; para o autor, a postura realista é expressão ontológica da possibilidade de refletir (e refratar) a realidade não em sua empiria imediata, mas em sua expressividade essencial e fenomênica.

## **UM CONHECIMENTO SOBRE A REALIDADE**

A dialética entre sujeito e objeto na estética lukacsiana se manifesta na compreensão de que existe uma realidade material independente dos indivíduos, que é possível de ser apreendida e reconstruída também na narrativa jornalística.

O material do qual fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 2012, p. 195).

Longe de positivista e na esteira da teoria do reflexo leninista, a compreensão é de que há claramente uma subjetividade nesse processo cognitivo, com especial destaque para a abstração, até mesmo porque a singularidade cristalizada no jornalismo é ponto de chegada, não de partida.

Genro Filho (2012) constrói uma crítica à teoria do reflexo elaborada por Lênin (tese de grande lastro na filosofia ocidental), e resgatada por Lukács, apontando que, no pensamento lukacsiano, ciência e arte refletiriam realidades diferentes. Além disso, o autor brasileiro acusa tal teoria estética de ser antivanguardista e insuficiente para uma reflexão marxista nesse campo. Talvez por não conhecer profundamente as obras de maturidade de Lukács ou por

fazer coro com os que criticam o filósofo húngaro de ser “classicista”, um elitista capaz de algar as virtudes da arte, o teórico do jornalismo brasileiro perde a oportunidade de explorar a noção de realismo, que é um importante campo para estudar a práxis noticiosa. A hipótese de que é possível compreender uma realidade objetiva que existe fora de nós e de que, por meio de nossa atividade, podemos transformá-la é uma contribuição valiosa da teoria do conhecimento de inspiração marxista.

Ao abordar o método realista na produção da arte autêntica, Lukács (1970) evidencia, no bojo da teoria do reflexo, uma perspectiva de apreensão da realidade objetiva. Nesse sentido, ao conseguir congregiar fenômeno e essência e reestabelecer um conhecimento antropomorfizador da realidade, a arte conseguiria catalisar uma elevação do cotidiano, visto que colocaria em contato o homem com o seu gênero. A ciência, enquanto conhecimento desantropomorfizador da realidade, também alcançaria a desfetichização do real objetivo ao refletir categorias e conceitos capazes de exprimir a totalidade orgânica que perfaz os fenômenos. O jornalismo, dentro de uma proposta realista, pode refletir (e refratar, diga-se de passagem) uma realidade que, longe de empregar as potencialidades formais artísticas imaginadas por um autor, reorganiza uma referencialidade narrativa capaz de evidenciar o movimento da realidade objetiva. Essa práxis formadora de subjetividades lembra ciência e arte, mas seu compromisso é propagar os aspectos imediatos da realidade fenomênica conectada dialeticamente a uma essência, compreendida pela atividade intelectual do mediador.

A apuração jornalística coloca em prática a expressão desse singular, mimetizando a realidade objetiva em uma mediação com a particularidade e apontando, com pistas, suas relações mais universais. O papel do desvendamento do real fenomênico, que respeita o percurso dos fatos com seus precedentes e as consequências empíricas observáveis de maneira emergencial, põe em relevo o jornalismo como uma poderosa arma contra a pseudoconcreticidade

(KOSIK, 2002). Para consolidar esse objetivo, o repórter realista precisa partir da aparência fenomênica da realidade objetiva sem se submeter a ela, ultrapassando-a em sua atividade de descoberta dos condicionantes contraditórios que compõem um acontecimento.

É a práxis que pode permitir tal conquista (um singular desreificado), em que a postura realista significa o desvendamento da objetividade pela prática humana de investigação das determinações essenciais do mundo. Assim, cabe ao jornalismo realista apresentar a vida do ser em seu processo histórico. O reflexo da realidade captada pelo jornalismo, nesse sentido, é a fusão entre fenômeno e essência na construção, via linguagem referencial, de uma objetividade nova, representada com o material singular imediato na composição de um conhecimento da historicidade humana em sua contraditória jornada.

O *lead*, epicentro do singular, é a paleta que comporá a obra jornalística, sendo o ponto de chegada do processo que cultiva uma elevação do cotidiano estranhado dos sujeitos sociais quando, pela novidade e atualidade, os cativa e, pela produção realista dos enfrentamentos e condicionantes da documentação desse *lead*, aguça no receptor uma compreensão mais rica dos acontecimentos dispostos em uma totalidade. A práxis noticiosa, portanto, conecta o sujeito à trama objetiva da realidade e, articulado à busca de racionalidade dialética, constrói um produto jornalístico formado por uma narrativa que reflete a realidade, sendo refratada na vida cotidiana dos receptores. A ideologia emancipatória (MÉSZÁROS, 2004), que opta pelo humanismo, perfaz essa práxis, dado que a subjetividade do repórter, ao encontrar a objetividade dos fatos, produz uma nova realidade narrada, pôr teleológico secundário (LUKÁCS, 2013) capaz de esclarecer e desvelar os estranhamentos cimentados na superfície dos fenômenos. Como a arte, espriando-se pela dinâmica do método realista, o jornalismo é capaz de evidenciar as pulsões de uma sociedade em crise, alimentando as lutas sociais ao permitir o conhecimento do presente, do fervilhar da imediatez de uma história humana em vias contraditórias.

Assim como na estética lukacsiana, ritmo, simetria, proporção e ornamentação são manifestações básicas presentes na realidade objetiva que são desenvolvidas com os recursos próprios da arte, guardando vínculos com o mundo natural (LUKÁCS, 1982). No jornalismo, a relação entre exterioridade e consciência humana se faz pelo reflexo dado via linguagem impessoal, que reflete e simula a apreensão do tempo pelo narrar dos acontecimentos. É uma forma de expressão caracterizada por um tipo de linguagem que, para além do ritual de objetividade simulada que esconderia os partidarismos (TUCHMAN, 1999), reporta, pela sua sensorialidade linguística, os fatos selecionados e reconstruídos via narrativa jornalística. Para o receptor, a experiência seria uma encenação da vivência de fatos distantes dele no tempo e no espaço.

Lukács enxerga o realismo como um método de apreensão da realidade que pressupõe uma atitude do sujeito diante da realidade objetiva:

Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, pois ele se configura com certas possibilidades do real e adversários de outras. Se o conhecimento das ciências naturais tende a expressar a objetividade, embora jamais consiga ser exaustivo, o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre a objetividade e a subjetividade, tendo a práxis como seu verdadeiro critério. Pelo conhecimento da práxis, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades (GENRO FILHO, 2012, p. 196).

Os fatos abordados pelo jornalismo são selecionados e reconstruídos, contudo essas matérias são objetivas e têm substância histórico-social constituída. Uma abordagem realista da produção noticiosa

deve direcionar-se à revelação dessa substância por meio do descortinamento desses condicionantes, ou melhor, pelo revelar das múltiplas determinações dos fatos, o que permite evidenciar a essência da materialidade. Os fatos não são prontos e acabados, não podem ser transpostos para as notícias isolados de ideologias e visões de mundo; eles escondem sua dinâmica particular e universal, e mais, na reprodução ingênua não realista dos acontecimentos, percebe-se que sua reprodução atende ao senso comum – que é conectado ontologicamente à reprodução social capitalista (sua materialidade).

Assim, o alcance da concretude das matérias jornalísticas depende, enquanto práxis noticiosa, da abstração subjetiva capaz de situá-las como parte de uma totalidade histórica e social dinâmica. Todavia, na apresentação formal dos aspectos singulares, o trabalho jornalístico alcança seu devir somente se reconstituir a conexão entre fenômeno e essência para além da reificação capitalista, a realidade emergencialmente percebida.

Em uma jornada contra a redução do jornalismo à mera reprodução da ideologia dominante, Genro Filho (2012), pelo caminho da estética lukacsiana, aponta o papel da ideologia emancipatória para erigir uma forma social de conhecimento nova, pois só com a dialética é possível construir o fato jornalístico em sua riqueza de conexões. Um dos seus mais importantes debatedores esclarece essa problemática:

Todo conhecimento social, e o Jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto-de-vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como Humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um Jornalismo puramente objetivo, ou seja, um Jornalismo que seja absolutamente neutro. Isso não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais

profunda, porque o próprio Jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p. 32).

Esse posicionamento do jornalista proporciona, em vez de dificultar (como pensam os positivistas), o acesso à objetividade. A ideologia perpassa pela construção do conhecimento e pode ser uma arma dos sujeitos históricos quando adquire um caráter emancipatório, ou melhor, quando as ideias gerais que orientam esses indivíduos são direcionadas por visões de mundo transformadoras. Um ponto de vista nitidamente questionador das bases concretas da realidade desperta, quando associado ao rigor intelectual, um potencial desreificador. Um jornalismo realista deve, nesse sentido, revelar

as tendências fundamentais e conexões necessárias que estão com frequência profundamente ocultas sob aparências enganosas, mas que são de importância vital para um entendimento real das motivações e ações humanas das várias situações históricas (MÉSZÁROS, 2006, p. 178).

Ao realizar o percurso de abstração que busca construir as mediações dos acontecimentos, armado da ideologia emancipatória e capaz de vislumbrar um projeto societário diferenciado, o jornalista, direcionado pela perspectiva realista, pode desnudar o véu da pseudoconcreticidade, a reificação, e auxiliar na construção de uma consciência crítica do mundo.

O que determinará se ele é realista ou não é aquilo que ele seleciona de uma massa de experiências particulares para representar a realidade, histórica e socialmente específica. Se ele for capaz de selecionar particulares humanamente significativos, que revelem as tendências e características fundamentais da realidade humana em transformação, mas – por uma ou outra razão – se contentar

com o retrato da realidade tal como ela lhe aparece de modo imediato, nenhuma “fidelidade de detalhe” o elevará acima do nível do naturalismo superficial (MÉSZÁROS, 2006, p. 178).

A aparência fenomênica do sistema sociometabólico do capital apresenta um grau de reificação de intensidade cada vez mais elevado. A decadência ideológica (LUKÁCS, 2010) ganha nova expressividade, e o irracionalismo em voga, cujo contorno pós-moderno assume como verdadeira a pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002) do caos imediato dos fenômenos, distancia cada vez mais os homens da essência do real, processo fundamental para o conhecimento da realidade concreta. Por meio da abordagem realista da notícia, apoiada na ideia de conhecimento singular esboçada em linhas gerais por Genro Filho (2012), o jornalismo ganha um papel extremamente necessário em tempos de crise, pois se torna capaz de dissipar a pseudoconcreticidade, revelando a essência oculta pela fetichização e coisificação da vida material. “Assim, a notícia crítica, que apanha os fatos numa perspectiva revolucionária, constitui a singularidade como algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p. 198).

## **POTENCIALIDADES DO JORNALISMO**

Uma postura realista na produção noticiosa, vista aqui como uma práxis que reflete e refrata a realidade, coloca o jornalismo como uma importante forma de conhecimento. Quando constituídas por uma postura ideológica que se coaduna com os ideais da emancipação humana, somada a uma capacidade de inspiração dialética investigadora das contradições sociais, as matérias jornalísticas têm o potencial de alcançar, ainda que cristalizadas nos aspectos singulares do real, uma expressão fenomênica crítica do existente. Ao entendermos a composição dos fatos como expressão fenomênica e historicamente condicionada, resultados das múltiplas determinações – a abstração

intelectual (subjativa) que ordena a realidade na narrativa jornalística –, torna-se possível uma produção comunicativa capaz de desnudar o véu da reificação.

Vale resgatar o esforço em situar a problemática da desalienação como o motor teleológico da práxis noticiosa. Ou seja, para o um jornalismo mais do que necessário na conjuntura atual, são fundamentais não só o rigor e a honestidade desse intelectual orgânico (GRAMSCI, 2011) que é o repórter, mas também um compromisso com uma corrente progressista capaz de vislumbrar os processos sociais para além do estranhamento.

A pirâmide em pé de Genro Filho (2012, p. 204) expressa esse processo quando coloca em primeiro plano “os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientam a produção da notícia”. São esses determinantes iniciais da práxis noticiosa que garantem o acoplamento da singularidade com suas conexões particulares e instituem o universal como sugestão e projeção da narrativa construída. Do abstrato ao concreto, do singular ao geral: assim é o conhecimento realista proposto pelo marxismo e adaptado para o trabalho jornalístico. A crise da imprensa jamais pode ser vista como crise desse tipo de conhecimento, sob o risco de abandonar o projeto de apreensão subjativa da realidade concreta, algo indispensável na construção da história dos homens por eles mesmos.

# Karl Marx e a práxis jornalística<sup>22</sup>

Em 2018, comemoraram-se os duzentos anos de nascimento de Karl Marx. Para muitos, ele foi o pai do socialismo científico, o crítico mordaz do capitalismo, um ícone da esquerda global, um clássico da sociologia, um adversário da economia política burguesa e o articulador maior do socialismo científico e do materialismo histórico. Todavia, poucos se recordam de sua atuação como jornalista. Este capítulo faz o resgate de passagens biográficas da trajetória de Marx no jornalismo, considerando que, mesmo operando em um período histórico díspar, sua atuação nesse campo traz fundamentos inescapáveis para a práxis noticiosa em tempos atuais.

A revista *Newsweek* matou o legado de Marx nos anos 1970 e a imprensa global o resgatou do limbo em 2008, quando os alicerces da economia global sofreram mais um abalo devido às crises do capital (BENSAÏD, 2013). Em 2017, o filme-homenagem de Raoul Peck, *O jovem Marx*, ganhou salas no Brasil após um movimento ampliado de manifestações por sua exibição, demonstrando o constante interesse pela sua obra. A representação da juventude do autor não poderia deixar de enfatizar sua atuação como repórter e publicista e, já nos primeiros minutos da obra, o fechamento da *Gazeta Renana* e a perseguição policial à Marx resumem, de forma ficcional, a tônica de sua vida política nos jornais do século XIX.

---

22. Este capítulo toma por base o artigo “Karl Marx – 200 anos: a atualidade de sua práxis jornalística” (SOUZA, 2019b).

Na maior parte das vezes, ele é rotulado como o próprio Diabo – assim ele aparece satiricamente representado em sua biografia em quadrinhos (MAIER; SIMON, 2018) –, é um autor mal compreendido na maior parte das vezes, como atesta Eagleton (2012), que vê distorções graves de seu pensamento por parte dos detratores. Mitos sobre seu economicismo, utopismo, determinismo, teorismo, obsessão por classes, violência revolucionária, fascínio por ditaduras estatais, e até mesmo inexpressividade frente aos movimentos identitários e culturais são difundidos amplamente para sepultar sua influência. Mesmo assim, ele ressurgiu como uma fênix durante a crise de 2008. A obra magna *O capital* triplicou suas vendas da edição alemã, isso no auge dos abalos econômicos. “A alienação, a ‘comoditização’ da vida social, a cultura da ganância, a agressão, o hedonismo insensato e o crescente niilismo, a distorção constante do significado e do valor da existência humana” (EAGLETON, 2012, p. 3) são debates que devem muito à tradição do pensamento de Marx e mostram sua atualidade. Autores como Fuchs e Mosco (2012), Grohmann (2014) e Melo (2011) resgataram a importância dos pensamentos marxiano e marxista para as pesquisas da comunicação e parecem concordar sobre a inevitabilidade de suas ideias para os debates contemporâneos. Nas teorias do jornalismo brasileiras, a força de seu legado gira em torno dos estudiosos da obra de Genro Filho (2012), como Moretzsohn (2007), Pontes (2015) e Souza (2017).

Os ruídos de seu bicentenário na imprensa nacional hegemônica foram minguados, a *Folha de S.Paulo* (edição de 6 de maio de 2018), por exemplo, se preocupou em comentar o lançamento de uma nova biografia, tida pelos especialistas como definitiva, de autoria de Michael Heinrich (2018). Porém, o texto insiste em retirar de Marx sua potência revolucionária. O material tem um enfoque pasteurizado, tentando demonstrar a validade das ideias do pensador alemão para além dos movimentos emancipatórios que ele inspirou, colocando até mesmo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como seu seguidor, em um insustentável malabarismo retórico.

O fato é que Marx produziu um numeroso material jornalístico, atuou na *Gazeta Renana*, na *Nova Gazeta Renana*, no *Die Presse*, no *New York Tribune*, entre outros. O jornalismo foi a única atividade profissional remunerada do filósofo da práxis. É inegável, contudo, que, nos avanços de seu pensamento, essa atividade, que o obrigava a estar em contato com as polêmicas e conflitos mais emergentes de sua era, exigiu dele um choque de realidade. Além de laboratório de suas principais formulações, o olhar dialético e materialista presente em seus textos jornalísticos fornece rico material para pensar a atividade dos repórteres. “Estudiosos que ensinam sobre Marx em programas de comunicação se concentram exclusivamente em sua escrita teórica e tendem a não ter muito a dizer sobre Marx como jornalista” (MOSCO, 2012, p. 573, tradução nossa). A presença de Marx e do marxismo em cursos de jornalismo, além de eclipsada por outros autores, quase não se centra na sua produção jornalística. “Isso é lamentável porque há muito a aprender sobre jornalismo a partir de uma análise da carreira de Marx como comunicador profissional” (p. 573, tradução nossa). Este capítulo visa contribuir com um movimento para a superação desta lacuna.

## **O JORNALISTA MARX EM QUATRO FASES**

Marx atuou como jornalista em vários momentos de sua vida, uma atividade que, semelhantemente aos dias de hoje, estava muito longe de garantir estabilidade financeira e um projeto profissional de largo alcance. Contudo, com dificuldades em vislumbrar uma carreira acadêmica sólida após a demissão de Bruno Bauer<sup>23</sup>, o jovem recém-doutor pela Universidade de Jena, que fez uma valiosa tese em filosofia sobre os pensamentos de Demócrito e Epicuro, decide colaborar com a imprensa.

---

23. Bauer foi um filósofo hegeliano contemporâneo a Marx que atuava em grupos de estudo e foi demitido da Universidade de Bonn por motivações políticas.

Ele decidiu seguir o jornalismo porque, como tantos novos doutores hoje, não conseguiu encontrar um emprego acadêmico, particularmente sob os controles sufocantes da universidade que o governo prussiano impôs (MOSCO, 2012, p. 574, tradução nossa).

Primeiro ele contribuiu com Arnold Ruge na revista *Anais Alemães de Ciência e Arte*, mas logo passou a atuar na *Gazeta Renana*, em maio de 1842, aproximando-se dos hegelianos de esquerda que animavam o debate político na região da Renânia, na antiga Prússia. Em seus textos, defendeu a liberdade de imprensa contra a censura (MARX, 2006), o que, numa perspectiva democrática liberal, a categoriza enquanto um direito universal. Mas isso não impede que o filósofo da práxis defenda que a imprensa deveria se emancipar da liberdade comercial. “Ao longo de sua carreira no jornalismo, Marx se opunha a todas as formas de censura e regularmente defendia a liberdade de expressão” (MOSCO, 2012, p. 574, tradução nossa). Em artigos de janeiro de 1843 ele discute “os elos estreitos que unem a imprensa e o espírito de um povo na formação de uma opinião e de um espaço público” (BENSAÏD, 2017, p. 12). Para Marx, nesse momento de filiação à esquerda neo-hegeliana, o jornal é visto como um órgão que congrega várias opiniões em um único espírito e que surge como o coração e inteligência de um povo, aparelho produtor da opinião pública.

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria (MARX, 2006, p. 60).

Marx rapidamente se torna diretor da publicação, em dezembro de 1843. O perfil engajado do periódico o colocou diante de desafios políticos de risco cada vez mais alto. “A *Gazeta Renana* buscava realizar a unificação de todas as forças progressistas alemãs numa ampla oposição, profundamente enraizada na vida nacional, contra o regime reacionário de Frederico Guilherme IV” (LUKÁCS, 2007, p. 133).

A imprensa, nesse período, tornou-se uma importante arena de combate ao absolutismo alemão. Pino (2014) ressalta que o jornalismo de Marx foi guiado pela produção de cartografias políticas para intervir na luta de classes. Seus textos surgiam como elementos de apresentação de fatos conjunturais, como intervenção política no presente e também como exposições da exploração (dialética) das contradições de sociedades complexas e dinâmicas que afloravam na aurora da modernidade.

A atividade jornalística é, portanto, uma dinâmica fortemente enraizada na matriz de seu pensamento teórico-político. [...] Marx achava que o jornalismo era uma ferramenta essencial de análise e difusão para sua tarefa crítica e política (PINO, 2014, p. 113, tradução nossa).

Na *Gazeta Renana*, um espírito ainda democrático-liberal norteava a visão do jovem Marx, que via o jornal como um bastião do exercício público da razão crítica (BENSAÏD, 2017). É durante essa atuação como redator-chefe do periódico que Marx se torna mais crítico ao liberalismo renano e se aproxima das ideias socialistas. Mas a virulência com que defendeu os camponeses no debate sobre o roubo da madeira (MARX, 2017) e a pressão (de forma honesta, exata e singular) em apreender os conflitos materiais que se esboçavam à sua frente, direcionaram o pensador a se dedicar às questões econômicas.

Nos textos inaugurais na *Gazeta Renana*, Marx denunciou o caráter reacionário das Novas instruções para a censura, baixadas em dezembro de 1841 pelo governo imperial a pretexto de atenuar a

censura e permitir maior liberdade de expressão; e tratou de temas como a desigualdade social e a defesa dos camponeses pobres do sul do Reno contra a exploração pelos grandes proprietários de terras (MORAES, 2016, p. 35).

Lukács (2009a) considera o jovem Marx um jacobino radical no plano político e idealista no plano filosófico. Mas a crise teórica e militante que adveio com a análise da realidade prussiana em seus textos apenas o afastou temporariamente da atividade de jornalista político, algo que ele manteve por quase toda a vida. O olhar sobre os fatos do Marx na *Gazeta Renana* era inspirado nas reflexões de sua tese de doutorado, que colocava, no centro da filosofia, a busca por sua prática entre os homens. Certo trato mais materialista dos conflitos sociais apareceria em muitos artigos, mas não em sua totalidade. “Com efeito, apesar do ponto de partida idealista, a crítica de Marx às condições alemãs de sua época é extraordinariamente concreta, tanto no plano histórico, como no plano social” (LUKÁCS, 2007, p. 138).

Essa inclinação do jovem filósofo com o mundo das contradições materiais o fez superar, pouco a pouco, as abstrações idealistas e revelou sua virtuosa dedicação à busca da verdade no plano factual. Sua vontade incansável em entender a conjuntura, advinda de sua posição política e somada a uma audácia em enfrentar quem fosse, mesmo amigos próximos, definem um caráter cada vez mais necessário entre os jornalistas.

Seu trabalho jornalístico nesse período concentrou-se em investigações sobre o *establishment* político autoritário da Prússia e incluiu numerosos artigos sobre censura e liberdade de imprensa, que o colocaram em constantes dificuldades com as autoridades (MOSCO, 2012, p. 574, tradução nossa).

Era um analista crítico e profundo das questões emergentes, cuja ilustração e racionalidade sempre o demarcaram em um lugar no bojo dos embates sociais. Essa luta o fez ser banido de seu país.

Os acionistas capitalistas o acusavam de radicalizar a oposição à ordem vigente e pôr em risco a sobrevivência do jornal. Já para as autoridades prussianas, Marx era um “agitador subversivo” que precisava ser barrado e silenciado (MORAES, 2016, p. 36).

A primeira fase do Marx jornalista (1842-1843) é seguida, então, por sua partida para a França. Em contato com as questões classistas e substituindo seu perfil mais noticioso por uma dimensão analítica de cores ensaísticas, Pino (2014) descreve que a segunda fase (1843-1844) da produção jornalística de Marx se dá nos *Anais Franco-Alemães*, revista coordenada por Ruge em território francês.

O mundo do trabalho, o mercado e um poder estatal não democrático cativavam as preocupações do jornalista (PINO, 2014). Nesse momento, após um denso amadurecimento filosófico do jovem Marx, fica perceptível na sua produção a atenção às forças motrizes da sociedade e os objetivos da revolução (LUKÁCS, 2009a). Mehring (2013, p. 74) resume a visão de Marx sobre o objetivo dos *Anais*: “infundir à época a consciência (filosofia crítica) de suas lutas e desejos”. A ruptura entre Marx e Ruge simboliza a cisão do jovem filósofo com seu passado hegeliano. Com outros exilados, como Engels e Bakunin, ele formou outro jornal, o *Avante!*, claramente motivado pela oposição à monarquia prussiana. São artigos nesse veículo que levam o jovem Marx a ser expulso da França, fixando-se na Bélgica. Na segunda fase de sua produção jornalística, fica evidente que o ponto de vista da classe trabalhadora adotado por ele modifica totalmente sua visão de mundo. O olhar sobre o Estado burguês está agora munido com a ferramenta investigativa da contradição material que o sustenta.

A terceira fase (1848-1850) do Marx jornalista, para Pino (2014), ocorre depois de uma lacuna de quatro anos, na qual o filósofo se dedicou ao ativismo e à redação de textos como a *Ideologia alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*, esse último claramente influenciado por uma linguagem jornalística. Moraes (2016), todavia, aponta que, mesmo nesse período, Marx manteve sua pena carregada, atuando em

jornais socialistas radicais. Os escritos filosóficos e históricos determinam o tom da nova abordagem do autor na produção jornalística. “O conteúdo desses textos irá influenciar decisivamente seu novo jornalismo, que abandonará o terreno conceitual e a forma de ensaio para adentrar-se no âmbito do concreto através da notícia” (PINO, 2014, p. 116, tradução nossa).

De volta a Colônia, Marx e Engels criam a *Nova Gazeta Renana*, veículo que foi um observatório jornalístico das revoluções europeias e onde foram publicados os artigos que compõem a obra *As lutas de classes na França*. Os acontecimentos mais relevantes dos movimentos operários foram cobertos pelo periódico, composto por uma rede de correspondentes e tendo grande tiragem de exemplares.

O jornalismo de Marx foi mais intensivo em dois períodos, nos primeiros anos, quando aos 24 anos ele escrevia para a *Gazeta Renana* assumindo logo depois o cargo de redator-chefe, e depois novamente como redator e editor da *Nova Gazeta Renana* na Prússia (MOSCO, 2012, p. 574, tradução nossa).

Para Pino (2014), contudo, a quarta fase (1851-1862) da produção jornalística de Marx seria a mais importante, pois é nesse período que, de volta a Londres, ele produz, para o primeiro fascículo da revista *Die Revolution*, as reportagens que geraram a obra *18 brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011a) e tratam do golpe de Estado na França em dezembro de 1851. Praticamente um livro-reportagem, esse texto apresenta a aplicação do materialismo histórico na análise de uma conjuntura específica. A obra apresenta uma caracterização das disputas de poder e dos personagens envolvidos, traçando uma rica interação entre elementos estruturais e causas históricas. O acontecimento, suas causas e implicações tornam-se matéria-prima da escrita de Marx, que busca as mediações e contradições concretas em sua densa reportagem. Entre 1852 e 1862, ocorreu sua fase mais duradoura de associação jornalística, quando ele foi correspondente

europeu do *New York Daily Tribune*. A produção nesse período impressiona, com mais de trezentos textos escritos por Marx e outros 150 escritos por Engels. Esses últimos eram assinados por Marx, mas produzidos pelo parceiro, que lhe dava apoio para ajudar nas finanças.

Seus artigos de nível e estilo apurados se distinguiam do jornalismo superficial praticado na época. Suas fontes eram as figuras do movimento democrático e operário de Londres, os contatos de Engels no circuito econômico de Manchester, e o resultado das visitas de Marx ao Parlamento inglês e das suas pesquisas no Museu Britânico (BARSOTTI, 2009, p. 122).

Os textos versavam sobre as crises do mercado mundial, os conflitos armados na Europa, a situação da classe trabalhadora, a dominação colonial e a busca de emancipação dos negros, entre outras temáticas, como diplomacia internacional e comércio do ópio. O *New York Tribune* foi fundado por Horace Greeley, um líder da imprensa americana antiescravista, e tinha como linha editorial uma ampla cobertura de eventos diversos e assuntos públicos. Foi nas páginas desse jornal que Marx começou a deslindar as causas da crise geral econômica que afetava o globo em 1857. Nesse período, ele dividia as escritas periódicas como correspondente com a produção dos esboços que compõem os *Grundrisse* (MARX, 2011b).

Mesmo nitidamente progressista, o *Tribune* não deixava de exercer certo poder editorial sobre os textos de Marx, o que o levou até mesmo a criticar essas formas de assédio. Eles constantemente mudavam o tom de seus artigos, muitas vezes depois de o colunista já os ter assinado.

Apesar desses ataques, Marx continuou a praticar jornalismo por causa de seu compromisso com o princípio de que o jornalismo não era apenas uma vocação ou um clamor, mas uma convocação *política*. Ele reconheceu que um jornal como o *Tribune* fez mais do que ajudar a pagar suas contas; forneceu-lhe uma

plataforma para alcançar um público amplo (na época em que ele escreveu, contava com 200 mil exemplares em circulação), incluindo Abraham Lincoln, que o lia avidamente (NICHOLS, 2011 *apud* MOSCO, 2012, p. 574, tradução nossa).

Pino (2014) lista algumas características dessa fase do Marx jornalista maduro: uma ampliação das bases de análise do filósofo; aprofundamento das relações existentes entre trabalho assalariado e capital; abordagem sobre as culturas não ocidentais; concepção empírica e realista da luta de classes; e compreensão, resultante das temáticas anteriores, de uma visão policrômica e multilinear da história. Além dos *Grundrisse*, os esboços que antecipam a obra magna de Marx, sua atuação jornalística revelava a ele um suporte laboratorial para a compreensão ontológica da realidade social de seu século. Seus textos focavam numa linha mais pedagógica do que seus artigos e obras científicas, e ele, excetuando alguns momentos de indignação com o tempo que lhe era tomado<sup>24</sup>, entendia que o jornalismo era uma arma para colocar sua teoria em prática e auxiliar a classe trabalhadora a compreender seus objetivos históricos.

Assim, ele tecia uma paisagem conjuntural do mundo moderno, apresentando os elementos violentos e desiguais desta realidade capitalista nascente. Como aponta Mosco (2012), Marx tinha um foco implacável e radical sobre as principais questões que o mundo enfren-tava, postura fundamental para um jornalismo de qualidade.

## TEORIA MARXIANA DO FAZER JORNALÍSTICO

A atividade jornalística profissional de Marx se dá em um contexto de contínuas mudanças na imprensa. Rapidamente podemos associá-lo

---

24. Marx (2008) reclamou do fato de essa atividade econômica muitas vezes lhe tirar o foco e a dedicação à sua obra teórica. Mas reconhece, também, como o jornalismo lhe permitiu conhecer acontecimentos econômicos marcantes.

a um tipo de jornalismo partidário, mais preocupado em convencer politicamente em prol de grandes causas. Contudo, verifica-se sua atuação como amostra de uma fase específica da produção editorial. O século XIX ainda estava marcado por um tipo de jornalismo que tinha uma conexão muito grande com as discussões político-partidárias. Os jornais estavam em processo de mutação, de um modelo em que se destacava o publicismo (séculos XVII e XVIII) para a ascensão do jornalista como um educador (LAGE, 2011).

A imprensa, que tinha uma conotação mais comercial, ligada às atividades do capitalismo nascente, transmuta-se para um jornalismo de opinião, literário e empenhado, segundo Habermas (1987), na criação de uma esfera pública burguesa. Já Schudson (2010) aponta que, antes de 1830, a preocupação com a informação objetiva não direcionava a imprensa. É com a criação do telégrafo e com o surgimento da primeira agência de notícia nos Estados Unidos, a Associated Press, em 1848, que a ideia de reportagens objetivas passa para primeiro plano. Mas o imperativo da mudança de um modelo narrativo para um modelo informativo se dá apenas no final do século XIX. A estrutura empresarial e a expansão da cultura comercial, bem como a necessidade de alcançar a massa de leitores, ao mesmo tempo que não afastam nenhum potencial anunciante, levam à busca por um distanciamento do engajamento político explícito. “A constituição do jornalismo como atividade industrial, ao longo do século XIX, viria a profissionalizar essa prática e submetê-la, embora nunca sem conflitos, às demandas do mercado” (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

O jornalismo de Marx tem a marca do publicismo e do dirigismo político, mas seria leviano não reconhecer seu compromisso com a análise conjuntural e as especificidades da realidade concreta. A subjetividade dessa figura exemplar promoveu avanços na leitura dos fatos, e (mesmo que na maior parte das vezes seus materiais se destinassem a aprofundamentos de questões contraditórias, sempre buscando, pela dialética, enxergar as causas históricas e os

processos de lutas que envolvem os eventos) os aspectos singulares do real jamais eram negligenciados.

Diferente do jornalismo atual, hegemônico pelo gênero informativo, Marx apresentava um debate sólido sobre cada questão abordada, tanto que sua prática jornalística foi a responsável pela imersão do cientista nas questões candentes de seu momento histórico. Sua abordagem partia do singular, mas, de forma pendular, conectava-o às particularidades, intuindo sempre uma totalidade mais ampla à qual os fatos se integram. A obra *18 brumário de Luís Bonaparte* é um bom exemplo dessa paixão e engajamento direcionados para possibilitar aos leitores o acesso aos meandros de eventos políticos de maior magnitude. Certamente Marx produzia jornalismo como conhecimento e esclarecimento, mas evidentemente enquadrado em outro modelo narrativo e político, o que não modifica sua relevância e influência para os repórteres de hoje. Até mesmo porque, concordando com Genro Filho (2012), o jornalismo informativo inaugura uma nova forma de conhecimento, que, mesmo nascido no interior de necessidades do capital em expansão, cria um valor de uso social ligado às informações singularizadas que produz. O jornalismo informativo envolve “uma forma específica de apreensão e reprodução da realidade, uma determinada funcionalidade técnica e uma linguagem” (GENRO FILHO, 2012, p. 116).

Neste ínterim, Marx militou em mídias alternativas, mas sabia que alcançava poucas pessoas. Além da necessidade financeira de obter remuneração com a atividade de repórter, ele também descobriu que seria importante trabalhar na mídia *mainstream* para ampliar o escopo de divulgação de suas ideias, reconhecendo que isso o levaria a um cabo de guerra com os interesses empresariais, e, em algumas situações, ele foi, de fato, claramente censurado (MOSCO, 2012). Sem nenhuma ilusão idealista, Marx percebia que havia contradições nas instituições sociais e já reconhecia “os constrangimentos impostos por uma estrutura que entretanto jamais consegue conformar integralmente o processo produtivo” (MORETZSOHN, 2007).

Na esteira do último Lukács (2013), ao tratar dos pores teleológicos dos homens, a subjetividade capaz de tecer e criar alternativas faz parte da condição humana. A intelectualidade do agente repórter é um ponto alto da visão jornalística de Marx, que, por meio de suas abstrações dialéticas, conseguiu ampliar o potencial de compreensão dos fatos de seu tempo. Essa potencialidade de perscrutar o real coloca o jornalismo como uma práxis capaz de expressar um conhecimento das singularidades do mundo, que é um desenho fundamental para o mapeamento do território em que as ações humanas podem se objetificar.

Se hoje queremos responder à ofensiva neoliberal que está destruindo a sociedade, aumentando a exploração e precarizando as vidas das classes trabalhadoras, temos que realizar análises e diagnósticos que sirvam como um mapa social para podermos atuar. Cartografias capazes de reunir os díspares em uma história comum que nos permita questionar o consenso político neoliberal e a passividade adquirida ao longo de décadas (PINO, 2014, p. 121, tradução nossa).

O esclarecimento possível do jornalismo exige, contudo, um esforço de transição por parte dos repórteres e da esfera cotidiana, pois a naturalização das relações sociais cristalizadas no senso comum e a entrega voluntária ao tecnicismo utilitarista da prática profissional estranhada nada se aproximam do exemplo marxiano de conduta jornalística. O Marx jornalista ressalta a missão de “usar a imprensa como ferramenta que auxilie a classe operária a apreender criticamente a realidade e se motivar a agir para transformá-la” (MORAES, 2016, p. 47). Sinteticamente, como contribuições do Marx jornalista aos estudos da práxis noticiosa, podemos elencar:

- a. a preocupação em expressar a singularidade, sempre em movimento, da realidade social;
- b. a busca pela elucidação das contradições sociais prementes na sociedade capitalista;

- c. a atenção especial em desnudar os interesses dos agentes e grupos sociais envolvidos nas dinâmicas dos acontecimentos;
- d. o olhar histórico sobre as causas imanentes dos processos sociais;
- e. a delimitação do território das disputas em consonância com a compreensão das particularidades presentes nos eventos;
- f. a compreensão da conjuntura como a busca de “captar as relações entre os fenômenos sociais inscritos em uma totalidade em movimento” (BENSAÏD, 2013, p. 160); e
- g. o ângulo da luta de classes como fio condutor na cartografia dos conflitos, ou seja, o concreto como resultante de múltiplas determinações que devem ser conhecidas para se pautar qualquer luta.

A associação automática entre a produção noticiosa e a mercantilização capitalista faz com que, romanticamente, autores como o jovem Habermas (1987) defendam uma produção noticiosa que resgate a forma partidária de elaboração de conteúdo jornalístico. Genro Filho (2012) corretamente rejeita essa visão, demonstrando que a práxis noticiosa não pode se restringir ao discurso político, mas deve direcionar-se à compreensão do singular e à construção de informações capazes de apresentar, na dialética entre fenômeno e essência, fatores que possibilitem ao público mecanismos de superação da aparência fetichizada do mundo do capital. Um jornalismo como o de Marx que, na diferenciação funcionalista dos gêneros jornalísticos, poderia estar na intersecção entre a opinião e a informação, precisa ser resgatado pela atitude e capacidade investigativa de análise. Esses requisitos podem influenciar os jornalistas na busca por um jornalismo crítico e esclarecedor, capaz de auxiliar na superação dos estranhamentos que se dão na esfera da cotidianidade (LUKÁCS, 2013).

Embora não haja um texto de Marx teorizando o jornalismo, excetuada a reflexão juvenil sobre a liberdade de imprensa, seus textos

jornalísticos deixam exemplos claros do papel da práxis noticiosa para a educação da classe trabalhadora, pensando (diferentemente da estrutura de agitação e propaganda leninista que ganhou espaço no interior do movimento comunista internacional<sup>25</sup>) que a exatidão e a análise criteriosa dos fatos cumprem um indispensável papel na formação de sujeitos históricos. Longe de uma evocação à imparcialidade ou à neutralidade do agente, fica claro que o método marxiano de investigação do real, cuja relação entre singular, particular e universal se evidenciava, no caso, ao explicitar um conhecimento sobre os eventos em suas conjunturas históricas e sociais, foi cultivado e aprimorado por Marx em toda sua carreira de repórter.

## REPETIR O MOURO

Os elementos de continuidade e descontinuidade da dialética da história revelam a importância das ideias de Marx para compreender a realidade social. Desde a economia política até os debates sobre a cultura e a comunicação, elas têm muito a nos oferecer. Têm crescido de forma bastante rica os estudos da internet baseados na crítica marxiana ao capital (FUCHS, 2016), e ganham relevo os debates em torno da classe trabalhadora em tempos de cooperação complexa de produção do capital (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008). A crise que perpassa pelo ecossistema jornalístico (RAMONET, 2012), nesse sentido, só pode ser entendida com base no debate da estrutura social em tempos de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), complexo que unifica os epifenômenos do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, do pós-modernismo e da globalização capitalista. As subjetividades sofrem a captura desse modo de produção do capital

---

25. Deve-se fazer a ressalva de que há uma evidente caricatura dessa tática, que foi compreendida como uma teoria essencial do jornalismo para além do contexto czarista da Rússia às portas da revolução.

em rede e são seduzidas pela consolidação da figura do homem-empresa em um capitalismo de curto prazo.

O advento da massa de mídias gerou um novo ambiente de proliferação das chamadas notícias falsas, o que tem gerado uma disputa em torno da verdade jornalística, em que os velhos conglomerados de produção noticiosa enfrentam as mídias radicais (DOWNING, 2002) que proclamam o direito de produzir informação. A esfera da disseminação e distribuição de informações passa a ter o controle do processo e apreende formas de lucrar com a produção massiva de conteúdos em redes sob seu controle. A parceria entre esses grandes *players* e a imprensa, no sentido do monopólio da verdade jornalística, expressa a dimensão fenomênica de um problema essencial que perpassa pela prática noticiosa, ou seja, a relação entre a exatidão e a verdade (MILNER, 2016 *apud* ZIZEK, 2017). É aqui que o Marx jornalista precisa ser repetido, o que significa “recuperar o mesmo impulso na constelação atual” (ZIZEK, 2002, p. 15), pois ele nunca colocou a verdade (a causa em que estava comprometido) como delimitadora da exatidão (verdade factual, precisão realista, o singular) que o motivava em suas matérias. As notícias falsas que ganham presença nas bolhas informativas têm seguido um modelo que foi bastante comum na era staliniana da União Soviética, ou seja, sobre a verdade: “não apenas é permitido ignorar a exatidão, ela [a imprensa] pode inclusive modificá-la arbitrariamente” (ZIZEK, 2017, p. 93).

Com o jornalismo cada vez mais disperso nos capilares da sociedade, tanto sua banalização na práxis utilitarista popularesca, com todos podendo ser jornalistas, quanto um retorno ao controle monopólico nas grades da imprensa burguesa “profissional”, parecem esfumar o real problema. A questão é que tipo de jornalismo pode ser realizado nesse novo território digital e qual a sua necessidade. Pensando em um mundo conduzido pela expropriação intensiva do capital, em que o fetiche e a reificação invadem as mentes estranhadas de grandes contingentes populacionais, o vigor do Marx jornalista pode servir de exemplo e modelo e, talvez, novamente apontar caminhos.

# O irracionalismo como motor da desinformação jornalística<sup>26</sup>

Em julho de 2018, uma ação da rede social Facebook derrubou quase trezentas páginas e perfis ligados, de alguma forma, à direita brasileira representada pelo Movimento Brasil Livre (MBL). A acusação foi de que a desinformação estaria sendo propagandeada no ambiente digital, capitaneada por esses históricos divulgadores de *fake news*, numa provável ação orquestrada nas eleições brasileiras.

Todavia, na reta final da campanha presidencial de 2018, o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro se beneficiou, com certa dose de tranquilidade, de inúmeros boatos sobre seu adversário no segundo turno, Fernando Haddad. Entre eles, factoides como o *kit gay* nas escolas infantis, a pedofilia permitida com crianças a partir de 12 anos, a defesa do incesto, a falsa agressão a uma eleitora bolsonarista por parte de petistas (na verdade, era a atriz Beatriz Segall em outro episódio de violência), bem como outras criações falaciosas (a inesquecível imagem da mamadeira em formato de pênis tornou-se um marco do pleito eleitoral). Essas informações difundidas pelas redes sociais em prol da desinformação jornalística tiveram como principal veículo o aplicativo de conversas WhatsApp, que alavancou o clima de adesão à campanha eleitoral do capitão reformado.

---

26. Este capítulo toma por base o artigo “‘Fake news’, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística” (SOUZA, 2019a).

O silêncio obsequioso e a lentidão das medidas do Tribunal Superior Eleitoral, bem como as táticas de uso de *bots* (robôs virtuais) e compartilhamentos em massa financiados pelos apoiadores do atual presidente, sedimentaram o ambiente de ódio em que Bolsonaro se sagrou vitorioso. As interações nessas esferas, na casa dos milhões, mostram o tamanho da bolha que circunscreve a boataria na internet.

Por iniciativa de grandes conglomerados rentistas (HUWS, 2014) da rede, Facebook e Google, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e mais vinte empresas jornalísticas criaram o projeto Comprova, que realiza uma atividade de *fact cheking* (checagem de possíveis notícias falsas) para dismantelar a rede de mentiras no ambiente digital. Todavia, mais do que bastiões de uma batalha pela verdade, as redes sociais privadas não são apenas produto, mas também agentes do fenômeno que buscam solucionar.

Da mesma forma, empresas jornalísticas não podem arvorar-se do papel heroico de zelar pela verdade factual. Elas também são parte do problema quando associadas à economia do tempo de vida que a indústria midiática e a gestão privada das redes estruturaram na subjetividade contemporânea. Facebook e Google têm seu modelo de negócios baseado exatamente no engajamento de seus usuários, ou seja, vivem de sua atenção. Dados do relatório de 2016 do Instituto Reuters, da Universidade de Oxford, apontam que 72 % dos brasileiros leem notícias pelas mídias sociais, ou seja, utilizam a circulação de informações gestadas por algoritmos de uma empresa privada em especial, o que mostra o impacto das redes sociais na produção jornalística.

Com a perda do *status* seguro e público cativo, as empresas jornalísticas viram que seria uma boa hora para lutar por seu lugar até então reservado. Todavia, em razão de sua atuação como aparelho ideológico do neoliberalismo (RAMONET, 2013) e da perda de credibilidade que sofreu com suas próprias *fake news*, a checagem que fazem não garante o acesso ao conhecimento jornalístico de que a sociedade necessita em tempos de crise. O que se testemunha é a ampliação da desinformação em contexto de hegemonia do irracionalismo nas produções intelectual

e cultural, algo que potencializa os estranhamentos produzidos pelo ambiente da maquinaria capitalista do século XXI.

Nada envolve mais a ação individual nas redes do que o atalho da busca por sensações rápidas<sup>27</sup> e “lacrações” resultantes da gramática do “curtir” e do reconhecimento narcísico nas bolhas. É uma legião de sujeitos flutuantes sem guia especializado, imbecis, no dizer de Umberto Eco, que, em um de seus últimos discursos, retratou a internet como responsável por elevar um idiota da aldeia a portador da verdade. Mais do que responsáveis, a tecnologia e as mídias sociais surgem como uma esfera de intensificação do irracionalismo na estrutura da subjetividade hegemônica (LUKÁCS, 2016), processo que tem suas ligações com o pós-modernismo enquanto domínio da decadência ideológica e amarrações orgânicas com o sistema de metabolismo social do capital. Inescapavelmente, esse processo tem laços concretos com os estranhamentos gerados pelo homem-empresa toyotista: o trabalhador contemporâneo vitimado pela corrosão do caráter (SENNET, 2009) administrada pela governamentalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

A desinformação jornalística tornou-se um fenômeno comum em nossa época. O ambiente digital reforçou, no senso comum, o descompromisso com a informação jornalística capaz de se apresentar como conhecimento dos aspectos singulares da realidade (GENRO FILHO, 2012). Esse fenômeno ocorre massivamente pelo menos desde 2016, quando o dicionário de Oxford escolheu pós-verdade como palavra do ano, definindo-a como as “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ANCONA, 2018, p. 20). O termo possui raízes um pouco mais antigas, com seu uso pioneiro em 1992 num artigo de Steve Tesich publicado na revista *The Nation*. Em 2010, o blogueiro

---

27. Genro Filho (2012) demonstra por que o sensacionalismo tende a ser conservador e, por vezes, reacionário. A singularização sem a contextualização do particular, no caso do jornalismo, promove uma experiência imediatista que conecta o indivíduo ao universo social reificado.

David Roberts (*apud* D'ANCONA, 2018) escreveu que uma cultura política nova havia se sedimentado entre os norte-americanos, referindo-se ao imperativo da pós-verdade. Para ele, eleitores escolhiam seus posicionamentos com base em opiniões de tribos e proximidades de valores e afetos. A expressão jornalística da pós-verdade é a ampliação do leque das notícias falsas nesse território de predomínio da guia subjetiva da irracionalidade. O fenômeno não se restringe só ao critério de objetividade aplicado às notícias, mas também surge como uma ação mais ampla orientada pelos grupos de poder.

*Fake news* não são apenas notícias falsas, mas também plantadas, cultivadas e hipertrofiadas para que desorientem, confundam, enganem. Elas viralizam nas redes sociais, espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados e por sistemas automatizados, como *bots* e algoritmos (CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 62).

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos demonstrou a tese de que o enganosamente simples tem triunfo sobre o honestamente complexo, o visceral vence o racional. Melhor uma narrativa fantasiosa que parece boa do que nenhuma. A campanha do povo britânico pela saída da União Europeia já anunciava o apelo às emoções como condução de decisões políticas. No Brasil, a eleição de Bolsonaro também guarda semelhanças com esses casos. A realidade e o entretenimento se mesclam no imaginário popular.

A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida em um *buffet*. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário (D'ANCONA, 2018, p. 57).

A desinformação e o descompromisso com a realidade passam pelas esferas da produção e consumo de notícias, visto

que o sintoma geral da perda de referenciais decorre da tônica do atual período histórico, expressão ideológica do capitalismo tardio (JAMESON, 1998) solidificada em estranhamentos na esfera cotidiana, mediada pelo ambiente digital.

Desemprego estrutural, desigualdades sociais catastróficas, destruição ambiental sem precedentes, conflitos étnico-raciais, discriminação cavalgar contra imigrantes, criminalização dos movimentos sociais, golpes políticos, Estado policialesco em regime constante de exceção, pauperização dos trabalhadores, precarização acentuada da vida cotidiana... Em momentos como esse, ganha força o pensamento irracionalista, buscando mascarar as tensões. “Exatamente nos momentos em que a explicitação das contradições objetivas passa a exigir respostas no sentido de manter a ordem social” (BARROCO, 2013, p. 266). O pós-modernismo, a pós-verdade e as notícias falsas parecem ser parte desse pensamento.

## **FENÔMENO HISTÓRICO-CULTURAL DA SOCIEDADE DO CAPITAL**

O jornalista britânico Matthew D’Ancona (2018) corretamente percebe a geologia intelectual da pós-verdade nas correntes pós-modernas do final do século XX. É como se esse pensamento tivesse se popularizado e se engravado na experiência do senso comum, uma vez que muitos dos “principais pensadores associados com essa escola pouco coesa, ao questionar a própria noção de realidade objetiva, desgastaram muito a noção de verdade” (p. 85). Eagleton (1996, p. 8) ainda afirma que a máxima de Hegel é invertida pelo pós-modernismo: “o real é irracional e o racional, irreal”.

Gramsci (1999) caracteriza o senso comum como uma concepção de mundo elaborada fora dele, mas que, de forma desagregada, se sedimenta nesse complexo de tendências conformistas. Para ele, as correntes filosóficas quase sempre deixam resíduos nos imaginários populares, agregando-se no senso comum como uma caricatura, mas sempre com

direção prática para os agentes. A pós-verdade poderia, nesse sentido, ser descrita como uma projeção contemporânea das ideias pós-moder nas na mentalidade hegemônica do cotidiano das populações em tem po de turbocapitalismo digital. As *fake news* caracterizariam o uso da perda da razão na prática noticiosa, tanto pelo ocultamento de con tradições sociais gritantes pela mídia hegemônica quanto pelo jorna lismo apologético realizado por midiativistas direcionados a catalisar seus adeptos em bolhas digitais. Ora, se a realidade é impossível de ser conhecida, basta disputar as narrativas sobre ela.

Eagleton (1996, p. 7) define a pós-modernidade como uma

linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emanci pação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação.

O total desencanto com a objetividade e a verdade emerge das mudanças que o sistema do capital gerou nas últimas décadas, exa cerbando o consumismo e flexibilizando duramente o mundo do trabalho. As tecnologias de informação reescalonom também as estruturas de sentimento (WILLIAMS, 1979) e o imaginário pós-moderno, que, em seu desprezo pela história, alia-se a um pessi mismo político profundo, exaltando as diferenças e identidades e abandonando o anticapitalismo, o que coloca suas pautas em uma proximidade cúmplice das formas de opressão material dadas na sociedade do capital.

Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis de análise causal, não podemos chegar às raízes dos muitos poderes que nos oprimem; e certamente não podemos aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação *humana* geral, ou mesmo de contestação geral do capitalismo, do tipo em que os socialis tas costumavam acreditar (WOOD, 1996, p. 122, grifo do autor).

Estruturas e causas foram inadvertidamente trocadas por fragmentos e contingências. O sujeito descentrado, portador de diversas facetas, tem identidade frágil. A linguagem é tudo que podemos conhecer sobre o mundo. Não há realidade objetiva em substância material, somente existem os discursos em seus jogos de poder. O relativismo “absoluto” dos intelectuais que giram ao redor do pós-modernismo faz alusão a suas elucubrações acerca do papel da linguagem e da cultura como construtos sociais. A ciência torna-se um jogo de linguagem e o conhecimento um artefato discursivo, produto da total dissolução da ideia clássica de verdade. Mas, se a vigorosa e mordaz crítica à razão moderna toma grande parte dos estudos dos pós-modernistas, o mesmo não se aplica à ordem do capital, que garante a dominação de classe da burguesia (NETTO, 2010). A aceitação da imediatividade, a recusa da categoria de totalidade e a semiologização da realidade social são elementos comuns no ecletismo pós-moderno. Ele é uma ideologia funcional ao sistema sociometabólico de reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2002) e um espelho da sociabilidade burguesa. As ideias do pós-modernismo são adaptações distorcidas de condições dadas pelo capitalismo contemporâneo.

Harvey (1993) e Jameson (1997) mapeiam essas teorias como uma espécie de pensamento atrelado às transformações sociais operadas no cerne do sistema de reprodução do capital a partir dos anos 1970. A reestruturação produtiva, a crise do movimento sindical, a predominância da acumulação financeira e o suporte da tecnologia nas redes produtivas e de consumo são, em síntese, uma nova ordem mundial que se estabelece e determina concretamente uma nova lógica da cultura. Com elementos de continuidade e descontinuidade na ordem exploratória do capital, esse novo espírito do tempo

traz uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na “teoria” contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro; um conseqüente enfraquecimento da historicidade

tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada (JAMESON, 1997, p. 32).

Mesmo com uma visão um tanto distorcida do papel do marxismo nos processos históricos do século XX e sem perceber com afincos a base material das leituras pós-modernas, D'Ancona (2018) acerta ao perceber o berço da pós-verdade nos simulacros da cultura contemporânea e ao apontar o papel das tecnologias da comunicação na derrubada dos valores que sustentavam a sociedade. Para ele, na esteira do tecido intelectual pós-moderno, eclode, via absorção do cotidiano interconectado, um afrouxamento de valores como verdade, honestidade e responsabilização. “A pós-verdade alimenta a alienação, o desarranjo e o silêncio entorpecedor” (p. 98). Os refúgios em câmara de eco da internet, geradores das chamadas bolhas, e a popularização, na mídia de massas, de *reality shows* e seus congêneres, que atrelam ficção a não ficção, são aspectos da pós-modernidade turbinada das últimas décadas. Preso nas aparências fetichizadas da realidade, esse pensamento imediatista é um obstáculo para o conhecimento. A contradição maior do capital está no fato de que sua organização e divisão do trabalho aceleram a produtividade, lucratividade e criação de bens jamais imaginados, ao mesmo tempo que toda essa riqueza se dá à custa do bem-estar emocional, mental e físico dos trabalhadores (HARVEY, 2016).

A pós-verdade finca suas raízes quando afetos e emoções<sup>28</sup> importantes para a experiência humana, como a surpresa, o prazer, o reconhecimento e a indignação, são usados como base para a

---

28. Os estudos de Sodré (2006) e Safatle (2016), mesmo em tradi o distinta da investiga o aqui proposta, convergem no aspecto do papel da mobiliza o dos afetos na configura o política atual, bem como numa crítica   mercadologiza o que toma conta dessa esfera. Afinal, “constituir vínculos políticos   indissociável da capacidade de ser afetado, de ser sensivelmente afetado, de entrar em um regime de *aisthesis*” (SAFATLE, 2016, p. 23).

definição da realidade material (D'ANCONA, 2018). Um espetáculo em dosagens particulares como guia da produção noticiosa também não poderia gerar nada mais do que falsidade, desinformação e irrupção de uma espécie de indústria de falsas notícias, acalentadas por esse substrato cultural do senso comum em expressão digital, algo que coroa o processo de agudização da decadência ideológica.

Os eixos da produção e recepção, mediados pela distribuição de informações nas redes digitais, são copartícipes de um processo acentuado de esvaziamento do conhecimento ontológico da realidade, isso em conexão profunda com as mudanças intensas da reprodução do metabolismo do capital nas últimas décadas, bem como com os aprimorados modos de reificação<sup>29</sup> a ele correspondentes. A organização da vida torna-se “um sistema de reificações cuja consequência ideológica é que as pessoas se deixam tomar pelo estranhamento com mais facilidade, sem oferecer tanta resistência, muitas vezes até com entusiasmo” (LUKÁCS, 2013, p. 681). As reificações sociais se ancoram, nesse sentido, na vida ideal e emotiva do homem. O uso político das emoções e dos afetos, com dose cínica de falsidade, são o caldo ideológico pós-moderno da disseminação de *fake news*. A mitificação das experiências subjetivas incide no enfraquecimento do senso de realidade e, portanto, na descaracterização do jornalismo como conhecimento.

## A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA

A pós-verdade e sua variável jornalística de notícias falsas são a manifestação fenomênica do conhecimento objetivado pela sociabilidade burguesa do século XXI, cujos estranhamentos dados

---

29. Schneider (2008), além de se referir à noção de coisificação do sujeito, entende que a retificação é a legitimação do *status quo*. Ela sedimenta como necessários e naturais os elementos contingentes da realidade, ocultando o fato de que eles podem ser transformados pela práxis humana.

na esfera cotidiana se intensificaram em plataformas tecnológicas digitais. Com Lukács (2013), compreende-se que as formas de pensar são categorias socialmente determinadas, o que coloca o irracionalismo hegemônico como produto ativo do desenvolvimento social e das dinâmicas da luta de classes.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente ampliação do domínio exercido pelas relações mercantis, a subordinação dos indivíduos à divisão social do trabalho, repercute em todas as dimensões da vida social, insinuando-se na subjetividade dos indivíduos sociais e em suas manifestações ideológicas, submetendo-os à sua lógica fragmentária (BARROCO, 2013, p. 257).

Historicamente, pode-se identificar o início desse processo de decadência ideológica da burguesia na sua virada político-ideológica após 1848. Os teóricos do poder econômico dominante transitam de um pensamento emancipador para a tarefa filosófica militante de constante apologia do sistema capitalista. O ímpeto do apologista está no falseamento da realidade e na desistência de compreender as forças motrizes da sociedade. O objetivo maior, assinala Lukács (2016), consiste em esmagar a tradição humanista racionalista e negar o papel da herança clássica do pensamento filosófico na elaboração de uma compreensão social do mundo material.

Essa virada conservadora da burguesia torna-se aparato de uma classe para responder às questões colocadas pelo desenvolvimento social do capitalismo. A decadência ideológica tem como seu alicerce a divisão do trabalho, que isola, na especialização dos homens, sua compreensão total das contradições que afloram ao redor. A consciência humana se vê dominada pela aparência dos movimentos da sociedade capitalista e sua pseudoautonomia, “essa separação ideal entre teoria e práxis, produz também, nos homens que capitulam diante da vida capitalista sem oferecer resistência, uma cisão entre o entendimento e o mundo dos sentimentos” (LUKÁCS, 2016, p.

116). A decadência ideológica se aguçou durante o século XX e, com as teorias pós-modernas, se complexifica, principalmente aliada à nova morfologia da divisão sociotécnica do trabalho, que exige a corrosão da subjetividade e do caráter, desconectando a vida material e intelectual.

Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la. Em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento neste terreno, como acontece no Renascimento e no Iluminismo. Podem, todavia, verificar-se também constelações históricas nas quais o processo atua em sentido inverso: a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou apenas pressentimentos da vida cotidiana (LUKÁCS, 2012, p. 294).

O racionalismo de tom neopositivista, que se rende às demandas do capital, é o outro lado do irracionalismo que se sedimenta no imaginário popular como visão de mundo que esvazia a compreensão humana da realidade concreta, assim como incentiva a falta de cultivo da vida sentimental. A manipulação das emoções com finalidades políticas servis à ordem burguesa reserva, para os homens, o despertar de seu lado agressivo, possibilitando atos de preconceito aliados ao estranhamento dos sentidos humanos. Na ontologia da vida cotidiana, os fenômenos da ultrageneralização e da imitação, conforme desenvolvido por Heller (2008), são a base para que o ser humano veja as margens reais das alternativas deformadas que se põem a ele.

Quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados [...], tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral (LUKÁCS, 2013, p. 664).

Assim, o irracionalismo incide tanto no conhecimento desantropomorfizador da realidade, aquele direcionado ao mundo da realidade material (que é muitas vezes relacionado à ciência), quanto no conhecimento antropomorfizador da realidade, aquele conectado ao enriquecimento das emoções e da vida sentimental dos seres humanos, as quais os recursos da arte poderiam fortalecer. A gramática irracionalista do território digital é obstáculo para essas formas de conhecimento.

O crescimento do conservadorismo e das mentiras fascistas em formato *fake news* que ganham absorção cínica nas bolhas da internet se deve muito à disseminação do irracionalismo que desperta, objetivamente, tais comportamentos. Segundo Barroco (2013), o irracionalismo contribui para a criação de um caldo cultural que intensifica a animalidade do regime capitalista, bem como expande a barbarização da vida sentimental do homem. Já a inovação tecnológica e a perspectiva utilitarista de aprimoramento da ordem burguesa, sem considerar seus impactos humanos e sociais nas ciências duras e exatas, acabam por reificar a realidade social. A razão neopositivista e o irracionalismo da pós-verdade rompem com a dialética em dois âmbitos: a objetividade é vista sem a subjetividade no primeiro e/ou a subjetividade aparece sem a relação com a objetividade no segundo.

A decadência ideológica e o irracionalismo, portanto, são fundamentos ontológicos da desinformação jornalística. A pós-verdade como percepção generalizada de perda do sentido social resulta da ação ideológica burguesa que, ativamente, via pós-modernismo, reconcilia historicamente a miséria ideológica e a crise do capital (PINASSI, 2009). A particularidade do papel tecnológico e midiático dessa ação, longe de ser uma conspiração de engratados em uma sala escura, tem inevitáveis mediações com a busca do lucro capitalista. A economia da conexão *online* permanente e a busca rápida de audiências em nichos plurais feitas pelos distribuidores (redes sociais), bem como a complexa banalização do papel das emoções nesse processo por parte das audiências, conquistaram, para a

humanidade, uma arena em que o irracionalismo tem conseguido a vitória. Assim, a pós-verdade aparece como

um reconhecimento pelos produtores e consumidores da informação de que a realidade agora é tão elusiva e nossas perspectivas como indivíduos e grupos tão divergentes, que não é mais significativo falar da verdade ou procurá-la (D'ANCONA, 2018, p. 90).

A internet e as tecnologias da comunicação, no geral, permitiram um acesso ampliado às notícias e às informações instantâneas e em ritmo pujante têm reconfigurado o mundo das trocas mercantis e sociabilidades. Assim, a posse desses meios de produção de consciências (ENZENSBERGER, 2003) tornou-se parte da estratégia de poder do bloco histórico dominante. Todavia,

as novas tecnologias midiáticas (em especial as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica da luta de classes, como vimos nitidamente nas revoltas no Cairo, em Istambul e em outras cidades ao redor do mundo (HARVEY, 2016, p. 100).

A tecnologia, longe de neutra, contraditoriamente permite a construção e manutenção de diversas formas de interação. Mas, enquanto rede do capital, sua associação com uma subjetividade estranhada e capitaneada pelo irracionalismo torna-se obstáculo para as formas de conhecimento, em especial o jornalismo, prática agora possível à massa de mídias (RAMONET, 2012). A esfera da reprodução social dada na vida cotidiana tem sido interpelada pela financeirização do capital e pela intrusão de uma governamentalidade neoliberal que coloca os indivíduos no papel de neossujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016), os modelares perfis do capitalismo contemporâneo. Traçar rotas de resistência nesse território demanda, além do conhecimento desse campo, organizações coletivas que superem tais enredos.

## IRRACIONALISMO E PRODUÇÃO NOTICIOSA

Parece que a maior parte daquilo que passou a ser caracterizado como *fake news* é um fechamento intencional do sentido, ou seja, a manipulação informativa utiliza da forma noticiosa para justificar posições políticas a qualquer custo, reforçando a indústria dos boatos em escala global. O anonimato ou os próprios perfis falsos ocultam os possíveis responsáveis, e a crise de confiança gerada pelo panorama ideológico do irracionalismo fluidifica a difusão das mentiras. “Tudo o que importa é que as notícias pareçam verdadeiras, que elas repercutam” (D’ANCONA, 2018, p. 56). O uso de *bots*, entre inúmeras formas de ampliar o escopo de alcance de dados, tornou-se um campo de controle das expectativas e um mecanismo de distanciamento da realidade objetiva. Mobilizam-se e reificam-se afetos (SCHNEIDER, 2008, p. 219) e, por meio de acontecimentos deturpados ou forjados, são direcionados efeitos ideológicos, seja para garantir atenção à mercadoria, seja para conduzir eleitores para uma corrente partidária. A novidade está na criação deliberada de mentiras e na atuação de campanha dos novos personagens que entraram em cena, como os produtores de conteúdo no mundo digital. É fato que barrigadas, deturpações e manipulações canhestras com o objetivo de controle também fizeram parte da imprensa burguesa, mas, com o cenário do irracionalismo hegemônico em base digital, essas práticas claramente se multiplicaram.

A disputa pela verdade instaurada entre os produtores credenciados (a mídia massiva) e os midiativistas (de esquerda e direita) envolve, além da busca pela crença na veracidade de seus produtos, também a valorização de suas mercadorias. A popularização e a facilidade em distribuir informações atingiram em cheio a estabilidade da imprensa convencional. Poderia ser um bom momento para o alvorecer de um jornalismo crítico-emancipatório, aposta de Genro Filho (2012) para um conhecimento desreificante, mas o potencial de resistência dos repórteres bem-intencionados em mídias alternativas

sofre dificuldades em municiar um público estranhado de consumidores neoliberais com conteúdos voltados para o entendimento da lógica invisível do sistema. Assim, permanece o utilitarismo neopositivista de busca por uma objetividade reificada por parte dos profissionais da imprensa (que serão os checadores da informação difundida nas redes) *versus* o irracionalismo desvairado dos produtores de *fake news*, cuja realidade objetiva se perde no bojo da verdade ideológica suprema de suas crenças.

O *fact-checking* não traz garantias de solução para o fenômeno da pós-verdade, tanto porque pode ser produto da decadência ideológica (compromisso resignado com o *status quo* burguês – *fake-checking*) quanto por poder até apresentar versões das singularidades abertas ao sentido (PONTES, 2015), que serão preenchidas por um público cujo cinismo do espectro irracional contemporâneo (ZIZEK, 2011) imputa significados opostos ao enunciado. Ainda assim, mesmo que ocorra o sucesso gnosiológico de aproximação com uma possível *real news*, grupos como o projeto Comprova não parecem querer confirmar suas verdades na perspectiva da ontologia materialista mirando numa práxis transformadora da realidade, pois isso lhes exigiria tocar nas contradições políticas e econômicas de seus financiadores<sup>30</sup>. E mais, sob o pretexto de busca credível, o Facebook, o Google e a mídia massiva podem estar tentando reestruturar seu poderio e massacrar de vez o jornalismo alternativo sério. Até mesmo porque a verdade da exploração econômica das classes subalternas, para eles, não passa de visão dogmática negativista. Sem combater a ordem exploratória do capital não se combate o irracionalismo. A inumanidade do capitalismo, para Lukács (2016, p. 142),

---

30. O jornalismo apologético perpetrado pela mídia hegemônica em torno da reforma do Estado comprova isso. Temas como a reforma trabalhista e previdenciária são enquadrados como de vital importância para a retomada do “crescimento econômico” em um formato nitidamente neoliberal e acrítico.

deseja reduzir as relações dos homens à exploração recíproca, a lograr e não ser logrado; em correspondência com ela, o capitalismo desenvolve nos envolvidos, nesse nível superficial abstrato, em que todo o humano é eliminado, uma perspectiva praticista, um conhecimento humano vulgarmente utilitarista, cuja essência consiste exatamente no completo ignorar de tudo que é humano.

No mundo da servidão digital (ANTUNES, 2018), que perpassa pela atividade de trabalho dos jornalistas, cada vez mais precarizados, flexíveis e estranhados nas cadeias produtivas de informação para atrair atenção na captura do tempo livre como mercadoria, dificilmente a desinformação jornalística poderá ser combatida de forma plena. Mas a história está aberta e com ela as possibilidades de os sujeitos poderem direcionar seus pores teleológicos para outros fins (LUKÁCS, 2013).

A atividade de superação dos estranhamentos elaborados pelo metabolismo do capital e de sua expressão irracionalista no campo das ideias torna-se não só necessária como também imprescindível para a revitalização do jornalismo como forma de conhecimento capaz de expor os conflitos reais que eclodem na sociedade, avançando no combate à pós-verdade enquanto tônica subjetiva da vida cotidiana. Para Lukács (2013, p. 438), “informação só se torna um fator social ao provocar posicionamentos”.

Esse imperativo ontológico coloca a desinformação jornalística como um obstáculo para compreensão da realidade objetiva e, portanto, impede posições efetivas no sentido de contraposição à barbárie social do metabolismo do capital em crise. A resposta parece estar além dos jornalistas, como trabalhadores da informação, localizando-se, principalmente, na constituição subjetiva dada na vida cotidiana, que necessita de intervenções não só intelectuais, mas também econômicas e materiais. Afinal, “não há nenhum tipo de subjetividade que não seja social, nas raízes e determinações mais profundas do seu ser” (LUKÁCS, 2013, p. 588).

## TECNOLOGIA E MANIPULAÇÃO

Com uma busca pelas mediações entre os complexos que constituem a era de descrença generalizada instrumentalizada pelas redes digitais, percebe-se que há pelo menos dois séculos já se verificam o fenômeno da decadência ideológica e o irracionalismo como vertente do pensamento social vinculado ao metabolismo do capital em processo de expansão. O olhar crítico-dialético de matriz lukacsiana pode elucidar os condicionantes históricos desse momento particular, uma vez que permite perceber como o abandono da realidade objetiva e contraditória do mundo social foi aplicado pela corrente pós-modernista, ao mesmo tempo que o próprio capitalismo modificava suas bases em busca de um novo impulso para sua incontrolável expansão.

As mudanças tecnológicas e a disseminação ampliada de informações em ambiente digital proporcionaram (junto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho) a assimilação pelo senso comum dos pressupostos relativistas e niilistas do pós-modernismo. Os estranhamentos consolidados na vida cotidiana absorvem o irracionalismo desses pensadores, e a pragmática utilitarista e cínica da sociabilidade do capitalismo, em tempos de digitalização marcada pelo individualismo e pela solidão virtual, garantem o estofo necessário à noção de pós-verdade. Agentes da burguesia decadente, neofascista, e seus admiradores aproveitam a onda e surfam, usufruindo do desgaste do jornalismo, na produção de notícias falsas. Não que o jornalismo da imprensa tradicional fosse imune ao irracionalismo hegemônico, pelo contrário, foi a adesão às manipulações descaradas e a dura campanha pelos valores neoliberais que o fizeram perder a credibilidade de que um dia gozou.

Ao tratar de forma mais ampla um fenômeno de tamanha intensidade, algumas particularidades e resistências do processo, bem como diferenças existentes no pensamento burguês e liberal (mesmo diante de possíveis positivities de suas elucubrações) podem ter ficado eclipsadas na descrição mais geral da problemática. Contudo, foi

descrita a predominância do irracionalismo como fator que permeia muito a subjetividade do metabolismo do capital nos dias atuais, gerando a perda de sentido social. Essa amarração ontológica merece ser mais estudada e faz parte do necessário renascimento do marxismo. Além disso, a crítica radical empreendida aqui contra a forma de reprodução social do capital e seu espírito contemporâneo manifestado em sua particularidade nas *fake news* nada tem de apocalíptica ou pessimista. Pelo contrário, busca situar sem ilusões o terreno em que podemos pensar iniciativas transformadoras. Até mesmo porque o materialismo histórico percebe, nos produtores e nos receptores de informação, potencialidades humanas impossíveis de serem negadas em sua plenitude.

# Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva<sup>31</sup>

Existe um denso problema nas avaliações científicas sobre os rumos do território digital comunicacional e o papel do jornalismo nessa esfera. Anteriormente visto por tecnoutopistas da estatura de Castells (2007) como a expressão mais bem acabada da democratização total do conhecimento e da informação, recentemente, autores como Morozov (2018), Fuchs (2016), Dean (2010), Moretzsohn (2017), entre outros, apontam o quanto as plataformas *online* têm se direcionado pelos mantras fetichistas do capital e dado vazão ao irracionalismo, cuja manifestação formal no jornalismo evidencia-se limpidamente no fenômeno das *fake news*. Esse processo de combate à expressão da razão crítica tem sido elaborado por correntes pós-modernistas (EAGLETON, 1996), que enfim alcançaram o senso comum por meio da força turbinada das mídias sociais. Nesse pensamento hegemônico, como aponta Netto (2010), a ideia de verdade é transformada em artefactualidade discursiva, um consenso intersubjetivo, e é negada a existência de uma realidade independente da consciência. É como se os significantes rodassem em falso sem os referentes materiais. A reificação intensificada no capitalismo comunicacional (DEAN, 2010) produz, no campo do pensamento e do senso comum, a percepção de fim da possibilidade de conhecimento, agora substituído por crenças e narrativas ficcionais sobre o próprio

---

31. Este capítulo toma por base o artigo “Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI” (SOUZA, 2021a).

real. Há, nas últimas décadas, uma expansão dos elementos irracionais da decadência ideológica (LUKÁCS, 2016) em cenário de cooperação complexa (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008) do capital no século XXI.

Embora a plataforma digital em que o jornalismo tem se espreado nas últimas décadas possibilite sua ampla disseminação, a gramática irracionalista de busca por resultados rápidos da economia da atenção construída pelas redes sociais se tornou câmara de eco das notícias falsas, fenômeno nada atual, mas nunca antes tão efetivo na constituição do metabolismo do capital. Por outro lado, vertentes neopositivistas (principal corrente inspiradora dos salvacionistas autointitulados checadores de fatos) também coisificam o real, não compreendendo efetivamente os condicionantes da realidade objetiva. Nesse cenário de progressão expandida das incertezas manipuladas, a objetividade jornalística, entendida como a capacidade do repórter em expressar a um público determinada realidade, volta à tona como problemática fértil dos estudos de jornalismo, tópico fundamental para a própria sobrevivência da práxis noticiosa<sup>32</sup>.

Uma das inegáveis contribuições de Genro Filho (2012) para a compreensão do jornalismo está em sua descrição dessa prática como uma forma social de conhecimento. Isso significa que essa nova modalidade, inaugurada com a ascensão do modelo industrial capitalista de produção de fatos, trouxe como diferencial um acesso prioritário aos aspectos singulares da realidade. Questionando tanto o positivismo, que prega o acesso puro aos fatos objetivos, quanto o ideologismo que marca a impossibilidade de separação entre jornalismo e ação política, Genro Filho elabora uma rica compreensão da objetividade jornalística, algo pouco compreendido pelos pesquisadores brasileiros, que, como aponta Pontes (2015), desconhecem a articulação

---

32. Sobre a temática, pelo ângulo das teorias do jornalismo, podemos citar os estudos de Schudson (2010), Guerra (1998), Demeneck (2009), Tuchmann (2016) e Henriques (2014).

ontológica lukacsiana, que serve de baliza para o entendimento da real contribuição do marxismo para as teorias do jornalismo.

Este capítulo apresenta, nesse sentido, a problemática do conhecimento da realidade pela via da ontologia marxiana e demarca, em tempos de hegemonia do pensamento irracionalista (NETTO, 2010), a importância da razão dialética na produção noticiosa. Essa abordagem permite resgatar a relevância do jornalismo para além dos sintomas de sua possível irrelevância diante do capitalismo comunicacional das plataformas digitais – novo ambiente de sua reprodução (MOROZOV, 2018). A opção pela ontologia “implica a necessidade de investigar as concepções que fundam nossas ideias e as práticas que elas facultam” (DUAYER; SIQUEIRA; ESCURRA, 2013, p. 18). O cerne dos problemas, tanto da rejeição quanto da incompreensão sobre a questão do conhecimento do real pelo jornalismo, passa pela apreensão da relação dialética entre sujeito e objeto no palco de uma base histórico-social.

Assim, na primeira parte, serão demonstrados os limites de algumas das principais compreensões epistemológicas da objetividade, pautadas em correntes ligadas, em certo sentido, ao neopositivismo, à fenomenologia e ao pragmatismo. Depois, com base na crítica dessas expressões, será discutido como o padrão marxiano altera o entendimento sobre a concreticidade e como ele problematiza a relação entre o sujeito e a realidade objetiva, demonstrando seu caráter dialético de conhecimento transformador. Por fim, será abordada a relevância da razão dialética e a centralidade da objetividade na produção de conhecimento, apontando o potencial do jornalismo crítico como antídoto do irracionalismo predominante na subjetividade mediada pelas tecnologias de informação que eclodem no cerne do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002). Para tanto, essa colocação de natureza teórica e conceitual assume o entendimento, com o resgate da perspectiva de Genro Filho (2012), de que a forma social de apropriação da realidade a qual chamamos de jornalismo é indispensável para a consumação da liberdade humana e o cultivo de uma vida plena de sentidos.

## REALIDADE OBJETIVA E ESTUDOS DE JORNALISMO

Na maior parte da bibliografia disponível sobre a questão da objetividade, é fácil perceber a predominância de uma visão que padece de dois erros principais. Ora se nega a possibilidade de uma realidade externa ao sujeito, ora se afirma o império da subjetividade como determinante do conhecimento. Em ambas as situações há uma incompreensão da unidade dialética entre sujeito e objeto. Por outro lado, a ideologia da objetividade (GENRO FILHO, 2012), utilizada pelos próprios profissionais e reelaborada pelos checadores de fatos, trata a realidade como um conjunto de coisas “irretocáveis”, confundindo a objetividade com uma pseudoneutralidade política. O resultado é a afirmação do horizonte burguês como a única realidade social possível, cristalizando a aparência reificada da realidade como objetividade. Muitos críticos acadêmicos aderem à impossibilidade do conhecimento sobre o real, sustentando, via semiologização da realidade, que seria impossível conhecer o mundo objetivo.

São razões muito distintas que levam os homens que vivem em nosso tempo a rejeitar a questão da realidade no pensamento e na vida. Tais razões residem em parte numa satisfação com o caráter manipulado de todas as manifestações da vida, em parte numa recusa a essa manipulação; contudo, uma recusa que, no íntimo, está profundamente convicta da inutilidade de libertar-se do estranhamento e que, por isso, busca e encontra justamente nessa falta de perspectiva da própria sublevação uma autoafirmação interior (LUKÁCS, 2012, p. 100).

A crítica ao realismo ingênuo (GOMES, 2009) tende a desconhecer os debates em torno da categoria de realismo no marxismo, o que pode, erroneamente, ampliar uma genuína crítica ao positivismo até a teoria do reflexo de base leninista. O espelhamento espiritual da realidade, segundo Lukács (2012), jamais significou reflexo fotográfico

do real, mas expressão mental de um ser social cuja gênese e transformação se dão em relação dialética com o mundo material. Há uma relativa autonomia do sujeito cognoscente na compreensão da objetividade e também da sua transformação, porém a ontologia marxiana não “perde de vista que a realidade permanece com suas legalidades próprias, que fazem parte da atividade desempenhada, como também de outras realizadas” (PONTES, 2015, p. 268).

Como diz Kosik (2002, p. 32-33), “a consciência humana é ‘reflexo’ e ao mesmo tempo ‘projeção’; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa”. As categorias do pensamento humano também surgem na esfera subjetiva como “produtos e instrumentos da dominação ideal e prática da realidade, paralelamente ao desenvolvimento peculiar dessa mesma realidade” (LUKÁCS, 2012, p. 247). O conhecimento na tradição marxista é a marcha em direção à essência dos fenômenos, em que a abstração mental homogeneiza a heterogeneidade da realidade existente. O ser social, desta feita, é produto da realidade histórica, mas também produtor dela.

[...] um dos traços específicos do ser social é precisamente o fato de que a consciência não é simplesmente consciência de algo que, no plano ontológico, resta inteiramente indiferente ao fato de ser conhecido; ao contrário, a presença ou a ausência da consciência, sua correção ou falsidade, são parte integrante do próprio ser, ou seja, a consciência não é aqui – em sentido ontológico – mero epifenômeno, independente de quanto seu papel concreto em cada caso singular seja relevante ou irrelevante (LUKÁCS, 2012, p. 241).

Já a adoção crítica do perspectivismo por Gomes (2009), por outro lado, não fundamenta as bases materiais das elucubrações ideais, fazendo com que as dimensões concretas da luta de classes fiquem nubladas. Ora, as particularidades sociais dos agrupamentos

humanos têm lastro objetivo no modo de produção, e mesmo as diferenças culturais fazem parte da estrutura concreta de reprodução social, como já atestava o materialismo cultural de Williams (1979). Os tipos ideais de estratificação social que sustentam as ideias de perspectivas e comunidades de interpretação poderiam até auxiliar em uma compreensão crítica da sociabilidade humana, mas, sem a dimensão de classe, os interesses dados pela busca de respostas recaem em formas idealistas, visto que não há base social realista capaz de sustentar o desnudamento das vontades em conflito.

Como aponta Kosik (2002, p. 33), “toda teoria do conhecimento se apoia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma”. Há, por trás das explicações em torno da possibilidade ou não da objetividade jornalística, uma figuração de mundo que percorre uma expressão não só de visões ideológicas que respondem os problemas relacionados à questão, mas também uma posição sobre a sociedade em que vivemos. Recuperar a ontologia de Marx significa realizar uma crítica das formações reais que estruturam a sociedade como um modo sistêmico de vida norteado pela reprodução ampliada do capital. Assim, a crítica dialética deve apresentar novas figurações de mundo, no interior dos processos de transformação social.

Em texto muito influente, Sponholz (2009) defende a objetividade, mas não assume em seu arcabouço conceitual, bastante aproveitador de Karl Popper, a questão das bases ontológicas do ser social, recaindo em uma defesa metodológica e de prescrições instrumentais logicizantes<sup>33</sup> para o trabalho jornalístico. Importante frisar, com Mészáros (2004), que nenhuma metodologia é neutra, estando delimitada pelos condicionantes históricos e ideológicos e

---

33. Netto (2011) diz que os instrumentos e técnicas de aferição dos fatos podem sempre ser variados e são os meios que permitem ao sujeito conhecer o material investigado, contudo, os resultados dessa investigação são interpretados no horizonte das categorias dinâmicas de totalidade, mediação e contradição.

pela base econômica de reprodução social. Contudo, ao calibrar os instrumentos de apuração com imposições metodológicas de aferição da objetividade, Sponholz (2009) levanta o problema da práxis noticiosa, que, sem uma abordagem crítica e posicionada, pode confundir-se com uma práxis utilitária (KOSIK, 2002), incapaz de avançar na desreificação dos aspectos fenomênicos. Isso porque os instrumentos de aferição dos fatos objetivos, sem uma abordagem dialética apropriada, são incapazes de compreender a coisa em si, que, no mundo dos homens, é produto da própria ação humana. A dialética é o caminho da reprodução intelectual da realidade, ou melhor, é “o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 2002, p. 39).

A manipulação da sociedade capitalista apresenta uma aparência fenomênica da realidade que, para correntes expressivas do pensamento contemporâneo, são elevadas à própria realidade. Assim, mesmo quando expressam um interesse genuíno em conhecer os fenômenos, tornam-se alvos do seu caráter fetichista aparente. Lukács critica Nietzsche e Bergson por apresentarem, em suas reflexões a respeito do conhecimento, uma subjetividade que “não está em condições de encontrar na sua própria realidade um lugar para exprimir-se, muito embora esteja – já em sua antitecidez – indissocialmente ligada ao mundo manipulado” (LUKÁCS, 2012, p. 43).

Correntes pragmatistas e neopositivistas substituem o conhecimento da realidade pela manipulação formalista dos objetos que lhes são úteis imediatamente e convergem com uma tendência geral que pretende encerrar a possibilidade de fundamentar critérios objetivos de verdade. Para Lukács (2012), a atitude de pensadores que buscam atualizar as reflexões do campo gnosiológico à procura de soluções dentro da conjuntura da nova época expressa uma movimentação social que reconhece “o irresistível avanço da manipulação no capitalismo contemporâneo como inelutável, como ‘destino’, mas procuram ostentar uma resistência espiritual às suas consequências ideológicas

espontâneas, imediatas” (LUKÁCS, 2012, p. 75). Ao não perceber saídas para o caráter reificador do modo de produção capitalista e sua delimitação para as ações da vida cotidiana, o máximo que autores que negam a realidade social conseguem é apresentar um protesto impotente. Criticando a tentativa de Heidegger e Scheler de fundar uma ontologia com base no método fenomenológico, o filósofo marxista aponta os limites em considerar somente o ser humano e suas relações sociais imediatas, o que alça ao plano ontológico a “condição universalmente manipulada da sociedade na era do capitalismo altamente desenvolvido” (LUKÁCS, 2012, p. 84). Pois se os fenômenos são aquilo que se mostram em si mesmos, a aparência da realidade imediatamente percebida, que é tipicamente condicionada pelo tempo, torna-se fundamento supratemporal da vida humana. Assim, o risco é demarcar a perceptível essência estranhada do ser em algo irrevogável, sedimentando como característica definitiva as contingências delimitadoras da subjetividade em um modo de produção e reprodução espiritual historicamente constituído.

A apreensão do senso comum, que corresponde à experiência cotidiana dos indivíduos, é dada pela significação meramente “funcional” no universo social vivido. Logo, em termos epistemológicos, a base na qual o fato será assentado e contextualizado tende a reproduzir de maneira latente a universalidade social tal como é vivida imediatamente. Não é por outro motivo que a ideologia das classes dominantes é normalmente hegemônica e o senso comum tende a decodificar os fatos numa perspectiva conservadora (GENRO FILHO, 2012, p. 198).

Em sentido contrário, o marxismo entende que o pensamento não se estrutura como uma gnosiologia, mas como ontologia. “Isto porque ele [Marx] compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social” (TONET, 2013, p. 70). A categoria de práxis aparece como

um determinante ontológico da relação entre subjetividade e objetividade, regida pela realidade concreta em todas as atividades humanas.

Ora, se o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade que é o ser social, então, sua origem, sua natureza e sua função social só poderão ser apreendidas na medida em que se conhecerem as determinações mais gerais e essenciais deste ser e na medida em que se identificar o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução do ser social como totalidade, ou seja, na práxis social (TONET, 2013, p. 74).

É desta consideração que eclodem questões como a possibilidade do conhecimento, o que seriam o objeto, o sujeito, bem como a verdade. Para isso, na linha de pensamento elaborada por Marx em sua larga obra, e reelaborada por Lukács em sua ontologia, de fato, a práxis é a atividade mediadora que conjuga momentos subjetivos e objetivos na definição da realidade social. Consciência e realidade objetiva são dois momentos de igual estatuto ontológico. Para Tonet (2013), o resgate marxiano da realidade objetiva exige uma reelaboração de seu sentido, levando-a em direção à sua dimensão histórico-social. Todavia, repensar a questão da objetividade significa também um reexame da subjetividade para além de seu superdimensionamento dado por epistemologias pós-modernas e fenomenológicas. Uma teoria da subjetividade jamais pode isolá-la da trama da totalidade concreta do ser social.

A relação sujeito-objeto e a separação daí resultante são dois momentos que implicam a emergência da compreensão da realidade exterior na forma de conceito e a expressão de tal realidade por meio da linguagem. Assim, fica configurado, a partir das condições ontológicas da gênese do trabalho, o fenômeno exclusivamente humano de captura da realidade como posseção espiritual. Esse fenômeno está na raiz do processo de conhecimento,

cujo aprimoramento continuado conduz à gênese da ciência (DUAYER; SIQUEIRA; ESCURRA, 2013, p. 21).

A conexão insuperável do conhecimento e da prática social é uma contribuição ontológica do marxismo para os estudos do jornalismo, visto que demarca a tarefa de autoconstrução humana como permeada pela práxis do processo de investigação do real. Assim, a própria realidade é o “resultado da síntese entre consciência (momento subjetivo) e realidade (momento objetivo), síntese essa realizada pela prática social” (TONET, 2013, p. 105). Abre-se, no padrão marxiano, a potencialidade de conhecer não só a aparência, mas também a essência. Contrariamente às tendências hegemônicas do pensamento contemporâneo, que rejeitam a essência, em Marx, o conhecimento busca sua verdade para além dos fenômenos imediatamente colocados à primeira vista do contato com o real. O fetiche e o estranhamento como expoentes da sociedade do capital embotam na carapaça da realidade objetiva uma errônea pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002) que, presa na práxis utilitária, impede o movimento do ser humano como sujeito de transformações sociais.

Fatos, dados e acontecimentos são sempre resultados condensados de relações e práticas sociais e históricas determinadas. Por isso mesmo, essas relações e práticas sociais e históricas tem que ser resgatadas para que se possa compreender os sentidos deles (TONET, 2013, p. 118).

Fundamentais nessa investigação são o tratamento da razão dialética, a abstração mental e a produção simbólica que espelha, no processo de construção da realidade, o mapeamento da objetividade.

O processo do conhecimento é a busca das determinações e de suas relações a fim de que se possa fazer a apreensão do concreto no pensamento. O conhecimento é tanto mais verdadeiro

quanto mais estiver saturado de determinações e mediações e, por essa razão, é sempre, apesar de verdadeiro, incompleto (HUNGARO, 2014, p. 72).

Ao assumir a noção de totalidade como um complexo de complexos, Lukács (2012) reconhece que todo conhecimento deve buscar como ponto de partida a própria realidade, abstratamente espelhada na mente, e que suas categorias e conexões reveladas tem caráter ontológico, e não lógico. “Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente, por múltiplas leis” (p. 338). Para Kosik (2002), se o processo de conhecimento não foi capaz de eliminar a pseudoconcreticidade, transpondo a aparência fenomênica da realidade no sentido de acessar a autêntica objetividade histórica, ele se torna escravo do fetiche e da reificação, cujo produto é a má totalidade. A busca pela concreticidade alude ao conhecimento do caráter histórico do fenômeno, bem como de sua função objetiva no seio do corpo social.

A práxis é o critério decisivo de todo conhecimento correto, porque ela cumpre objetivamente o papel de enredar a dinâmica e os movimentos do ser social em sua relação insuperável com as materialidades econômica e social de sua época. A práxis “é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade em sua totalidade)” (KOSIK, 2002, p. 222). Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que dá sentido humano à natureza, como na formação da subjetividade, cujos afetos e sentimentos existenciais são parte da busca pela liberdade.

## **CONHECIMENTO, OBJETIVIDADE E CLASSES**

Adelmo Genro Filho (2012) aponta que a realidade objetiva oferece inúmeras possibilidades de significações e que os sentidos são

produzidos na dialética entre os objetos em si mesmos e na relação entre sujeito e objeto. As notícias são recortes do fluxo dos processos objetivos da realidade, que são elaborados atendendo determinações tanto objetivas quanto subjetivas. Ser e objetividade fazem parte de um mesmo complexo de múltiplas determinações. Assim, certamente há espaço para a incidência da ideologia e das decisões individuais, o que não altera o processo de conhecimento.

Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Para o teórico brasileiro do jornalismo, a realidade social enquanto totalidade concreta resulta da processualidade de transformação das necessidades em liberdade por meio do trabalho. Mesmo sem conhecer a fundo a categoria de pôr teleológico em Lukács (2012, 2013), Genro Filho (2012) intui uma percepção semelhante ao papel do sujeito na construção da totalidade concreta, percebendo que sujeito e objeto, em sua unidade e diferença, articulam-se dialeticamente na autoconstrução da história humana.

Outra tese que Genro Filho (2012) extrai das impoções ontológicas marxianas é que o conhecimento é infinito, visto que a totalidade é dinâmica e sempre viva, resultante de totalizações constantes. Isso alude ao fato de que reconhecer a totalidade, como bem aponta Kosik (2002), não é como a busca de uma verdade totalizante abarcadora de todos os complexos sistêmicos, mas o reconhecimento de uma estrutura e uma dinâmica, que relaciona as partes com o todo e o todo com as partes. Essa totalidade se movimenta com base nas contradições entre os complexos, e o ritmo e as condições desse movimento são dados pelas mediações entre os distintos níveis da estrutura de cada totalidade (NETTO, 2011).

O conhecimento dos objetos contém a subjetividade como dimensão inseparável da realidade, sendo sempre comprometido politicamente, visto que se posiciona em relação às possibilidades e devires da autoconstituição do ser social.

Pelo conhecimento da práxis, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades (GENRO FILHO, 2012, p. 96).

O homem é parte desse mundo objetivo, ou seja, produz o objeto e é produzido por ele. A centralidade da objetividade implica, portanto, reconhecer que corpo e espírito são partes da mesma realidade social. Assim, há um claro papel da subjetividade e do interesse na compreensão do mundo, e jornalistas e seus interesses são fundamentais para o ato de conhecimento, pois a subjetividade não é uma doença ou um obstáculo a ser superado pela objetividade, mas uma condição da própria possibilidade da verdade. Esta tem como instância de verificação a prática social e histórica.

Isto é, toda a atividade humana está determinada por certo gradiente de intencionalidade – a consciência é responsável tanto pela reprodução conceitual (a abstração que coloca no centro da atividade, ao mesmo tempo, a conexão entre meios e fins e também a ideação prévia a respeito do objeto) como pela produção espiritual, esta resultante da atividade mais complexa do ser humano, na esfera de criação já distanciada da relação imediata entre homem e natureza, mas cuja complexificação só tornou-se possível graças à sociabilização primeira do elemento natural (RANIERI, 2011, p. 130).

A posição de classe é inescapável dos processos de conhecimento como o jornalismo e a ideologia, entendida por Mészáros (2004) como

a forma por meio da qual os homens tornam-se conscientes dos conflitos e neles se colocam em luta. Como diz Žižek (2011, p. 18, grifo do autor), não devemos realizar uma “análise neutra, mas sim engajada e extremamente ‘parcial’ – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal”. Só que reconhecer isso não pode ser confundido com a instrumentalização do jornalismo como aparelho de classe, servindo às demandas estratégicas de uma organização determinada (partido, movimento etc.). Genro Filho (2012) identifica os pressupostos ideológicos e ontológicos como condicionantes da produção noticiosa, que delimitam a ótica pela qual os fatos são investigados, o que permite tanto a afirmação do senso comum da irracionalidade que permeia o capitalismo manipulado quanto a crítica contra as formas fetichizadas coladas aos fenômenos. Em se tratando do conhecimento científico, o marxismo reconhece a impossibilidade da neutralidade e da imparcialidade na investigação do real, mas demarca, na opção pela classe trabalhadora, um lugar capaz de avançar na revelação da essência por trás dos fenômenos.

Quais os pressupostos, vinculados a que concepção de mundo, que demarcam cada perspectiva? A quem interessa conhecer a realidade e em que nível? Fica claro, desse modo, que a tomada de partido não é, necessariamente, um obstáculo para a compreensão científica da realidade. Pelo contrário, desde que assumida a perspectiva da classe que, naquele momento histórico, fundamenta o padrão cognitivo mais elevado possível, a tomada de partido se revela uma condição positiva e imprescindível para a elaboração do conhecimento científico (TONET, 2013, p. 111).

A relação entre sujeito e objeto na visão do materialismo histórico não é de externalidade, pois o sujeito está inserido no objeto, disso se deduz que o conhecimento produzido pelo jornalismo jamais é neutro. Contudo, não se deve confundir a neutralidade com a temática da objetividade. A condição da própria investigação do real é a atividade

do sujeito cognoscente (ser social), pois pela sua posição é possível extrair as determinações dos fatos (o singular produzido pelas notícias). É evidente que, dessa perspectiva de classe, não se pode retirar o campo das escolhas (éticas) em torno da fidelidade ao objeto, pois o sujeito é ativo no espelhamento do real. A exatidão para com os resultados de uma apuração, desta feita, não pode ser nublada a fim de sustentar uma verdade ideológica precedente. A perspectiva de classe sem a atuação do sujeito não garante a efetividade do saber produzido. Até mesmo porque, para os sujeitos críticos à ordem burguesa, a objetividade do conhecimento só se pode confirmar com a prática enquanto critério de aferição. E uma teoria errada leva a uma prática equivocada. A capacidade intelectual do jornalista, não obstante, exige uma operação sofisticada de percepção das contradições expostas na totalidade. O marxismo fornece pistas desta conduta, visto que,

em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológica-filosófica da realidade em si que jamais vaga, mediante a autonomização de suas abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele (LUKÁCS, 2012, p. 296).

Com base nessa articulação, Genro Filho (2012) mira no singular enquanto peculiaridade da práxis noticiosa e aponta que tanto o particular quanto o universal estão apresentados ou sugeridos, o que decorre da compreensão (também metodológica desse conhecimento) do singular como ponto de chegada da investigação crítico-dialética da realidade social. O jornalismo, desta feita, pode ser compreendido como

uma práxis que tem fundamentação objetiva e subjetiva tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha (os fatos sociais) como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo (o trabalho dos jornalistas em transformar fatos sociais em fatos jornalísticos) (PONTES, 2015, p. 363).

Assim, enfeixam-se, na articulação ontológica do jornalismo defendida pelo materialismo histórico e dialético, motivos suficientes para o resgate da noção de objetividade no jornalismo para além de suas incrustações neopositivistas, fenomenológicas e pragmatistas que, de maneiras distintas, cimentam a essência manipulada do capitalismo comunicacional (DEAN, 2010) do século XXI.

## **PRÁTICA JORNALÍSTICA CRÍTICA**

A narrativa produzida historicamente pelo jornalismo informativo apresenta uma perspectiva de abertura de sentido (PONTES, 2015) que lhe é peculiar. Ela também possibilita a busca de um conhecimento sobre a realidade histórica em sua dimensão singular, que permanece não só atual, mas ainda necessária. As características que elegem essa forma de conhecimento como uma potência, mesmo no cenário de crise do capital e de irracionalismo predominante no território digital, são perpassadas pela relação que essa práxis tem com a vida cotidiana, epicentro das mudanças qualitativas necessárias a outra forma de sociabilidade, visto que, sem alterar substantivamente os pores teleológicos das classes subalternas, nenhum outro mundo será construído.

Todavia, um dos saberes necessários a essa prática jornalística é a crítica ontológica, inevitavelmente munida de uma postura ideológica que se conecte à busca pela concreticidade. Um jornalismo, na esteira de Genro Filho (2012), pode esclarecer caminhos e expressar uma visão mais ampla dos aspectos fundamentais da estruturação da realidade, tendo como porta de acesso o singular. Segundo a impostação de Lukács (2014, p. 27), o objeto da ontologia marxista,

diferentemente da ontologia clássica e subsequente, “é o que existe realmente: a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior”.

O que é possível apontar, para além de uma objetividade neutralizada, alvo das críticas de autores clássicos dos estudos de jornalismo, é que a perspectiva ontológica dá bases para um novo patamar de conhecimento, isso ao aglutinar o contato com a realidade a uma postura afinada com a ótica das classes subalternas. O impulso coletivo pela compreensão da realidade social deve ser o horizonte de uma prática jornalística crítica, fundamental para se conhecer o mundo em que vivemos. Isso porque, no cenário da luta de classes, cabe a quem desenvolve uma prática social transformadora conhecer com exatidão do território em que precisa transitar.

A razão crítica é entendida como uma vertente dialética de esclarecimento, embate racional e, mais do que isso, elevação do potencial do jornalismo como reconhecimento vital dos aspectos singulares da realidade, que pode determinar e delimitar o horizonte e a conscientização dos sujeitos em torno de um projeto de luta social. Para além do irracionalismo do senso comum contemporâneo, a razão dialética aplicada ao jornalismo torna-se um projeto consistente de busca de alterações nas bases sociais que sustentam o metabolismo reinante. O desafio para esse resgate da realidade objetiva no conhecimento proporcionado pelo jornalismo está na hegemonia cada dia mais intensa dos estranhamentos cotidianos potencializados pelo ambiente digital. A superação desses processos de ditadura fetichista das estruturas de sentimento não pode nunca ser vista como tarefa unicamente gnosiológica, visto que, sem alterações ontológicas no mundo da vida material, portanto, sem a práxis coletiva dos sujeitos sociais, o irracionalismo tende a mascarar as possibilidades de avanço crítico na consciência dos indivíduos.

O jornalismo não pode ser descartado simplesmente pelo uso que tem sido dado a ele nos últimos tempos, colocando como seu

horizonte a postura viciosa e antiética das boatarias em território digital. A bandeira de uma prática jornalística crítica e emancipatória precisa ser o eixo principal dos teóricos do jornalismo, daqueles que se engajam em diversos arranjos diferenciados, seja em coletivos, seja em cooperativas, seja em movimentos sociais ou dos virtuosos jornalistas críticos que ainda permanecem nas cadeiras da imprensa convencional. Para isso, é fundamental reconhecer de forma bastante precisa que há um mundo a conhecer, e transformar.

# Notas para a investigação da maquinaria informacional<sup>34</sup>

O sistema sociometabólico de reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2002) baseia-se, enquanto mediação de segunda ordem<sup>35</sup>, na relação de subsunção do trabalho ao capital, reduzindo o indivíduo ao caráter fetichizado de vendedor e comprador de mercadorias. A comunicação midiaticizada e a chamada indústria das consciências (ENZENBERGER, 2003) surgem como expressão, com certa dose de autonomia, dessa totalidade social. Os mecanismos tecnológicos de produção e difusão de informação são parte, portanto, da luta entre capital e trabalho. Castells (2007) define a sociedade e a tecnologia como uma mesma mônada e, com acerto, percebe, assim como Hjarvard (2014), que o desenvolvimento da tecnologia em um cenário de cooperação complexa (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008) implica uma nova gramática social de relações produtivas, comunicativas e sociais. Tornar essa evidência, ou seja, a função fundamental da mídia na articulação do mercado e das sociabilidades,

---

34. Este capítulo toma por base o artigo “Jornalismo, hegemonia e produção de sentido: a maquinaria informacional em estudo” (SOUZA, 2021b).

35. São mediações que interferem no inevitável intercâmbio social com a natureza, direcionando-se para o capital, o qual obtém controle totalizante sobre o processo reprodutivo da sociedade.

uma condição inescapável da humanidade, todavia, demonstraria um total abandono da análise crítica do modo de funcionamento do capital no século XXI (MORETHZSOHN, 2007).

Em prol de uma percepção do campo da comunicação como uma particularidade (capaz de autonomia relativa) da conjuntura em que está inserido, mas substantivamente isolado dos pressupostos de uma ontologia do ser social, muitos teóricos da comunicação abraçam a perspectiva de “fim da história”, erigindo o capitalismo como expressão final e única possível da humanidade. A comunicação é parte da sociabilidade humana e está sempre articulada em redes de poder que expressam os conflitos materiais e espirituais hegemônicos em um determinado contexto histórico.

Pelo sistema midiático e pelas práticas comunicacionais passam as relações produtivas materiais (WILLIAMS, 2011) de uma sociedade cujo metabolismo se baseia na troca de mercadorias. As próprias práticas comunicativas tornam-se também um setor produtivo. Jameson (2001) apresenta essa ínfima conexão que se estabelece entre a cultura e a economia, e a própria indústria midiática aparece como uma maquinaria de produção informacional, na qual o jornalismo, como será explanado, adquire uma especificidade.

A economia capitalista se digitaliza e a apreensão dos dispositivos comunicacionais, que envolve o controle sistemático dos meios de produção, dos algoritmos, da linguagem e da circulação das mercadorias culturais, constitui-se de um poder ampliado, capaz de delimitar objetivamente o controle do trabalho ideológico<sup>36</sup> e das subjetividades dos consumidores, o que torna esses meios de comunicação os mais centrais aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2011) dos dias atuais. Como tais, têm a missão de instituir uma direção moral e intelectual capaz de sustentar a base de troca mercantil no metabolismo social.

---

36. As pesquisas coordenadas por Figaro (2013) mergulham nas dramáticas cotidianas dessas novas formas de gestão do trabalho jornalístico.

A sociedade civil midiaticizada, portanto, é palco de uma disputa de sentidos, de valores e de projetos societários díspares. O poder econômico e suas formas de vida hegemônicas penetram no cotidiano, não como uma fantasmagoria ilusória, mas como modo de pensamento fincado nas bases fundantes do modelo de vida estruturado pelo capital. “Agora, mais do que nunca, as comunicações modernas não podem ser conceituadas como externas ao campo das estruturas e práticas sociais, porque são, cada vez mais, internamente constitutivas delas” (HALL, 2016, p. 36).

O imperativo hegemônico das mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2002) aparece como uma segunda natureza, ocultando a essência do trabalho e da ação humana na constituição do ser social. Os dispositivos comunicacionais, destarte, não escapam das relações de poder e são arenas de produção de sentidos sociais, capazes de explicitar uma direção moral e intelectual ou até mesmo, contraditoriamente, negar os sentidos hegemônicos (COUTINHO, 2008; DOWNING, 2002; MORAES, 2013).

As teorias críticas do jornalismo e das mídias investigam o lugar da produção da informação nas disputas por hegemonia. Analisando a conjuntura da globalização econômica e as indústrias da consciência, Ianni (1999) aponta que a teoria e a prática política se alteram nesse contexto de ampliação mundial da forma capitalista de desenvolvimento das relações sociais, o que torna esse processo civilizatório delimitado pela nova configuração da vida, da cultura e do trabalho. Uma totalidade geo-histórica interpela os indivíduos, as nações, os povos e as coletividades diversas. As tecnologias eletrônicas, informáticas e comunicacionais agilizam e intensificam o turbocapitalismo. É o príncipe eletrônico, um intelectual coletivo e orgânico dos blocos de poder que desenha o novo mapa do mundo. Como fábrica de hegemonia, a mídia eletrônica torna-se uma técnica social que impregna os imaginários das classes sociais, dinamizando o enredo do sistema do capital, eternizando, em presentificações sequenciais, o *status quo* do mercado global.

Esse mundo globalizado reescala e dinamiza novas territorialidades, já que há uma inegável articulação dialética entre a tecnologia, o mundo do trabalho e a circulação de capital. “Sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação. Eles autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição de trabalho” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20). O mercado global fluidifica o espaço, fazendo com que a informação e as finanças desenhem a arquitetura da vida social. O mundo e suas redes comandadas pelo mercado transnacional definem o território usado. A indústria das consciências, embora com autonomia relativa, torna-se o tabuleiro do jogo de disputa entre as classes, sendo majoritariamente capturada pela correnteza do capital em meio técnico-científico-informacional.

O jornalista aparece como um intelectual que atua na formação desse novo imaginário das redes e indústrias de consciências. Ele se insere nas camadas de influência, nas quais sua atuação pessoal encontra-se com diversos filtros de matriz institucional, com suas rotinas e práticas de trabalho, com a organização à qual pertence, com o nível socioinstitucional de influências (grupos, governos, propaganda) e com o próprio sistema social e suas variáveis culturais e ideológicas (SHOEMAKER; VOS, 2011). Essas camadas relacionam-se de forma contraditória, processual e dialética, evidenciando o impacto das lógicas mercantis e dos processos de direcionamento dos conteúdos aos seus financiadores (SOUZA, 2017). Longe de decretar a possibilidade de um produto neutro como alternativa ao instrumentalismo ideológico, o que faz Traquina (2005) descartar importantes reflexões, como a de Chomsky e Herman (2003), fica evidente que a composição da notícia se dá em um ambiente de luta de classes e que colabora, como já evidenciado anteriormente, na criação de técnicas de poder.

Para Genro Filho (2012), além dessa função, as notícias são formas sociais de conhecimento, capazes de dotar os receptores de uma apreensão dos aspectos singulares dos fatos. Simulada, nunca como transposição positivista espelhada do real, a notícia seria um construto

histórico que, apesar de ser irmã gêmea do capitalismo, a ele não se reduziria, visto que cristaliza como positividade a transposição de acontecimentos, em que a exatidão estaria conectada a uma determinada visão ideológica (associada a pressupostos ontológicos que orientam a produção da notícia). Isso é algo que não deveria causar espanto, dado que a subjetividade e a objetividade são mutuamente relacionadas na jornada humana. Para Moretzsohn (2007), o jornalismo bem realizado, que pensa contra os fatos e revela as dimensões ocultas dos eventos, esclareceria o público, sendo vital aos princípios democráticos de uma igualdade substantiva.

As notícias, assim, são produtos de especificidade atestada, inseridas em contextos temporais e espaciais que se relacionam com o poder hegemônico, colaborando para a afirmação e manutenção de uma direção moral e intelectual, mas, como técnica social, capazes também de ser um contrapoder em situações específicas.

## **HEGEMONIA E PODER**

A comunicação midiática e o jornalismo, conforme explicitado, constituem-se enquanto técnicas sociais do processo de cimentação de uma hegemonia, ou seja, de criação, manutenção e estruturação da direção moral e intelectual que molda o consenso de uma sociedade. O jornalismo é capaz de cimentar posições ideológicas devido a sua marcação rítmica e seu vínculo com o cotidiano, atuando pela sequencialidade simulada de acontecimentos (SODRÉ, 2012) e pelo conhecimento singular que produz (GENRO FILHO, 2012) – um saber que nunca pode ser desassociado da luta de classes em andamento. Segundo Gramsci (1999), a dominação de um bloco histórico (conjunto de classes no poder) necessita, além da capacidade de controle violento dos corpos que se dá pela coerção, concretizar-se via consenso. Os dominantes só conseguem sucesso se os dominados aceitarem as condições de exploração, o que acontece quando o senso comum compartilhado segue a linha dada pelos aparelhos privados de hegemonia. Entre eles,

destacam-se os órgãos da sociedade civil que elaboram as respostas e delimitam as ideias em torno do certo e errado, dos valores e dos comportamentos esperados por todos: a igreja, a família, a escola, o partido, o sindicato, e, com o advento do príncipe eletrônico e de seu poder ubíquo, também as mídias eletrônicas, impressas e digitais. Essas últimas, segundo Lima (2005), seriam centrais devido a sua onipresença e temporalidade, além da sedução de entreter.

Essa compreensão perpassa pela divisão gramsciana entre sociedades orientais e ocidentais, que desenha nas segundas um alcance mais diluído do poder do Estado, algo que atravessa a sociedade civil, operacionalizando nela antenas de transmissão e estruturação da aceitação das classes do bloco histórico dominante. Ao contrário de um país czarista, como a Rússia pré-revolução de outubro de 1917, a Itália não poderia ser revolucionada com o mesmo plano, a guerra de movimento. Para tanto, o filósofo do cárcere, Gramsci, cria uma estratégia, a guerra de posição, vislumbrando nos aparelhos privados de hegemonia territórios capazes de serem disputados pelas classes subalternas em luta. Todavia, o poder da hegemonia jamais deveria ser subestimado, visto que sua amarração com a economia capitalista, que dá base para sua expansão e manutenção, seria o principal obstáculo à sociedade regulada (GRUPPI, 1978).

O jornalismo, nesse jogo, revela-se como, mais do que uma profissão, uma práxis de produção de conteúdos que expressa, de forma bastante intensa, não só uma compreensão do mundo, mas uma reafirmação do cotidiano. Isso por estar automaticamente preso a acontecimentos que se dão em circuitos hegemônicos e por contribuir na busca de atender às demandas do senso comum. A capacidade de ir contra os fatos (MORETZSOHN, 2007), elaborando tessituras contra-hegemônicas pautadas em uma ideologia de ordem emancipatória, depende também dos seus financiadores e da força que um determinado campo político alternativo pode ter diante da direção moral e intelectual em processo constante de efetivação e materialização.

Williams (1979) relê a categorização do filósofo do cárcere e o aproxima de sua própria amarração conceitual do materialismo cultural. Os ganhos dessa revisão estão em abraçar uma noção das ideias e modos de vida culturais no bojo de uma contraditória mobilização de elementos residuais, dominantes e emergentes que eclodem em toda trama cultural, descrita aqui enquanto modo de vida material constituída e constituidora de práticas vivenciadas e simbolizadas. Percebe-se, com essa elaboração do autor, então, um novo mapa para pensar os desafios do jornalismo e da produção midiática na contemporaneidade, já que os aparelhos privados de hegemonia são trincheiras em que, muitas vezes, significados alternativos são ressimbolizados mirando a manutenção do bloco dirigente. Sentidos e comportamentos ameaçadores à ordem estabelecida podem muitas vezes ser tomados e, pelo alto, incorporados e reinstalados dentro de uma nova estabilidade consensual subserviente à ordem do capital. O atual cenário do jornalismo se constitui em uma crise que solapa certezas da potência dessa forma de conhecimento no mundo da acumulação financeira do capital (HARVEY, 1993). Esse contexto apresenta uma diversidade de formatos e empreendimentos de matrizes econômicas, que vão do tradicional oligopólio ao empreendedorismo coletivo, mas que não exclui a atuação do papel da produção de conteúdos que compõem ou negam uma direção hegemônica.

Toda hegemonia se sustenta em estratégias de elaboração simbólicas, de matriz ideológica, evidentemente (BAKHTIN, 1979), e na força material de produtos objetivados com o intuito de alimentar a própria economia em geral. Logo, como aponta Gramsci (1999), a hegemonia não é só um domínio do campo ético-político, mas também do econômico, pois serve ao funcionamento do sistema de produção vigente.

Partindo de Konder (2002), entende-se que a hegemonia depende da ideologia, pois os elementos subjetivos de afirmação ou negação da ordem estabelecem-se em processos mentais que situam um conjunto de respostas dadas via uma consciência prática que alimenta ações políticas. A ideologia seria o *medium* da hegemonia, já

que está materializada em instituições e aparelhos e sedimentada no próprio senso comum das classes subalternas. O próprio Gramsci não abandona a noção de ideologia, considerando sua presença orgânica nas transformações sociais. O complexo da comunicação atua ativamente na formação ideológica da sociedade civil. “O sistema midiático demonstra capacidade de fixar sentidos e ideologias, selecionando os conteúdos que, a seu critério, devem ser vistos, lidos e ouvidos pelo conjunto do público” (MORAES, 2016, p. 112).

Jamais subestimar o poder dos meios, tanto no agendamento e enquadramento quanto na onipresença deles em tempos de mídia digitalizada, é uma lição atestada pelos pesquisadores da comunicação que se apoiam em perspectivas teóricas críticas. Contudo, sempre se deve atentar para a dimensão prática e avaliar o quanto a audiência (ativa, mas não autônoma e resistente) estabelece seus próprios mapas de sentidos (hegemônicos ou não). O eixo da produção permanece sendo um local epistemológico de extrema importância na compreensão de fenômenos comunicacionais, visto que não só funciona como base para todo o circuito – conforme capturado por Hall (2003) dos *Grundrisse* de Marx (2011) –, mas também delimita o campo de significados e sua disseminação. Entender o jornalismo como uma maquinaria de informação parece ser a melhor escolha diante da problemática do poder na comunicação, uma vez que ele funde dramáticas ergológicas, econômicas, sociais, discursivas e culturais no amálgama de relações e contradições postas entre mídia e público.

## **MAQUINARIA DE INFORMAÇÃO**

Uma das principais características da mídia de massas, que tangencia a internet como novo ecossistema onde se convergem plataformas distintas, é a produção e a difusão institucionalizadas de bens simbólicos. Thompson (2000) enumera também: a ruptura instituída entre produção e recepção (algo questionado nas plataformas digitais); a extensão da disponibilidade no tempo e no espaço; e a circulação pública

das formas simbólicas. Os meios de comunicação agilizam a interação no tempo e espaço, modificando a maneira como se dá a relação entre as pessoas, tanto como elas agem umas com as outras quanto como se relacionam em territórios distintos. As mídias também demarcam as possibilidades de interação e recepção dos sujeitos sociais.

Para Williams (2011), os meios de comunicação são meios de produção, ou seja, são materialmente produzidos e reproduzidos e estão sempre subordinados ao desenvolvimento social e histórico. Os meios são elementos indispensáveis para a organização das relações de produção e têm homologias relativas com o mundo do trabalho e as relações sociais desenvolvidas no bojo da sociabilidade capitalista. Esse debate faz eco com a compreensão lukacsiana sobre os pores teleológicos secundários, em que a finalidade da objetivação seria a de induzir a consciência alheia a realizar determinadas ações (LUKÁCS, 2013). Os meios de comunicação incidem na organização social porque inserem mudanças nas séries causais do mundo objetivo. Mosco (1999) também alude ao impacto da comunicação em um mundo globalizado, ressaltando a relação processual e orgânica entre os meios e a economia do sistema sociometabólico do capital.

Sendo uma técnica social e um aparelho de hegemonia, a mídia jornalística estrutura-se como um tipo de maquinaria de produção de conteúdos, uma indústria da consciência em que indivíduos produtores criam o sentido e o difundem. O jornalismo como prática profissional (e setor mercantil de venda de notícias) assume a incumbência de fábrica de significados que definem os marcadores conjunturais e singularizados da realidade (objetivados por pores teleológicos secundários dos trabalhadores jornalistas em suas instituições).

Como diz Lima (2005, p. 182),

se a hegemonia é “um sistema vívido de significados e valores [...], um senso da realidade”, podemos afirmar que ela se constitui e se realiza no espaço em que o sentido da vida e das coisas é construído, isto é, no espaço das representações.

Charaudeau (2015) desenvolve uma relevante metodologia de investigação do discurso midiático e demonstra como a instância comunicacional “impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo” (p. 151). A recepção sempre terá, nos conteúdos dos meios de comunicação, os pontos de referência sobre os quais cultivará uma relação com o espaço público. O mecanismo dessa esfera é a própria maquinaria midiática, ou seja,

um conjunto de engrenagens e de atores fazendo-as funcionar, cada um em seu setor, cada um submetido a restrições e a regras que fazem com que o resultado do produto acabado, um telejornal, por exemplo, ultrapasse a intenção particular de cada um (CHARAUDEAU, 2015, p. 241).

O que vale para nossa compreensão das questões que abarcam a mídia e a hegemonia, com destaque para o trabalho jornalístico, são os processos que envolvem a origem, a transmissão e a recepção, procedimentos que submergem ante o conjunto da máquina, a qual recebe, em todas as fases do circuito, como quer Hall (2003), pressões internas e externas. Essas forças são de ordem econômica e de estruturas de dominação social, política e cultural. A mídia é uma máquina construtora de sentidos, cujo papel central na costura de uma hegemonia a coloca no cerne de disputas ideológicas nos mais diversos territórios.

Como diz Williams (2011), os produtos dos meios de comunicação são, por um lado, meios materiais produzidos na contraditória dinâmica entre meio de produção e relações produtivas, e, por outro, formas de apresentação de mensagens e informações. A máquina de produção de sentidos sociais aparece como uma fábrica de visões de mundo que, contraditoriamente, expressa um contrato de comunicação com o público, mas não necessariamente atende os interesses materiais dele, distanciando-se de uma ideia “democrática” de serviço público.

Thompson (2000) também pensa o fenômeno comunicacional por duas vias de compreensão, a análise sócio-histórica e a análise formal (ou discursiva). Ele acrescenta a importância do investigador na interpretação dos dados, demonstrando que uma pesquisa sempre exige momentos de criatividade e inventividade na abstração, sendo capaz de alcançar o que podemos denominar de concreto (KOSIK, 2002). Ao demarcar a importância do contexto, o lado material da maquinaria de informação ganha destaque, já que as instituições, a estrutura social, os meios técnicos de transmissão, os campos de interação e as situações espaçotemporais permitem uma leitura mais ampla de uma mídia jornalística em particular. O olhar sobre os sentidos, via análises discursivas, com atenção para o argumento e a elaboração narrativa, estreita a relação entre objetividade e subjetividade, podendo proporcionar uma leitura processual da práxis comunicativa na contemporaneidade.

Aludir à metáfora sistêmica da fábrica, contudo, não significa aqui assumir uma compreensão holística ou matemática da mídia. Concorde-se com Genro Filho (2012) que as teorias do sistema, a cibernética e as teorias da informação falham ao não perceberem os elementos de contradição e mudança dialética que modificam as próprias amarrações existentes entre as diversas variáveis que circundam um objeto a ser pesquisado. Longe de propor uma eternização de modelos, a proposta crítico-dialética de estudos do jornalismo visa uma reflexão sobre a prática de composição de sentidos nunca descolados de um contexto social marcado pelos imperativos do lucro e da extração de mais-valor.

## **REPRESENTAÇÕES, ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS E IDEOLOGIA**

Ao propor a hermenêutica de profundidade como metodologia de estudos da comunicação, Thompson (2000) indica a intersecção das fases da análise (sócio-histórica, discursiva e reinterpretção) como um único processo interpretativo e complexo. A análise da instância

do discurso aparece em sua ordenação interna e externa, o que se assemelha à ideia de Charaudeau (2015), mas com um direcionamento aplicado mais detidamente na interpretação da ideologia. O objetivo seria então “explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (THOMPSON, 2000, p. 379).

Outro autor preocupado com o debate sobre as visões de mundo, ideologias e valores dominantes é Kellner (2001). Buscando uma criativa aproximação entre os estudos culturais ingleses e a teoria frankfurtiana, o pesquisador desenvolve a chamada crítica diagnóstica, que utiliza a história e a teoria social para analisar textos culturais e os usa para elucidar as tendências e conflitos de uma época. O interesse está em verificar como a mídia transcodifica conflitos sociais e apresenta respostas e representações de questões, como aquelas sobre classe, gênero e raça. Em um de seus estudos, o pesquisador aplica o método ao telejornalismo estadunidense, apontando interessantes *insights* sobre a construção de imaginários sobre a Guerra do Golfo. A atenção sobre a ideologia permanece em primeiro plano.

Para Mészáros (2004, p. 65), ideologia não seria nem “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Essa definição ontológica amarra a construção de ideias à vida material prática, refletindo sobre a formação de consciências em sua relação com a estrutura social. Indo além, a comunicação ideológica seria um instrumento para compreender os conflitos que a história coloca diante dos homens concretos. Stuart Hall tem um entendimento semelhante ao filósofo húngaro em relação à formação da subjetividade dos receptores. Para ele, afirmar “[...] que os meios de comunicação são ideológicos é dizer que eles agem no domínio da construção social do sentido. Eles fornecem o terreno no qual as pessoas adquirem consciência de seu mundo” (HALL, 2016, p. 42).

As análises no campo da ideologia em seu sentido crítico têm povoado uma série de estudos da comunicação, principalmente

desenvolvidos pela análise do discurso de matriz francesa e de correntes que enxergam os jogos de sentido envolvidos em produtos de comunicação, tendo como uma das bases a reflexão de Bakhtin (1979). Concorde-se com Mészáros (2009) que os diversos discursos devem ser vistos e interpretados enquanto formas particulares de consciência histórica e, desta feita, estariam alicerçados sobre a estrutura social.

A análise legítima dos diversos discursos – por exemplo, os discursos moral, político e estético – é inconcebível sem que esteja dialeticamente inserida no quadro estrutural apropriado no que se refere às determinações gerais (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Nos estudos de jornalismo, autores como Rothberg (2007), Porto (2004) e Soares (2009), entre outros, têm buscado manter aceso o método de análise do enquadramento. Trata-se de uma evidência de ordem mais prática, relacionada às rotinas produtivas dos veículos de informação, que demonstra de qual forma acontecimentos são colocados em molduras perceptíveis pelos receptores. A inspiração vem de Goffman (2012), para quem os quadros primários de referência sustentariam o próprio senso comum, já que demarcam o cotidiano com interpretações construídas socialmente. O ponto alto dessa abordagem está em mostrar como são produzidas e disseminadas as possíveis interpretações do mundo. Enquadrar, assim, significaria simbolizar as diversas situações sociais que enfrentamos.

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7, *apud* PORTO, 2004, p. 4).

Contudo, a necessária polemização sobre essas interpretações no bojo das relações concretas dadas entre as classes de uma

sociedade capitalista são mascaradas na tentativa falha de buscar uma neutralidade categorial.

A ação de enquadrar, ou seja, de dar ênfase, selecionar ou excluir certos elementos, aproxima-se do *gatekeeping* (SHOEMAKER; VOS, 2011), visto que filtros intencionais, ou relacionados aos limites institucionais de certas organizações, definiriam o conteúdo jornalístico. O agendamento também pode ser um método auxiliar, que nortearia a compreensão do poder da mídia em elencar e enumerar o grau de importância do que deve ser considerado relevante pela opinião pública, executando a tarefa de edificar sua espinha dorsal (MCCOMBS, 2009). O poder da comunicação, não obstante, estaria na moldagem de ideias que devem, em certo sentido, cartografar o imaginário do público. Embora a ideologia quase nunca seja citada nesses estudos, com exceção de Carvalho (2009), fica claro que as categorias hegemonia, enquadramento, ideologia e maquinaria informacional trazem contribuições valiosas aos estudos do jornalismo.

A ideia de representação jornalística como objeto primordial de investigação, em que é possível verificar e analisar os enquadramentos hegemônicos, faz com que se aproximem as formas simbólicas da inevitável fabricação delas. A maquinaria jornalística de produção da informação traria variáveis importantes para os estudos da comunicação. Os conflitos intra e extraorganizacionais, assim como rotinas produtivas e práticas de apuração imbricadas nas fontes interessadas e muitas vezes selecionadas com a intencionalidade de dar ou tirar vozes, demonstrariam que o texto noticioso, em suas mais variadas expressões, constrói (*newsmaking*) uma realidade determinada. Com a referência obrigatória aos debates e conflitos da sociedade, na linha exposta por autores díspares, como Mészáros (2002), Charaudeau (2015) e Thompson (2000), é possível expor como esses meios atuam na sistematização de pensamentos hegemônicos ou contra-hegemônicos, apoloéticos ou alternativos ao modo de reprodução sociometabólico do capital.

Schneider (2010) aponta um caminho totalizante para pensar os fenômenos comunicacionais, entendendo que o real não se esgota no

discurso. Ele busca aglutinar a reflexão trazida pela Economia Política da Comunicação (EPC) – e seu olhar crítico sobre as estruturas sociais e as representações midiáticas – aos estudos culturais, cuja leitura problematiza a produção de sentido em relação a um mundo extradiscursivo.

A atenção não está focada nos elementos semióticos ou enunciativos (cuja importância não está sendo aqui relegada), mas na ação de dar aos receptores um cenário em que ideias são representadas dentro de uma moldura preestabelecida idealmente por sujeitos coletivos (a imprensa) que agem ideologicamente, pautando sua atividade na construção de uma direção moral e intelectual em constante processo de cimentação social.

Esse tipo de enfoque incentiva o mapeamento dos sujeitos por trás das ações comunicativas e coloca em relevo a possibilidade de estudos direcionados ao debate sobre o poder na comunicação, desmontando as engrenagens da maquinaria midiática e descortinando os interesses estruturadores desse aparelho privado de hegemonia. Um olhar sobre os meios, nessa frente, pressupõe uma reflexão sobre as contradições presentes no mundo social, afinal

se o real que nos interessa é o real social, histórico, das sociedades contemporâneas, divididas em classes antagônicas, subordinadas ao imperativo de reprodução ampliada do capital, com todas as suas conhecidas consequências destrutivas, precisamos conhecer corretamente qual é o papel que os discursos ou representações midiáticos desempenham em meio a esta luta (SCHNEIDER, 2010, p. 10).

A tradição marxista é uma fortuna teórica indispensável (NETTO, 2011) que, associada aos objetos da comunicação, permite acumular debates para a tarefa coletiva de compreensão do poder no século XXI. Sua contribuição inegável está em aprofundar a relação ontológica existente entre trabalho e linguagem (LUKÁCS, 2013) e no descortinamento dos truques ideológicos que sustentam uma determinada ordem social (DANTAS, 2008; MÉSZÁROS, 2004).

## ELEMENTOS PREDOMINANTES

O poder que as representações jornalísticas (e midiáticas) têm ao enquadrar os recortes da realidade dá-se no terreno das batalhas pela hegemonia, que se concretizam entre as classes sociais em disputa. Ao serem produzidas enquanto técnicas sociais gestadas em maquinarias de informação, em que rotinas produtivas, interesses mercantis e processos de captura da subjetividade dos trabalhadores da comunicação relacionam-se a fatores extra e intraorganizacionais, essas construções de significado carregam as marcas ideológicas desse contexto no eixo da produção.

Enquanto bens simbólicos, as notícias refletem e refratam determinadas realidades, elaborando visões de mundo que são fundamentais para o sucesso de uma direção moral e intelectual, mesmo em um cenário de visível diminuição de sua exclusividade em demarcar a opinião pública. Aparelhos privados de hegemonia, com características ubíquas do príncipe eletrônico, a mídia e o jornalismo absorvem para si as funções dos intelectuais e dos partidos políticos. A disputa sobre quem consegue responder às questões mais importantes dadas pelas contradições insanáveis do sistema do capital permite o aprimoramento das engrenagens da maquinaria, cuja força advém do poder econômico que as sustentam e do *status* cultural que elas concentram.

O jornalismo é uma forma social de conhecimento produzido no interior dessas maquinarias e tem particularidades na criação de seu conteúdo, as quais destacam-no e diferenciam-no de outros sentidos midiáticos. A marcação do espaço e do tempo, que ele ordena seguindo seus valores profissionais cada dia mais flexíveis, agenda o cotidiano, colaborando para a efetivação de um senso comum concretizador da hegemonia. Cimentando conteúdos que evidenciam os aspectos singulares da realidade social, o jornalismo possibilita um entendimento sobre o mundo bastante relevante para compreender o cenário em que as atividades humanas de trabalho e linguagem se objetivam. Rastrear as formas nas quais se dão as representações e enquadramentos divulgados com o

objetivo de formar a opinião pública (e, portanto, ser esteio periódico da manutenção das demandas formadas pelo bloco histórico) é a principal contribuição que uma pesquisa das engrenagens da notícia traz ao desvendamento do poder midiático na contemporaneidade.

Assim, esquematicamente, é possível pensar na investigação da produção de sentido jornalística em uma maquinaria informacional relacionando os seguintes elementos:

- a. O eixo produtivo, em que trabalhadores comunicacionais elaboram pores teleológicos secundários de acordo com sua subjetividade (limitada em tempos de fabricação de neossujeitos<sup>37</sup>) em instituições voltadas ao lucro, sejam empreendimentos autônomos – mas reféns de conglomerados (como o Google e o Facebook no mundo digital) na distribuição de conteúdos –, sejam indústrias midiáticas. Aqui se destaca a dinâmica das rotinas das redações, das condições de trabalho e suas gramáticas e das contradições expressas nas resistências e adequações a visões de mundo hegemônicas. As engrenagens da maquinaria, sempre processual e em movimento, podem ser desvendadas pela análise econômica de como a forma-mercadoria condiciona a produção jornalística. O chão de fábrica da notícia permite um lugar de compreensão da dinâmica de funcionamento do jornalismo em tempos de crise. Atenta-se, nessa análise, para o papel econômico e político dos enunciadores nas maquinarias informacionais e para os conflitos do mundo do trabalho do jornalista, imbricados nas dinâmicas territoriais desenhadas pelo mercado global.
- b. O eixo representacional, discursivo, em que é possível analisar ideologicamente os sentidos presentes nas

---

37. Segundo Dardot e Laval (2016), o neossujeito é o homem-empresa, empreendedor de si mesmo produzido pelo neoliberalismo, uma racionalidade que corrói a subjetividade dos homens ao fazer com que eles interiorizem a ideia de que as relações sociais são, na verdade, transações comerciais.

matérias, tendo como foco avaliar como determinado conteúdo alimenta ou questiona a direção moral e intelectual vigente. Aqui as análises de enquadramento e de representação jornalística conectam-se à ideologia enquanto consciência prática voltada a dirimir conflitos, demonstrando que a produção do conhecimento singular jornalístico expressa sempre uma realidade a ser refratada. Não se pode ignorar, nesse contexto, o papel ativo da imprensa em transcodificar os conflitos sociais e produzir sentidos que influem (via agendamento) na formação da consciência do público. Os critérios epistemológicos de verdade e factualidade da notícia são importantes, mas o interesse maior é sobre como a ideologia, de modo ontológico, para além de seu grau de falsidade ou veracidade, exprime materialmente uma ordem de causalidades no mundo material. Deve-se investigar aqui o modo como um canal jornalístico, com suas especificidades enquanto dispositivo e técnica social, bem como seus gêneros e formatos, enquadra a realidade para produzir sentidos que estejam dentro dos marcos da luta de classes.

Os efeitos de sentido presentes no jornalismo atuam na ordenação hegemônica, ou seja, os modos de vida e as visões de mundo dos receptores são claramente afetados pelas notícias. Assim, a atenção aqui se dá em como elementos de justificativa ideológica sobre a realidade enredam o senso comum. O mundo do trabalho e a luta de classes passam a ser uma mediação de relações comunicacionais de poder. O jornalismo é visto como forma de conhecimento e objetivação do trabalho jornalístico em maquinarias informacionais, cujo conteúdo expresso em representações enquadradas em moldes preestabelecidos serve para delimitar ideologicamente a luta de classes. Longe de desenhar um método ossificado, o que iria contra a dialética dos processos sociais, essas articulações são vitais para pesquisas críticas em torno do conteúdo jornalístico.

# Posfácio<sup>38</sup>

As mudanças estruturais do sistema midiático contemporâneo acompanham, com certa dose de autonomia, os processos de acumulação financeira no bojo do desenvolvimento do capital no século XXI. A propalada crise do jornalismo, como foi demonstrado no decorrer da obra, surge como um epifenômeno de uma crise profunda que afeta a contradição entre capital e trabalho. O jornalista torna-se, cada dia mais, um trabalhador da informação (NEVEAU, 2010) flexível e passa a ser constantemente interpelado por formas intensas de precarização e exploração (FIGARO, 2013). O sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002) ganha novos contornos com o advento do capitalismo de plataforma (SCHOLZ, 2016) – identificado também na literatura crítica como capitalismo *big data* (FUCHS, 2019) e capitalismo comunicacional (DEAN, 2005). Porém, independentemente da caracterização operacional, o capital ainda pode ser entendido como um “motor econômico e suas racionalidades econômicas irracionais associadas” (HARVEY, 2016, p. 246). Assim, perpassam pela sua dominação social os intensos mecanismos de alienação e reificação.

O amálgama do modelo de produção e reprodução social com a tecnologia informacional surge como o território no qual se expressa a produção jornalística, em que os produtos circulam na esfera midiática da internet e são conduzidos pelos fluxos das redes sociais privadas. Além disso, a elaboração das rotinas produtivas é delimitada pela mediação desses aparatos e dispositivos, o que altera os mecanismos tradicionais de elaboração das notícias. A práxis noticiosa

---

38. Este capítulo toma por base o texto “Trabalho jornalístico, capitalismo de plataforma e reificação: a alienação como processo” (SOUZA, 2020).

no século XXI, assim, enreda-se na subsunção ao capital, potencializando a alienação e o estranhamento. “A violência da tecnologia está na maneira como ela corta o elo entre a pessoa e a interação sensorial com o mundo” (HARVEY, 2016, p. 246).

A amarração do trabalho jornalístico nas tecnologias do capitalismo comunicacional potencializa formas arrojadas de alienação na subjetividade dos jornalistas, aparecendo como fator limitante do potencial do trabalho em sentido humanizador. Ao tratar de alienação, a linha-gem marxista defendida por Mészáros (2006) resgata os quatro sentidos principais da categoria, ou seja, os dispositivos de estranhamento em relação à natureza, ao homem em si mesmo por meio da alienação de sua atividade produtiva, ao homem com seu ser genérico e ao homem com seus próximos. Em linhas gerais, a alienação seria a perda de controle da humanidade sobre sua produção, transferida para uma “força externa que confronta os sujeitos como um poder hostil e potencialmente destrutivo” (p. 14). Ao pensar esse contexto no interior da nova configuração da ascensão tecnológica das redes de informação, percebe-se a ampliação de processos de reificação das práticas sociais, em especial as comunicativas. Essas novas formas afetam o trabalho jornalístico na maior parte de suas expressões, o que envolve o enxugamento das redações não só pelos passaralhos constantes, mas também pelas novas iniciativas que operam na órbita do modelo produtivo hegemônico e, assim, dependem dos algoritmos das redes para alcançar visibilidade. Ou seja, há um controle externo, privado, capitaneado pelas classes dominantes, que delimita o pôr teleológico (LUKÁCS, 2013) do repórter.

A alienação do jornalista como trabalhador da informação se dá principalmente com o reconhecimento, na esteira de Morozov (2018), de que a regulação algorítmica, independentemente de seus possíveis benefícios, caminha para a criação de um domínio privado direcionado pelas empresas de tecnologias, o que as coloca como arquitetas do neoliberalismo. Esse fenômeno se atesta pelas aceleradas mudanças, consolidadas pela exploração de dados, que transforma os detalhes da vida de um indivíduo em funções mecânicas a

serem ajustadas pela corporação privada. A tecnologia informacional surge como “uma arma apontada aos fracos e pobres” (MOROZOV, 2018, p. 173), ampliando as formas de reificação do capitalismo tardio.

Os modelos de gestão flexível e algorítmica, a intensa individualização dos trabalhadores, vistos como empresas de si mesmos, a multifuncionalidade e a disponibilidade total para as atividades são algumas características da expropriação do intelecto do trabalhador pelo capital. O momento contemporâneo do sistema de metabolismo do capital tem se manifestado como produto e produtor de avatares tecnológicos emergentes como “plataformas, *big data*, fabricação aditiva, robótica avançada, aprendizagem automática [...] e internet das coisas” (SRNICEK, 2018, p. 9, tradução nossa). O foco nas ditas plataformas coloca-se em tela por conta de um novo modelo de negócios, monopolizados por gigantes *high tech*, que extraem e controlam uma quantidade enorme de dados. Nesse ínterim, as plataformas são mecanismos do capitalismo financeiro para gerar rentabilidade e produzir negócios com os recursos adquiridos por meio da circulação de informação. Com a crise manifestada em 2008, os investimentos em tecnologia passam a conduzir a necessidade do capital em recuperar a taxa de lucros perdidos nas últimas décadas, algo atestado por Mészáros (2002) como parte dos terremotos que afetam a estrutura do sistema.

No mundo do trabalho, a informalidade, as subcontratações e a deterioração de direitos historicamente constituídos já estavam em andamento, mas é inegável o quanto a nova economia de compartilhamento impulsiona esses mecanismos, principalmente com uma massa depauperada e desempregada em busca de alternativas de renda (SCHOLZ, 2016).

Entendendo as plataformas como “infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam” (SRNICEK, 2018, p. 45, tradução nossa), percebe-se que a intermediação comunicativa de usuários, assinantes, clientes, anunciantes, provedores de serviços, mercadores, distribuidores etc. produz uma esfera em que transações econômicas são promovidas. Quem controla as plataformas, portanto, gere os formatos e as regras do jogo, potencializando a circulação e a produção de

mercadorias e serviços. Essas esferas digitais tornam-se, assim, infraestruturas básicas para a realização dos negócios capitalistas.

Antunes (2018) aponta que os trabalhadores vinculados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) experienciam formas de reificação específicas desses setores do ramo “intelectualizado”, visto que as plataformas traçam novas maneiras de envolvimento da subjetividade na interação existente entre o trabalho vivo e a maquinaria informacional.

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, é necessária uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova “máquina inteligente”. Nesse processo, o envolvimento interativo maquínico pode intensificar ainda mais o estranhamento do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 107).

Esse desenvolvimento cria rachaduras na vida cotidiana, distanciando o homem de uma vida autêntica e autodeterminada.

O trabalho jornalístico tem sido capturado em suas mediações produtivas e na circulação de seu produto (que caça audiências para as redes) pela estrutura informacional das TICs. A particularidade de sua atividade situa-se cada dia mais na valorização do valor, mas claramente resultante de um “*trabalho social, coletivo, complexo e combinado*” (ANTUNES, 2018, p. 51, grifo do autor).

O trabalhador da informação, o jornalista, portanto, compõe a classe trabalhadora ampliada que se expande globalmente, sendo alvo da alienação universal que acomete o modo de produção capitalista em tempos de cooperação complexa mediada por máquinas informacionais. Além disso, o trabalho vivo do jornalista torna-se o capital variável diante da automatização do setor da produção material (BOLAÑO, 2018). Nesse contexto, o jornalista enfrenta as consequências de uma extrema ampliação, na gestão de seu trabalho e na circulação do produto noticioso, de mecanismos dados por um novo estágio da exploração do trabalho, via TICs e plataformas digitais.

O termo “novo” diz respeito a existência de um aprofundamento e radicalização da subsunção real do trabalhador ao capital a partir da utilização das plataformas digitais, sendo que tal radicalização decorre da capacidade existente nas plataformas de gerenciar em tempo real todas as atividades desempenhadas pelo trabalhador coletivo a ela subordinado, aumentando assim o controle do capital sobre o processo de trabalho e, conseqüentemente, atualizando como os processos de produção tipicamente capitalistas se expressam na contemporaneidade (AMORIN; MODA, 2020, p. 62).

A total subsunção real dos jornalistas ao capital ainda aparece como uma tendência dada pelo crescimento da plataformização de suas frentes de ação. Figueiredo (2018), por exemplo, aponta que há uma impossibilidade da subsunção real do trabalho jornalístico ao capital. Para ele, a relação com as fontes, desenvolvida de forma muito própria por cada profissional, a estética textual, também específica e dependente de certo talento desenvolvido e a necessária apuração e interpretação do material coletado são características insubstituíveis pela maquinaria do capital. Todavia, o grau de estranhamento envolvido na mecânica do trabalho jornalístico é capaz de (como item do pacote das mediações de segunda ordem) distanciar os repórteres de uma possibilidade crítica e da potencial superação da reificação turbinada pelas TICs.

Os modelos de atuação do jornalista nos ambientes digitais, nas chamadas redações virtuais, e a sempre cobrada interação desses trabalhadores nas redes sociais demonstram o quanto suas rotinas produtivas são atravessadas pelas plataformas. A gestão do trabalho utiliza mecanismos que, longe de dominar o complexo, como a Uber, modificam a relação entre os tempos de trabalho e da vida<sup>39</sup> e intensificam o

---

39. A situação catastrófica trazida pela pandemia da Covid-19 intensificou a usurpação do tempo livre, o que já aparecia como uma tendência. O *home office* torna-se o laboratório de novos modelos de gestão do trabalho comandados por TICs, cujo foco é a expropriação intensificada do trabalho vivo (em todos os momentos possíveis).

domínio sobre o trabalho, hegemonicamente direcionado pela lucratividade dos conglomerados de comunicação digital, que dominam, via seus algoritmos, a mediação jornalística com a sociedade.

A ascensão do perfil do empreendedor de si mesmo, trabalhador informal sem direitos trabalhistas, que no Brasil é a regra, coloca em cena uma contradição entre o futuro do trabalho, a mudança tecnológica e o papel da mão de obra para o capital. A ideologia difundida aponta que as inovações tecnológicas são decisivas para a lucratividade diante dos concorrentes, mas a imensa exclusão dada pelo desemprego estrutural traz “um gigantesco excedente de populações redundantes potencialmente rebeldes” (HARVEY, 2016, p. 107).

Não obstante, a alienação universal empreendida pelo sistema sociometabólico do capital tiraniza a subjetividade, expandindo uma personalidade típica adequada à forma hegemônica de produção mediada pelas TICs. Há, nesse desenvolvimento, uma hiperinflação da individualidade, colocando os trabalhadores no papel de empresas, contaminados pela lógica contábil de perdas e ganhos, flexíveis em todos os complexos de sua sociabilidade e com seus pores teleológicos (LUKÁCS, 2013) aviltados pela expansão irrefreável do capital, que se multiplica nas redes aliado à corrosão e à expropriação da força de trabalho.

Contaminados pelo espírito comercial e escravizados pela universalização da forma-mercadoria, os trabalhadores do século XXI são desumanizados e tornam-se ferramentas da reificação das relações sociais. “A realização egoísta é a camisa-de-força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da ‘autonomia individual’ representam a sua glorificação ética” (MÉSZÁROS, 2006, p. 237). O individualismo burguês, agora reprojeto no epíteto de perfil na seara das *big techs*, apenas amplia o abismo entre os homens.

De forma particular, os jornalistas são profissionais que têm passado por uma gradual aceleração desses estranhamentos e, com a transformação da infraestrutura de seu trabalho, são interpelados pelas plataformas digitais nas gramáticas operacionais de seu trabalho (rotinas produtivas) e na difusão do conteúdo produzido no campo das

mediações algorítmicas das plataformas de publicidade (SRNICEK, 2018). O jornalismo hegemônico pela mediação digital e as mutações advindas da ascensão dos *smartphones* e do consequente aumento do alcance das redes sociotécnicas produziram novos modelos de atuação para o profissional da comunicação.

A tão criticada figura do jornalismo sentado, que significa a apuração feita de forma aligeirada, à distância dos acontecimentos, corre, assim, o risco de virar regra. A possível práxis noticiosa que poderia contribuir em processos de conhecimento do singular, cristalizado pelo jornalismo (GENRO FILHO, 2012), é fagocitada pelas regras e limites da maquinaria informacional dos grandes conglomerados da internet. Esse movimento cimeta duas tendências contraditoriamente próximas, a saber:

- a. o estranhamento da subjetividade do repórter, interpelado em sua atividade pelas plataformas de comunicação (que amplia o controle dos contratantes) e
- b. a difusão alienada de seu produto nas malhas das redes sociais, constringido pelos ditames da arquitetura dessas redes em favor da economia da atenção.

Nesses fluxos de quantificação de interações e exploração de dados, a veracidade dos conteúdos não é o mais importante, já que a amplitude do irracionalismo circula com rapidez no ecossistema tecnológico do capitalismo tardio. O exemplo das propaladas *fake news* é uma expressão fenomênica da comunicação nas redes informacionais. Os agentes que comandam a plataformização no setor jornalístico inculcem, de forma negativa, a positividade social dessa prática, como dito, centrada na disseminação de conhecimentos capazes de oferecer uma cartografia dos fatos sociais.

A intensificação dos processos de alienação dados pelo capitalismo em momento de plataformização do trabalho acomete os jornalistas do ponto de vista não só do enfraquecimento de sua subjetividade e corrosão de seu papel enquanto sujeito histórico, mas também de um conjunto de epifenômenos que se manifestam

na condição precária da profissão. Além do desemprego estrutural, da multifuncionalidade, da disponibilidade total e de remunerações e contratos flexíveis, há altos riscos para a saúde dos repórteres.

Outra questão relevante a ser destacada é que a “bomba-relógio” das jornadas excessivas começa a produzir seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do jornalismo, em uma categoria em que 45 % trabalham além de 8 h diárias. Contudo, avaliamos que seus sintomas estão apenas começando a aparecer, considerando a crise do modelo (empresa) de jornalismo tradicional – que tem gerado redução de postos de trabalho, aumento de jornada e precarização do exercício profissional (PONTES; LIMA, 2019, p. 15).

A hegemonia de processos tecnológicos que cruzam a profissão, tanto na atividade laboral quanto na disseminação do produto jornalístico, adiciona novas e graves esferas de alienação humana no capitalismo manipulatório que se desenha desde a segunda metade do século passado. Ainda que não constitua a totalidade das formas de expressão jornalística, o futuro predominantemente delineado para o jornalista é de trabalhador informal precário, flexível, desregulamentado, gerido por ambientes tecnológicos informacionais e cada vez mais alheio à autonomia de seu trabalho e ao controle sobre os processos de circulação de seu produto, a notícia.

Em síntese, as transformações que afetam a classe trabalhadora na contemporaneidade relacionam-se com o contexto profissional jornalístico, consequência da sua raiz orgânica com o sistema de metabolismo social imperante. Portanto, torna-se muito difícil desvencilhar-se dessas amarras sem questionar as bases econômicas e materiais da alienação. “As possibilidades de realizações limitadas, isto é, de escapar de possibilidades de estranhamento que se limitam ao plano individual é, em princípio, bem mais restrita no capitalismo” (LUKÁCS, 2013, p. 754). Os jornalistas cada dia mais absorvem os estranhamentos decorrentes do alto grau de proletarização

que, via plataformas informacionais e corrosão de direitos conquistados, adentra suas esferas de atuação, limitando-os em seu papel socialmente constituído (bem como suas alternativas diante desses ataques).

Como vimos, nos últimos anos, o jornalismo enquanto prática e como indústria de produção de notícias ficou nas mãos das gigantes de tecnologia. Elas tornaram-se a esfera de circulação de informações privilegiadas e o comportamento do público passou a ser direcionado pela sua intermediação. A distribuição de notícias ficou a cargo dessas plataformas, que obscurecem os mecanismos algorítmicos de busca com ajuda da economia da atenção. Assumindo o transporte dos pacotes noticiosos, a ascensão desses conglomerados originados no Vale do Silício produziu uma perda do valor de mercado do jornalismo. Com a mudança no paradigma da imprensa, os jornalistas se tornaram o alvo fácil de um conjunto de reestruturações, demissões e rearranjos, o que fragilizou essa categoria de profissionais, agora próximos de um trabalhador de informação flexível.

Mas com a possibilidade de se ampliarem os produtores, aspecto contraditório do monopólio das redes sociotécnicas, muitos jornalistas passaram a buscar alternativas fora do espectro da imprensa convencional, no sentido de uma produção mais autônoma, autoral e comprometida politicamente com pautas progressistas. Então o que poderia ser um passo importante no avanço contra os estranhamentos incrustados no sistema sociometabólico de reprodução do capital, todavia, passa a ser capturado pelas regras desconhecidas do complexo das plataformas e suas estratégias de valorização na mineração de dados.

Por um lado, as empresas de comunicação reorganizam o seu chão de fábrica por meio das redações integradas e via gestão do trabalho por ferramentas tecnológicas próprias ou hegemônicas (WhatsApp, Google Meet etc.), proletarizando cada dia mais os profissionais, o que precariza o trabalho vivo e consolida a reificação. Em outra ponta, as iniciativas de produção jornalística independente, alternativa e com outras perspectivas, por dificuldades financeiras e de outros recursos, não têm espaço de construção capaz de mudar o

quadro de dependência com as TICs, mas se esforçam em expandir seus conteúdos nas franjas do sistema. A alienação dos jornalistas, como fenômeno genérico, faz-se regra também onde a exceção poderia apresentar saltos na reorganização de saídas anticapitalistas. O estranhamento com a atividade produtiva permanece uma constante.

O mundo do trabalho ganha novos contornos que refazem os desafios da luta de classes. A particularidade do jornalismo, conforme foi explicitado neste texto, participa das tendências gerais do movimento de imbricação tecnológica na produção e reprodução da vida. O trabalhador jornalista ilustra bem o processo de alienação enquanto conflito entre o desenvolvimento das capacidades humanas pelas forças produtivas e a conservação (ou o esfacelamento) da personalidade humana (LUKÁCS, 2013). O fato de ser produtor de conhecimento relevante para a vida social paradoxalmente coloca esse profissional em uma posição extremamente importante para os desafios políticos das classes subalternas. Nesse sentido, processos de fortalecimento da consciência necessária de que mudanças estruturais são urgentes podem tornar-se pauta para um jornalismo crítico-emancipatório.

A *Aufhebung* (suprassunção), no sentido exposto por Mészáros (2016), da autoalienação do trabalho pressupõe um conjunto de operações que colocam a instituição de um novo motor de produção social, emancipatória e igualitária, na ordem do dia. O debate sobre a construção de um novo modelo tecnológico informacional capaz de potencializar os indivíduos também merece destaque, bem como o controle social dos mecanismos produtivos pelos trabalhadores livremente associados. O jornalista pode contribuir com esse desafio em dois movimentos distintos, mas interconectados: por meio da sua emancipação enquanto sujeito histórico (parte da luta conjunta com outros trabalhadores) e como produtor de conteúdos capazes de alimentar a compreensão da realidade, algo fundamental para a superação da barbárie social materializada pelo capital.

# Referências

- ADGHIRNI, Z. L. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona turbulenta. *In*: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (org.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p. 61-79.
- ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, p. 59-71, jan./abr. 2020.
- AMPUJA, M. A sociedade em rede, o cosmopolitismo e o “sublime digital”. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 55-67, jan./jun. 2015.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, ano 12, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

- BARROCO, M. L. Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea. *In*: DEL ROIO, M. (org.). **Gyorgy Lukács e emancipação humana**. São Paulo: Boitempo Editorial: Fapesp, 2013. p. 255-268.
- BARSOTTI, P. Marx e Engels: crise econômica e revolução social (1844-1857). **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 114-128, 2009.
- BENSAÏD, D. **Marx**: manual de instruções. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BENSAÏD, D. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. *In*: MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 11-73.
- BENSAÏD, D. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- BETH, H.; PROSS, H. **Introducción a la ciencia de la comunicación**. Barcelona: Anthropos, 1987.
- BOLAÑO, C. Economia política da internet, mediação e jornalismo: para a crítica da comunicação e da tecnologia. **Revista Eptic**, v. 20, n. 3, p. 133-155, 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, A.; AGUIAR, L.; BERGAMASCHI, M. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 111-132, jan./jun. 2014.
- BRAGA, R. O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 48-54, set./dez. 2004.
- BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. (org.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

- CARLI, R. **A estética de Gyorgy Lukács e o triunfo do realismo na literatura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- CARVALHO, C. A. de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2009.
- CASILLI, A. Da classe virtual aos trabalhadores do clique: a transformação do trabalho em serviço na era das plataformas digitais. **Matrizes**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 13-21, 2020.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CEVASCO, M. E. **As dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, R. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: *fake news* e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Revista Rumores**, v. 12, n. 23, p. 56-82, jan./jun. 2018.
- COSTA, C. T. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DANTAS, M. **Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital**. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH-UFRJ), 2012.
- DANTAS, R. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. *In*: COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DEAN, J. **Blog theory**. Cambridge: Polity, 2010.

- DEAN, J. Communicative capitalism: circulation and the foreclosure of politics. **Cultural Politics**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 51-74, 2005.
- DEMENECK, B. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, Bauru, v. 2, n. 4, p. 1-31, jul./dez. 2015.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2016.
- DOWNING, J. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.
- DUAYER, M.; SIQUEIRA, A.; ESCURRA, M. F. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2013.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EAGLETON, T. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.
- ESCOSTESGUY, A. C. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas, tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 151-170.
- FIGARO, R. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, ago./dez. 2014.
- FIGARO, R. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

- FIGARO, R.; LIMA, C. N.; GROHMAN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIGUEIREDO, C. Jornalismo manufatureiro e jornalismo flexível: controle e subsunção do trabalho jornalístico ao capital. *In*: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 14., 30 jul-1 ago. 2018, San José. **Memorias** [...]. San Pedro: UCR/Alaic, 2018. p. 67-71.
- FONSECA, V. **O jornalismo no conglomerado de mídia**: reestruturação produtiva sob o capitalismo global. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FREderICO, C. **A arte no mundo dos homens**: o itinerário de Lukács. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FREderICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.
- FUCHS, C. Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 43, p. 67-93, jul./dez. 2016.
- FUCHS, C. Georg Lukács as a communications scholar: cultural and digital labour in the context of Lukács' *Ontology of social being*. **Media, Culture & Society**, v. 38, n. 4, p. 508-524, 2015.
- FUCHS, C. **Internet and society**: Social Theory in the information age. New York: Routledge, 2008.
- FUCHS, C. Karl Marx in the age of big data capitalism. *In*: CHANDLER, D.; FUCHS, C. (org.). **Digital objects, digital subjects**: interdisciplinary perspectives on capitalism, labour and politics in the age of big data. London: University of Westminster Press, 2019. p. 53-71.
- FUCHS, C.; MOSCO, V. Marx is back: the importance of marxist theory and research for critical communication studies today. **Triple C**, London, v. 10, n. 2, p. 127-140, 2012.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

- GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GROHMANN, R. Marx de volta? Na comunicação? **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 4, n. 4, p. 213-231, 2014.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUERRA, J. **A objetividade no jornalismo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1998.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- HALL, S. A ideologia e a teoria da comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-49, set./dez. 2016.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEINRICH, M. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HELOANI, R. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 171-198, jul./dez. 2006.
- HENRIQUES, R. P. **Linguagem, verdade e conhecimento**. Vitória: Edufes, 2014.

- HJARVARD, S. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2014.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNGARO, E. M. A questão do método na teoria social de Marx. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 15-78.
- HUWS, U. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Revista Outubro**, n. 21, p. 15-53, 2 sem. 2013.
- HUWS, U. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, jan./abr. 2014.
- IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 11-29, 1999.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.
- KARAM, F. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.
- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LEAL, B. S.; JÁCOME, P.; MANNA, N. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 145-154, jul./dez. 2014.
- LESSA, S. **Lukács: ética e política**. Chapecó: Argos, 2007.

- LIMA, V. A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- LOPES, F. L. **Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil**. **Cies e-Working Paper**, Lisboa, n. 107, 2011.
- LUKÁCS, G. **Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009a.
- LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács: entrevistas a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, G. **Estética**. Barcelona: Grijalbo, 1982. v. I.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.
- LUKÁCS, G. **Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a.
- LUKÁCS, G. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012b.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MAIER, C.; SIMON, A. **Marx: uma biografia em quadrinhos**. São Paulo: Barricada, 2018.

- MARCONDES FILHO, C. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARX, K. **18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.
- MARX, K. **A liberdade de imprensa**. Porto Alegre: LP&M, 2006.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Livro I.
- MARX, K. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MCCOMBS, M. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- MEHRING, F. **Karl Marx: a história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2013.
- MELO, J. M. de. Marxismo e comunicação: contribuições para revitalizar o pensamento crítico brasileiro. **Comunicação & Educação**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 13-24, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.
- MICK, J.; LIMA, S. **O perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORAES, D. de. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- MORAES, D. de. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MORETZSOHN, S. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, ago./dez. 2017.
- MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.
- MOSCO, V. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Cadernos do Noroeste**, Braga, v. 12, n. 1-2, p. 97-120, 1999. (Série Comunicação: Comunicação e Sociedade 1).
- MOSCO, V. Marx is back, but which one? On knowledge labour and media practice. **Triple C**, London, v. 10, n. 2, p. 570-576, 2012.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 233-286.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- NEVEAU, É. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 29-57, 2010.

- NEVEAU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- NONATO, C. O perfil diferenciado dos jornalistas associados ao Sindicato de São Paulo. *In*: FIGARO, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 143-202.
- PATRIOTA, R. **A relação sujeito-objeto na Estética de Gyorgy Lukács**: reformulação e desfecho de um projeto interrompido. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.
- PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- PINO, M. E. Karl Marx, un periodista en la Era del Capital: apuntes para una investigación. **Isegoría**, Madrid, ano 2014, n. 50, p. 107-122, 2014.
- PONTES, F. S. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.
- PONTES, F. S.; LIMA, S. P. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, 2019.
- PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, A. A. (org.). **Comunicação, análise de enquadramento e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.
- RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massas à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? *In*: MORAES, D. de. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 53-70.
- RANIERI, J. **Trabalho e dialética**: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

- ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., 15-17 nov. 2007, Aracaju. **Anais** [...]. [Brasília]: SBPJor, 2007. Disponível em: [http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/coordenada\\_5.\\_danilo\\_rothberg.pdf](http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/coordenada_5._danilo_rothberg.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.
- ROTHBERG, D. **Jornalistas e suas visões sobre qualidade**: teoria e pesquisa no contexto dos “Indicadores de desenvolvimento da mídia” da UNESCO. **Série Debates CI**, Brasília, n. 4, nov. 2010.
- RÜDIGER, F. Epistemologia da comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 395-417, mai./ago. 2014.
- SACCO, J. **Palestina**: uma nação ocupada. São Paulo: Conrad, 2000.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SALAVERRÍA, R. Mídia e jornalistas: um futuro em comum? **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 79-83, jan./jun. 2015.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHNEIDER, M. **A comunicação e o gosto**: uma abordagem marxista. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SCHNEIDER, M. Ética e epistemologia: alerta contra a “neutralidade axiológica” na pesquisa em comunicação contemporânea. **Matriizes**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 221-234, jul./dez. 2013.
- SCHNEIDER, M. Representação, realidade e comunicação midiaticizada. **Contemporânea**, Salvador, v. 8, n. 1, jul. 2010.
- SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

- SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SENNET, R. **A corrosão do caráter**. São Paulo: Record, 2009.
- SERRANO, P. Outro jornalismo possível na internet. *In*: MORAES, D. de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo Editorial: Rio de Janeiro: Faperj, 2013. p. 145-182.
- SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SODRÉ, M. **A narração do fato**: por uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, R. B. R. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. **Intercom**, São Paulo, v. 41, p. 55-69, 2018.
- SOUZA, R. B. R. “*Fake news*”, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística. **Famecos**, v. 26, n. 3, 2019a.
- SOUZA, R. B. R. István Mészáros como teórico da comunicação: a mídia em tempos de crise do capital. **Comunicação Midiática**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 142-155, 2016.
- SOUZA, R. B. R. Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 18, n. 51, p. 104-146, 2021a.
- SOUZA, R. B. R. Jornalismo, hegemonia e produção de sentido: a maquinaria informacional em estudo. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 24, 18 p. 1-18, 2021b.
- SOUZA, R. B. R. Karl Marx – 200 anos: a atualidade de sua práxis jornalística. **Rumores**, São Paulo, n. 26, v. 13, p. 414-434, 2019b.

- SOUZA, R. B. R. Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-15, 2017b.
- SOUZA, R. B. R. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, p. 129-149, 2017a.
- SOUZA, R. B. R. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, n. 2, v. 13, p. 88-97, 2017c.
- SOUZA, R. B. R. Trabalho jornalístico, capitalismo de plataforma e reificação: a alienação como processo. *In*: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 15., 9-13 nov. 2020, Medellín [online]. **Memorias** [...]. Medellín: UPB/Alaic, 2020.
- SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.
- SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- TERTULIAN, N. **Georg Lukács**: etapas de seu pensamento estético. São Paulo: Unesp, 2003.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1: Porque as notícias são como são.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

- TUCHMAN, G. Contando estórias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-277.
- VAISMAN, E.; VEDDA, M. (org.). **Estética e ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014.
- VIANA, N. A crise do jornalismo industrial e os novos modelos de produção. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 20, p. 29-34, 2013.
- WAYNE, M. **Marxism and media studies: key concepts and contemporary trends**. London: Pluto Press, 2003.
- WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Miraflores: Difel, 1999.
- WOOD, E. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Revista Crítica Marxista**, [s. l.], n. 3, p. 118-127, 1996.
- ZIZEK, S. **Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ZIZEK, S. Lenin navegando em territórios desconhecidos. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 28, p. 90-100, 2017.
- ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ZUBOFF, S. *Big other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et al. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68.



**EDUFES**  
EDITORA

# Índice remissivo

## A

alienação 17, 27, 28, 76-77, 112, 114, 184-185, 188-192, *ver também* reificação  
ambiente digital 129, 130, 133, 145, 163

## C

capital 25-26, 29, 30, 52, 61, 64, 66, 68, 76, 91, 92, 93, 97, 136, 143, 147, 148, 183, 184, 185, 187  
concentração de 68  
crise estrutural do 15, 18, 34-35, 47, 48, 50, 52, 90-95, 97, 127  
ordem do 44, 46, 66, 82, 93, 135  
ordem reprodutiva do 91, 14  
sistema do 13, 27, 29, 31, 33, 34, 50, 65, 89, 91, 101, 134, 135, 185, *ver* capitalismo  
sociometabolismo do 22, 29, 41, 63, 66, 111, 135, 165, 183, 188  
capitalismo 15, 34, 63, 64-66, 69, 70, 76, 78, 92, 95, 96, 128, 132-133, 134, 135, 139, 140, 144, 185, 190-191  
classe 30, 34, 47, 50, 55, 63, 72, 78, 94, 138, 152, 159-161, 163  
consciência de 36  
luta de 14, 22, 33, 37, 45, 51, 69, 79, 126, 138, 141, 151, 168, 170, 182

trabalhadora 77, 88, 119, 122, 160, 186, 190

comunicação 12, 22, 27, 28, 29, 30-37, 58, 81, 87, 162-165, 167, 169, 170-174, 177, 178, 179  
empresas de 191-192  
meios de 172-174  
tecnologias de 70, 141  
concreticidade 157

## D

desinformação 127-128, 129-133, 140, 144, *ver também* fake news  
dialética 12, 28, 39, 42, 43, 57, 105, 109, 117, 123, 126, 127, 140, 149, 153, 158, 163, 168

## E

economia 24, 166  
economia da atenção 148, 189  
Economia Política da Comunicação 59, 179  
emancipação 37, 70, 79  
enquadramento 177-178, 182  
estranhamento 26, 47, 48, 49, 88, 95, 131, 137, 144, 145, 187, 189, 190, 192

## F

*fake news* 129-130, 132, 134, 137, 140,  
142-143, 189  
forma-mercadoria 29, 181

## G

*gatekeeping* 178  
Genro Filho, Adelmo 15, 48, 52, 63,  
96, 100, 105, 111, 124, 126, 131, 148,  
158, 160, 161, 162, 168

## H

hegemonia 167, 169-172, 173, 174, 180,  
190  
homem-empresa 181

## I

ideologia 31, 34, 36, 37, 45, 109, 110,  
159-161, 172, 176, 182, 188  
emancipatória 107, 110  
imprensa 61, 62, 63, 85, 100, 116, 117,  
122, 123, 125, 128, 142, 145, 182, 191  
burguesa 128  
internet 62, 74, 83, 93, 131, 141, 172,  
183, *ver* ambiente digital  
irracionalismo 111, 131, 138, 139-141,  
142-144, 146, 149, 162-163, 189

## J

jornal 14, 116, 117  
jornalismo 11-16, 17-19, 39, 41, 48, 50-52,  
55, 59, 60-64, 69, 70-72, 78-80,  
81-88, 94, 96-97, 99-100, 106-112,

122-128, 148, 149, 159-164, 169, 170,  
171, 173, 180-182, 189, 191, 192  
crise do 15, 18, 49, 57-58, 62, 69,  
76-79, 81, 83, 87, 99, 127, 181, 183  
crítico-emancipatório 50, 98, 142, 149  
estudos do 156, 175, 177  
sentado 74, 94, 189  
teoria do 114  
jornalista 17, 44-47, 49, 51, 52-53, 57-58,  
65, 67, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 83, 88,  
98, 123, 144, 168, 183, 184, 187, 188,  
191, 192, *ver também* repórter  
perfil do 18, 84, 88

## L

Lukács, Gyorgy 22, 42, 99, 100, 101,  
105, 106, 108, 118, 138, 153, 157, 162

## M

maquinaria 92, 166, 173, 174  
capitalista 180, 187  
de informação 180, 181  
informacional 186, *ver* de informação  
jornalística 178  
midiática 179  
Marx, Karl 80, 113-122, 124, 126, 127  
jornalismo de 122-124  
jornalista 113-122, 125  
marxismo 22, 32, 40, 41, 100, 154, 156,  
160, 161  
marxista  
pensamento 21  
teoria 102

massa de mídias 50, 53, 93, 128  
materialismo histórico 12, 58, 81, 100,  
102, 160  
mediações 30  
de primeira ordem 24  
de segunda ordem 25-27, 28, 31,  
165, 167  
mercadoria-notícia 49, 51, 61  
Mészáros, István 21-23, 29, 30, 36, 47

## N

neoliberalismo 66, 181  
notícia 68, 94, 111, 158, 169, 180, 182, 191  
falsa 128, 132, 137, *ver fake news*

## O

objetividade 58, 77, 101, 103, 105, 107,  
108, 134, 140, 143, 149, 150, 153,  
155, 156, 159, 161, 163  
jornalística 148  
ontologia 40, 149, 154  
do jornalismo 51, 58  
marxiana 22, 151, 152  
marxista 162

## P

pós-modernidade 101, 134, 136  
pós-modernismo 134-135, 147  
pós-verdade 131-134, 136-137, 140-141  
prática noticiosa 134, *ver práxis*  
noticiosa  
práxis noticiosa 17-18, 49, 52, 55, 57, 79,  
107, 109, 112, 126-127, 153, 161, 183

pseudoconcreticidade 50, 111, 156, 157

## R

redes sociais 51, 69, 93, 130, 141, 148,  
183, 189  
reificação 48, 109, 110, 111, 136-137,  
147, 157, 184, 185, 186, 188  
repórter 47, 54, 72, 74, 77, 79, 107,  
112, 125, 142, 148, 190, *ver também*  
jornalista

## S

singularidade 50, 51, 96, 125, 143  
sociedade 13, 25-27, 29, 30, 55, 60, 62,  
69, 79, 92, 94, 99, 102, 152, 165,  
167, 170  
capitalista 48, 60, 76, 138, 153  
do capital 48, 156  
subjetividade 17, 28, 36, 53, 58, 74-77,  
95, 103, 108, 125, 127, 141, 146, 149,  
150, 153, 155, 156, 159, 176, 181, 186

## T

trabalho 12, 13, 14, 17, 21-22, 24, 26, 27,  
28-29, 33, 39-51, 59, 65-76, 89, 92,  
97, 98, 138, 184-191  
força de 188  
mercado de 72, 85  
mundo do 17, 18, 31, 35, 66, 71, 72,  
119, 182, 185, 192



### **Rafael Bellan Rodrigues de Souza**

é jornalista e professor do departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestre em Comunicação pela mesma universidade, fez pós-doutorado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e Política Social, ambos da Ufes e foi Diretor Científico da SBPJor por duas gestões.

A obra aborda as tendências que orientam a prática jornalística, buscando compreender o mundo do trabalho do jornalista e os valores que norteiam essa forma de conhecimento. Ao explorar a esfera da produção noticiosa, torna-se possível cartografar as contradições no interior do jornalismo, ressaltando como se constrói a moldura objetiva da crise que o afeta. Como muitas outras áreas, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, em que o neoliberalismo afeta tanto a subjetividade do repórter quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade atual.

Seguindo a teoria marxista do jornalismo representada por Genro Filho, a crítica ontológica lukacsiana forma a base fundamental para a compreensão do jornalismo. Assim, o debate sobre a práxis noticiosa e seu valor de uso social revela os mecanismos de estranhamento instaurados nos momentos de produção, circulação e recepção dessa narrativa, colocando em escrutínio a atualidade de seu potencial desreificador da realidade.

Como pensar a força de um conhecimento desalienante, que apresenta, pela singularidade dos fatos, as mediações que indicam caminhos para a emancipação? Qual a tarefa do jornalismo? E como pensar nela diante de condições precárias, subemprego, assédio, múltiplas atribuições e do sequestro da subjetividade pelo fetiche do tempo real? Assim como outros trabalhadores, os jornalistas têm, diante de si, o enigma de superar o estranhamento pela potência do seu trabalho.

O leitor tem em mãos algo raro na pesquisa jornalística: a preocupação em revelar os sentidos da sua práxis sob o prisma do materialismo histórico e dialético. Ciente do legado crítico do método marxiano, em que a ontologia precede a epistemologia, Souza descortina as relações que inserem o jornalismo no metabolismo do ser social. E, com esse arcabouço, revela as contradições do fazer jornalístico no solo dos desafios do século XXI.

**Felipe Simão Pontes**

Programa de Pós-Graduação em Jornalismo  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)